

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

João Valerio Scremin

**Pobre coração de Maria:
Assistência e educação de meninas desvalidas em fins do
século XIX e início do século XX**

**Campinas
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Dissertação de Mestrado

Pobre coração de Maria:
Assistência e educação de meninas desvalidas em fins do
século XIX e início do século XX

Autor: João Valerio Scremin
Orientadora: Heloísa Helena Pimenta Rocha

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção de título de
mestre em Educação.

Campinas
2009

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Scremin, João Valério.	
Scr24	Pobre coração de Maria : assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX / João Valério Scremin. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.
	Orientador : Heloísa Helena Pimenta da Rocha. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Asilo de Nossa Mãe. 2. História da educação. 3. Infância – História. 4. Assistência a menores. 5. Piracicaba – História. I. Rocha, Heloísa Helena Pimenta da. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	09-217/BFE

Título em inglês : Poor heart of Mary : assistance and education of girls out of favor at the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth century

Keywords: Orphanage of Our Mother; History of education; Childhood – History; Assistance to minors

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pimenta da Rocha (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Alessandra Frota Matinez de Schueler

Prof^a. Dr^a. Agueda Bernardete Bittencourt

Prof^a. Dr^a. Diana Gonçalves Vidal

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Sabongi de Rossi

Data da defesa: 27/07/2009

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : jvscremin@hotmail.com

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Pobre coração de Maria: Assistência e educação de meninas
desvalidas em fins do século XIX e início do século XX

Autor: João Valerio Scremin

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pimenta Rocha

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
defendida por João Valerio Scremin e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Data: 27/07/2009

Assinatura: *Heloísa Helena Pimenta Rocha*

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Glissandra M de Schueler
J. da Silva
Heloísa Helena Pimenta Rocha

2009

Para minha tia Anete, pelo exemplo de vida e por acreditar que tudo é possível ao que crê e minha esposa Helen, por me auxiliar a viver e sonhar.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP -, por financiar o projeto e auxiliar em sua concretização.

À Prof^a. Heloísa Helena Pimenta Rocha pela atenção na orientação dessa dissertação, por incentivar minha vida acadêmica e me ensinar os meandros da pesquisa.

À Banca de Qualificação e Defesa, compostas pelas professoras Agueda Bernadete Bittencourt, Ana Lucia Goulart de Faria, Vera Lucia Sabongi de Rossi, Alessandra Frota Martinez de Schueler e Diana Gonçalves Vidal.

Sou grato pela acolhida da Universidade Estadual de Campinas, que por meio de seus funcionários, nunca me negou ajuda e oportunidades para aprender. Às professoras Carolina Galzerani, Liliana Segnini, Helena Altman e Roseli Aparecida Cação Fontana, por terem participado dessa caminhada.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Arquivo da Câmara de Piracicaba, Biblioteca Municipal, Arquivo do Estado de São Paulo, em especial ao Sr. Haldumont, Pedro Caldari, Fábio e Odila.

Ao Lar Escola Coração de Maria e as irmãs Norma, Cristina e Magali, além da irmã Dulce do Colégio Ave Maria de Campinas, por abrirem os arquivos das respectivas instituições e permitirem a realização dessa pesquisa.

À Biblioteca da Universidade Metodista de Piracicaba, em especial minha amiga Marilene, que não mediu esforços para me auxiliar no levantamento bibliográfico.

Agradeço a minha família pelo amor, paciência, incentivo e por me motivar durante esses três anos.

Aos meus grandes amigos Darcio, Karen e Samuel pelo convívio sempre agradável. Aos amigos Saulo Tarcio, Tamara, Rv. Tiago Ferraz e sua esposa Ivone pela companhia e por me apoiarem nessa empreitada.

Aos companheiros Afrânio, Edivilson, Fabio Falcão, Graça, Fernando, Ana, Carol, Patrícia, Marisa, Laura e Bruna Fernandez Freitas pelo apoio intelectual, cognitivo e filosófico.

O Silêncio

Uma bolha sobe do fundo do mar
Uma palavra sobe das funduras do silêncio
Inesperada, emissária de um mundo esquecido
Nosso mistério, nossa oração
Há palavras que dizemos e outras que se dizem
Existem em nós, não atendem a nossa voz
São como o vento que sopra onde quer
Se ouvirmos o sopro, palavras de oração

Pássaro selvagem que mora em nós
Longe do que nós sabemos, no lugar do sonho
Fora da morada dos pensamentos
Temos medo das palavras que se dizem
Por isso falamos, palavras contra palavras
Quando orares não sejas como artistas
Que falam palavras que não são suas
Que usam máscaras decoradas

Entra no silêncio, longe dos outros
Que as palavras se dirão, depois da espera
Entra no silêncio, longe dos muitos
E escuta uma única palavra
Que irá subir do fundo do mar
Basta ouvir uma vez e depois, o silêncio.

(Kim, Cezar e Julio – Letra adaptada do livro *Pai Nosso* de Rubem Alves)

Resumo

Esta pesquisa analisou a proposta de assistência e educação da criança desvalida num asilo de recolhimento católico da cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX. Existente até os dias atuais com o nome de Lar Escola do Coração de Maria, o Asilo de Nossa Mãe foi fundado em 1896 como uma instituição voltada para o recolhimento de meninas órfãs e desvalidas, tendo como objetivo assistir, educar, civilizar, moralizar e higienizar essas meninas, transformando-as, segundo seu regimento, em mães de famílias pobres. O trabalho procurou contribuir para a compreensão do processo de assistência à criança pobre, analisando, para tanto, as representações do lugar das crianças pobres na sociedade do período, as ações empreendidas, bem como o significado deste recolhimento em relação com as propostas de assistência presentes nos documentos do asilo. Examinando o processo de criação e atuação do Asilo de Nossa Mãe, esta dissertação se propõe a observar as ações dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento das propostas assistenciais no município, bem como a produção de discursos acerca da assistência à criança pobre e os debates sobre a temática, no período. Assim, a pesquisa buscou analisar como se davam as relações entre as propostas de assistência e educação católica e aquelas de cunho liberal e laico, defendidas pelos republicanos, em paralelo com as iniciativas voltadas para a implantação da chamada escola moderna. Visando analisar as práticas de assistência e educação instituídas pelas Irmãs Franciscanas do Coração de Maria com vistas à formação das meninas, o trabalho tomou como fontes o primeiro regimento interno do asilo e seu estatuto, os periódicos da cidade, além de outros documentos da instituição e da cidade.

Palavras-chave: 1. Asilo de Nossa Mãe; 2. História da Educação; 3. Infância - História; 4. Assistência a menores; 5. Piracicaba.

Abstract

This research analyzed the proposal of assistance and education of rejected children in an catholic orphanage in the city of Piracicaba, interior of São Paulo, in the end of the XIX century and beginning of the XX century. In existence to this day, with the name of the Lar Escola Coração de Maria, the Asilo de Nossa Mãe was founded in 1896 as an institution directed toward the gathering of orphaned and rejected children, with the objective of assisting, educating, civilizing, and teaching of values to these girls, transforming them, according to its regiment, into mothers of poor families. The research attempted to contribute to the understanding of the process of assistance of the rejected child, analyzing, for that reason, the representation of the poor child's place in society during that period of time, the measures taken, as well as, the significance of this orphanage in relation to the proposals of assistance present in the documents at the orphanage. In examining the process of creation and the performance of the Asilo de Nossa Mãe, this dissertation has the objective to observe the actions of all parties involved in the development of these proposals of assistance in the city, as well as the production of speeches concerning the assistance of poor children as well as debates about the theme. Thus, the research tried to analyze the relationship between these proposals of assistance and catholic education and those of liberal and nonreligious practices, defended by the republicans, paralleled with the initiatives of establishing what is called the "modern" school. Aiming to analyze the practices of assistance and education instituted by the Franciscan Sisters of the Heart of Mary with the vision of shaping young girls, the work took as sources the first internal regulation of the orphanage and its statute and the local papers, aside from other documents from the institution and the city.

Keywords: 1. Orphanage of Our Mother; 2. History for educacion; 3. Childhood - History; 4. Assistance to minors; 5. Piracicaba - History.

Sumário

Dedicatória.....	vii
Agradecimentos.....	ix
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xv
Sumário.....	xvii
Figuras.....	xix
Introdução.....	1

Capítulo 1: “Lugar onde o peixe pára”

O mito do fausto.....	25
Redes de saber e assistência.....	39

Capítulo 2: Sob a sombra da “philantropia”

Lágrimas de alegria: em nome da fé.....	51
Entre a cruz e a espada.....	68
A bússola da instituição.....	84
A assistência e a educação das desvalidas.....	97

Capítulo 3: Por trás dos muros da instituição

Do A, B, C à obediência.....	111
Vigiai e orai!.....	119
Simplemente mulher.....	136

Considerações finais.....	143
---------------------------	-----

Arquivos.....	149
---------------	-----

Bibliografia

Fontes.....	153
Referências Bibliográficas.....	155

Anexo.....	167
------------	-----

Figuras

Figura 1: Alunas do Asilo de Nossa Mãe.....	2
Figura 2: Rua da Família ou Boa Morte.....	25
Figura 3: Trabalhadores na lavoura de cana-de-açúcar.....	32
Figura 4: O Engenho Central.....	33
Figura 5: Escola Complementar de Piracicaba em 1897.....	44
Figura 6: Madre Cecília.....	51
Figura 7: O Asilo em 1898.....	59
Figura 8: O Asilo com o anexo em 1915.....	63
Figura 9: Frei Luiz Maria de São Tiago.....	72
Figura 10: Frei Luiz e seus alunos de Taubaté.....	73
Figura 11: Frades e alunos em Piracicaba – 1890.....	75
Figura 12: As primeiras superiores gerais da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria.....	81
Figura 13: As meninas aprendendo a cozinhar.....	93
Figura 14: Sala de costura.....	96
Figura 15: O Asilo de Nossa Mãe.....	111
Figura 16: Meninas do Asilo em momentos de recreação.....	115
Figura 17: O Colégio Assumpção.....	127
Figura 18: Primeiro grupo de Irmãs Franciscanas do Coração de Maria a fazerem votos perpétuos em 1921.....	145

Introdução

Figura 1: Alunas do Asilo de Nossa Mãe



Fonte: Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe

Quem são essas quatro meninas, retratadas num ambiente bucólico, fazendo pose para a foto, com os cabelos arrumados, algumas com franjas cortadas e laços na cabeça, delicadamente arranjados de acordo com a proporção da cabeleira? Que relações existem entre elas? Que vínculos unem essas meninas aparentemente de idades distintas, a de maior estatura, supostamente a mais velha do quarteto, ao fundo, postada ao centro, abraçando-as, em sinal de terna proteção?

Com suas feições delicadas e expressões que sugerem alegria, felicidade e também uma desconfiança, talvez por estarem reunidas diante de uma câmera fotográfica, as quatro meninas provavelmente obedecem à ordem do fotógrafo, que manuseia com destreza a máquina, produzindo um registro da vida em uma instituição de assistência, no final do século XIX.

Sapatos polidos, sinal de higiene e zelo, sugerindo a forma cuidadosa com que elas eram tratadas pela “mãe” e pelas mestras. Vestidos até o joelho, sinal de respeito e pudor, preservando a honra das retratadas. “Babadinhos” de renda, marca de uma ocasião solene, importante e talvez especial, que deveria permanecer na memória dos que posteriormente contemplassem a fotografia.

Feito o registro fotográfico, era hora de se desfazer das poses e voltar à vida cotidiana. Desfaz-se a formação. Tiram-se cuidadosamente os sapatos e roupas especiais, para não sujá-los. Finalmente, era permitido voltar a correr, pular, brincar debaixo das árvores, em companhia das amigas, desfrutando o prazer de estar em contato com a natureza. Ou, quem sabe, era chegado o momento de vestir novamente os trajes simples, calçar os sapatos gastos e modestos e voltar a uma rotina regrada, sob a vigilância de um adulto.

O fotógrafo, cuidadosamente, desmonta a máquina, coloca-a em uma sacola ou sobre os ombros e se retira. O tempo vira um detalhe, o dia pode se tornar noite, mas a fotografia, essa não se determina a que horas foi feita.

São quatro “Helenas”, “Marias”, “Clementinas”, “Antonias”, “Carmens”, “Isabéis”, “Cândidas” etc. É um quarteto que representa tantos outros. São meninas que, ao adentrarem em instituições como o Asilo de Nossa Mãe, são aconselhadas por seus responsáveis a serem obedientes, como observamos neste fragmento de texto recolhido no âmbito da instituição: “Tenhas cuidado para não cometer erro e seja sempre querida

por todas as suas superiores; o meu ideal é ver-te bem educada e instruída e que nenhum desgosto fizerá [sic!] eu passar neste mundo”¹.

Nesta carta, endereçada à “querida filha Helena”, o pai da menina, José de Barros, após ser abandonado pela esposa, se desculpa com a filha por não ter as condições necessárias para cuidar de seu sustento e educação, desde que sua mãe os deixou.

Diante desta circunstância, ele a coloca no Asilo de Nossa Mãe, instituição fundada em 1896 e inaugurada em 1898 na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, pelo Frei Luiz Maria de São Tiago, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM Cap.), e dirigida por D. Antonia de Macedo, que era madre da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria e fora ordenada com o nome de Madre Cecília do Coração de Maria, no final da última década do século XIX².

José de Barros, ao deixar a filha no asilo, tem a “convicção que [a menina] lucrará nessa boa casa”, aconselhando-a a obedecer às instruções da madre e desejando à filha que “quando saíres daí seja uma das internas mais comportadas que ai esteve internada”. Segundo aconselhava o pai, a madre seria a única pessoa com quem ela poderia contar, a partir daquele momento, já que a esposa lhe havia abandonado. O pai também lhe pedia que

nunca dê desgostos para as Irmãs porque qualquer desgosto que der em qualquer ocasião, constituirá uma grande infelicidade, se tiveres o infortúnio de praticares um ato mal pensado, lembra-te sempre do conselho que vou lhe dar: que um desgosto apenas que fizeres para qualquer pessoa mais velha que ti, que nenhuma concessão será excessiva para reconquistar novamente a boa amizade³.

¹ Fragmento de texto de uma carta que está disponível para consulta no arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, datilografada, mas, sem data. O documento encontra-se na íntegra, em anexo.

² PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 86.

³ Fragmento de texto de uma carta que está disponível para consulta no arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, em anexo.

Assim, orientava a filha para que tivesse cuidado para não cometer nenhum erro, de modo que ela fosse

(...) sempre querida por todas as suas superiores; o meu ideal é verte bem educada e instruída e que nenhum desgosto fará [sic!] eu passar neste mundo. Porque eu sofri minha filha, e não quero sofrer mais, porque o meu coração já se acha desfeito em pedaços de tanto sofrimento que tive⁴.

O asilo passaria a ser, a partir daquele momento, a casa dessa menina cuja idade não nos é possível precisar. Um lugar onde, segundo as orientações de seu pai, ela poderia adquirir “os conhecimentos” que ele e a sua ex-mulher não puderam “colocar ao teu alcance”. A mãe passaria a ser sua tutora, educadora, exemplo e esperança, para que, no futuro, ela pudesse ser, segundo previa o primeiro regimento do asilo, uma boa mãe de família pobre, concebida como aquela mulher que sabe realizar os trabalhos domésticos como lavar, engomar, cozinhar, costurar, cuidar dos filhos etc.⁵. Além disso, o pai acreditava que a passagem por essa instituição pudesse assegurar à filha “um futuro cheio de felicidade”, sendo isso o “que teu afeiçoado pai te deseja e sempre desejará enquanto ele viver”.

Examinando o processo de criação e atuação do Asilo de Nossa Mãe como um espaço voltado para o recolhimento, assistência e educação de “meninas órfãs e desvalidas”, esta dissertação se propõe a observar a ação dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento das propostas assistenciais na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo. Além disso, pretende analisar a produção de discursos acerca da assistência à criança pobre e os debates sobre a temática, no período compreendido entre 1896, ano da fundação da instituição, e o início do século XX.

A pesquisa buscou, também, analisar como se davam as relações entre as propostas de assistência e educação católica e aquelas de cunho

⁴ Ibid.

⁵ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, vol. 04, p. 161.

liberal e laico, defendidas pelos republicanos, em paralelo às iniciativas voltadas para a implantação da chamada escola moderna.

Com base nos documentos produzidos pela instituição, procurou-se aclarar os modos como uma instituição católica que recolhia meninas pobres realizava um trabalho assistencial e educativo no seio de uma sociedade em que os debates políticos, o desenvolvimento econômico e as questões ligadas à vida social e cultural começavam a ganhar importância. É neste contexto que iniciativas como a do asilo em estudo ganham relevo, sobretudo quando se tem presente que algumas delas eram capitaneadas ou apoiadas pelas elites do município, engajadas em contribuir para a instrução da população pobre.

Assim, para além do exame dos discursos republicanos e religiosos acerca da educação e da identificação dos dispositivos disciplinares utilizados pelo asilo, julgou-se relevante procurar analisar como se constituía a assistência e a educação das “meninas desvalidas” na cidade de Piracicaba, por meio de suas instituições de assistência. Buscou-se, desta maneira, contribuir para a compreensão do processo de assistência à criança pobre, entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX. Tal investimento procurou contribuir para a análise das representações do lugar das crianças pobres na sociedade do período, as quais, no âmbito da instituição em estudo, deveriam ser moralizadas, educadas, disciplinadas e higienizadas para serem mães de famílias pobres. Assim, um dos objetivos da pesquisa foi o de identificar as ações expressas nos documentos do asilo, bem como o significado deste recolhimento em relação com as propostas de assistência.

No período em estudo, o termo órfãs parece não se referir exclusivamente às meninas que tinham um dos pais ou ambos falecidos. Aproxima-se, nesse sentido, do termo desvalidas, que remete àquelas que pertenciam a famílias de baixo poder aquisitivo. Sabe-se que as famílias

consideradas desvalidas, pelo seu estado de pobreza, eram colocadas à margem da sociedade (BASTOS, 2005, p. 101). Assim, entende-se que menina desvalida no período era sinônima de menina pobre, com total ausência de recursos financeiros ou de alguém que pudesse lhe “garantir um valimento” (SCHUELER, 2001, p. 162).

Ao estudar as representações da criança órfã em Londres no final do século XIX, relacionando-as com a Lei dos pobres, instituída no mesmo período, Lydia Murdoch (2006) observou que as crianças pobres que viviam em instituições de assistência, embora fossem conhecidas como órfãs, estavam firmemente ligadas às suas famílias. Essas crianças, freqüentemente, após estadias temporárias nas instituições, eram devolvidas às suas famílias. Além disso, segundo a autora, os pais comumente visitavam essas crianças institucionalizadas como órfãs.

Lapa (2008), em seu estudo sobre a criança pobre na cidade de Campinas, em fins do século XIX, adverte que, quando procuramos entender quem eram esses órfãos, no período, nos deparamos com crianças que eram supostamente pobres, que perambulavam pelas ruas e, ainda, as que causavam desordens na cidade, como vidraças quebradas, chafarizes depredados, etc. (p.98). Além disso, segundo o autor, havia aqueles órfãos que estavam sob o amparo de parentes, em asilos, cuidados por filantropos ou sob “curadoria e tutela legítima pela justiça” (2008, p.96).

Para os propósitos desta pesquisa, o tempo da infância será pensado de acordo com as referências presentes no estatuto do asilo, em seu segundo artigo, que destaca: a admissão das alunas não poderá ser inferior a 5 e superior a 15 anos de idade. Recorrendo aos estudos de Gondra (2004), destacamos que o conceito de infância pobre era no “vocabulário oitocentista extenso e variado” (p. 125). Nesse sentido, destaca Valdez (2006) que, no âmbito dos discursos médico-higienistas, políticos, religiosos e jurídicos, as crianças pobres figuravam como: “perigosos,

ignorantes, descalidos, infelizes da sorte, desprotegidos, deserdados, abandonados, desamparados, miseráveis, pobres, inocentes, enfeitados” (p. 18).

Segundo os estudos de Carli (2003), que se debruçam sobre as transformações dos discursos acerca da educação da infância na Argentina entre 1880 e 1955, essas mudanças se caracterizam por terem um forte registro metafórico ao abordar a questão da criança como sujeito. Projetando-se sobre as transformações da sociedade em sua totalidade, esse debate nos indica, segundo a autora, uma articulação com a emergência do imaginário social acerca das novas gerações. Assim, de acordo com Carli (2003), a produção dos saberes sobre as crianças são, tanto no terreno da educação como nos outros, uma possibilidade para a configuração do discurso sobre a infância.

Valdez (2006), ao estudar as representações da infância⁶ nas propostas pedagógicas do médico baiano Abílio César Borges – o Barão de Macahubas -, proprietário e diretor de colégios na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro e membro de entidades científicas e filantrópicas, destaca que, no Brasil, a ação “filantrópica liberal-ilustrada” se construiu em meados do século XIX quando, segundo a autora, a “geração da independência começou a construir o Estado Nacional”. Para a autora, a filantropia praticada no século XIX era uma espécie de “resposta assistencialista para os problemas da pobreza, pois com base em conhecimentos científicos visava melhor adaptação dos indivíduos à sociedade através de intervenções do Estado e particulares” (p. 34).

Kuhlmann Jr. (1998) destaca que a filantropia é a coordenação da assistência feita de forma racional, em contraponto à caridade que se

⁶ “A palavra *infante* e demais cognatos em sua origem latina e nas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à idéia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, daquele que não fala, constrói-se a partir de prefixos e radicais lingüísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que significa negação; *fante* = particípio do presente do verbo latino *fari*, que significa, falar, dizer” (CRUDO, 2005, p. 16 *apud* LAJOLO, 1977, p. 225).

caracteriza pela sensibilidade de seus praticantes. Para o autor, a filantropia, nesse sentido, torna-se uma prática que isenta o Estado de suas obrigações e, paralelamente, fortalece a “atuação de entidades privadas, defendendo um atendimento fracionário em múltiplas instituições” (KUHLMANN JR., 1991, p. 24). Segundo Kuhlmann Jr. (1991), ao Estado, nessa conjuntura, era atribuído o papel de supervisor e subsidiário destas entidades.

A análise do trabalho desenvolvido no âmbito do Asilo de Nossa Mãe levou-nos a interrogar, direta ou indiretamente, acerca do papel atribuído historicamente à mulher na sociedade e suas relações no cotidiano citadino e, em particular, na cidade de Piracicaba. Para isso, deve-se entender que foi necessário lidar com o conceito de exclusão, pois grande parte das descrições sobre a vida e as ações das meninas desvalidas, tanto em âmbito privado quanto no público, foram elaboradas por homens ou, em alguns casos, por mulheres que detinham a simpatia das elites sociais, políticas e econômicas da cidade. Afirmção que fica clara quando se analisam os periódicos da cidade, em especial o jornal *Gazeta de Piracicaba* e, indiretamente, seus porta-vozes.

O exame das propostas republicanas para a educação feminina permitiu observar que elas eram marcadas por um caráter excludente, expresso dentre outras formas pela diferença entre o ensino que era ministrado aos homens e aquele que era ministrado às mulheres. Esta discrepância não se caracterizava pela suposta marginalização destas últimas, no que tange ao seu acesso ao ensino. A diferença está no conteúdo do que era ensinado e no tipo de ser que procurava formar (OLIVEIRA, 1995, p.29).

Vianna (2001/02) nos alerta sobre as pesquisas que insistem em uma “esfera perpassada quase exclusivamente por diferenças de classe,

desconsiderando dimensões como gênero, geração e etnia/raça” (p.81)⁷. Sobre os cuidados nos usos e os abusos do gênero, esse conceito, segundo assiná-la a autora,

têm em comum a afirmativa da construção social das distinções sexuais como forma de resgatar a produção cultural e histórica das diferenças sexuais e das relações entre homens e mulheres. A busca seria por superar o determinismo biológico, o qual, baseado apenas nas diferenças de sexo e reforçado por argumentações provenientes da medicina e das ciências biológicas, tenta justificar a caracterização de mulheres e homens como seres qualitativamente distintos. Na educação, o determinismo biológico ainda se faz presente nos trabalhos que mencionam a presença feminina sem explorar as relações de gênero (VIANNA, 2001/02, p.81).

Para Scott (1995) o “uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos” (p.1). Assim o conceito gênero é associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. Mas, para a autora, o “gênero é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (1995, p.3).

Como se pôde averiguar nos documentos que se constituíram em fontes para esta investigação, a institucionalização de meninas desvalidas fazia com que a instituição asilar se consolidasse como um espaço

⁷ Para Scott (1995), a ladainha ‘classe, raça e gênero’ pressupõe uma paridade entre os três termos que, não existe. Enquanto a categoria de ‘classe’ está baseada na complexa teoria de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, as categorias de ‘raça’ e ‘gênero’ não veiculam tais associações. Para a autora, não há unanimidade entre os(as) que utilizam os conceitos de classe. Assim, de acordo com Scott (1995), alguns(mas) pesquisadores(as) utilizam as noções de Weber, outros(as) utilizam a classe como uma fórmula heurística temporária. Para a autora, quando mencionamos a ‘classe’, trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, impliquem uma idéia de causalidade econômica e numa visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente. Não existe esse tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de ‘raça’ nem para a de ‘gênero’. No caso de ‘gênero’, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos (1995, p.2).

construído para uma resposta aos problemas sociais. No caso deste estudo, trata-se do recolhimento de meninas que, supostamente, “perambulavam” pelas ruas da cidade ou meninas cujos comportamentos viriam a perturbar a ordem ou, ainda, estariam em situações contrárias às defendidas pelos ideais modernizadores, propalados pelas elites do período. Como se pode notar, o discurso vigente, estampado nas páginas do jornal Gazeta de Piracicaba, era o de que, por meio da educação, o município estaria preparado para os novos tempos e, principalmente, apagar-se-iam da memória as lembranças do período imperial brasileiro, considerado por articulistas do jornal como atrasado e decadente.

Para Bresciani (1995), essas elites não poderiam ser consideradas como um grupo homogêneo, pois era composto por liberais que defendiam um poder federativo e por positivistas, que desejavam um poder mais centralizador. Como lembra a autora, entretanto, ambos defendiam um projeto republicano que combateria o atraso causado pelo período monárquico brasileiro.

Pode-se afirmar que as elites republicanas do município de Piracicaba desejavam uma mudança no “cenário político brasileiro” (RAFAETA, 2008, p. 44), além de uma educação que fosse diferente daquela estabelecida durante o Império, pois nesse período,

posicionar-se contra o regime político em vigor significava também desconstruir aquilo que ele simbolicamente representava. Sua forma política, sua organização econômica, sua cultura com traços notadamente europeus, sua estreita ligação com a Igreja Católica, sua organização escolar. Inconformados com o governo imperial que continuava apoiando e fazendo-se apoiar nos grandes latifundiários, os quais se viam contemplados com títulos de nobreza e demais privilégios por sua fidelidade ao monarca, como participação ativa no cenário político, por exemplo, os membros do Partido Republicano desejavam uma nova forma de governo (RAFAETA, 2008, p.44).

Esta dissertação está pautada em fontes históricas do acervo das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, onde estão compilados os documentos sobre a instituição católica Asilo de Nossa Mãe⁸.

Visando compreender as propostas de assistência e educação implantadas no âmbito do asilo, foram analisados o regimento interno da instituição e o seu estatuto. Esses documentos constituem-se em importantes fontes que permitiram problematizar as propostas do asilo e pensar como estas meninas eram recolhidas, assistidas e educadas. A análise destas fontes nos permitiu entender que

os materiais documentos obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões dos seus produtores e onde se estabelecem as regras da escrita própria do gênero de que emana o texto. São essas categorias de pensamento e esses princípios de escrita que é necessário atualizar antes de qualquer leitura positiva do documento (CHARTIER, 1988, p. 63).

Estas fontes também possibilitaram pensar como se deu a iniciativa de constituição dessa instituição e a quem ela era destinada, permitindo observar as razões que justificaram a criação de um asilo católico voltado para o objetivo de oferecer assistência e educação a meninas órfãs e desvalidas da cidade.

Por ser o Asilo de Nossa Mãe uma instituição católica vinculada à Ordem dos Frades Capuchinhos Menores e às Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, braço leigo da Igreja, as fontes analisadas permitiram pensar de que maneira a instituição defendia a questão da assistência e qual a sua atuação em relação à população pobre do município.

Muitos dos debates e opiniões acerca da assistência à criança pobre eram veiculados pelos periódicos da cidade de Piracicaba. Assim, procurou-

⁸ Tais fontes encontram-se no mesmo prédio do asilo, que atualmente recebe o nome de Lar Escola do Coração de Maria, na cidade de Piracicaba.

se esclarecer quem essa imprensa representava e, além disso, pensar como se davam as relações entre este veículo de informações e a Igreja Católica, bem como as implicações dos debates entre os republicanos e os representantes da Santa Sé.

É necessário observar que, no caso das fontes históricas pertencentes ao arquivo da instituição, trata-se de documentos que foram selecionados pelos dirigentes do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, atual nome do asilo, no ano de 1992, quando se iniciaram as pesquisas para o processo de canonização da Madre Cecília. Tais documentos estão compilados em quatro volumes com o título Prova Documental (trajetória das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria). Entretanto, os documentos originais estão em um arquivo localizado na cidade de Campinas, no Colégio Ave Maria⁹.

Na análise dessa documentação, foi importante considerar o alerta de Certeau (2002),

o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar (p. 73).

O lugar de produção dessas fontes se caracteriza, nesse sentido, como o produto de interesses da instituição (CERTEAU, 2002, p. 73). Esses textos são de interesse da própria instituição que quer transmitir uma imagem de si para a construção de uma memória; trata-se então de um “conteúdo controlado” (LEONARDI, 2008, p. 25).

⁹ O Colégio Ave Maria, antigo Externato Ave Maria de Campinas foi fundado em 2 de julho de 1930 pelas Irmãs Franciscanas do Coração de Maria e abrigou também a Sede Geral e o Noviciado. Cf. Pedroso (1996). Além destes documentos, foram encontrados testemunhos pessoais de milagres que endossam a tramitação do processo canônico e, portanto, não fazem parte desta investigação, por se tratar de questões de ordem “espiritual”, das crenças dos religiosos membros da instituição.

A reunião dessa documentação leva-nos a pensar, de acordo com Certeau (2002), que “toda a pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (p. 66). Assim, devemos proceder à crítica documental, levando em conta o lugar em que foi produzido e o conjunto de práticas instauradas pelos sujeitos envolvidos com essas fontes.

Como nos indica Le Goff (1996), devemos considerar o documento histórico como algo que

fica por conta do passado, ele é fruto de um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (p. 545).

No tratamento das diferentes fontes, deve-se ter presente que “todo documento é monumento” (Le Goff, 1992, p.30), dessa forma ele não é neutro, devendo, enquanto monumento, ser “alvo de críticas do trabalho histórico” (1992, p.545). É necessário interrogar, nesse sentido, quem são os autores de determinado documento e quais eram seus destinatários, embora a documentação do asilo tenha sido produzida com o objetivo de registrar sua organização e suas práticas, ela foi preparada visando um processo de canonização. Na análise dos demais arquivos, como os jornais e atas da Câmara de Vereadores, deve-se estar atento aos interesses políticos e econômicos das elites da cidade.

Outra fonte que faz parte desse acervo é o regimento da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, que nos possibilitou entender a formação das Irmãs e mestras que prestavam assistência às meninas desvalidas. Essa documentação também pode nos oferecer informações sobre como a madre pensava a assistência dessas meninas e como justificava a missão filantrópica do asilo.

Foram conservados pela instituição e empregados como fontes desta dissertação os livros de matrícula das meninas recolhidas desde o início das atividades do asilo em 1898. Estes documentos nos indicam as datas de entrada e saída das desvalidas, quem as colocou no asilo e quem as retirou do mesmo, bem como os motivos de sua saída da instituição. Além desses livros, foi possível examinar as atas originais, que contêm o estatuto oficial da instituição e relatam os assuntos tratados em suas primeiras reuniões, o processo de implantação do asilo, bem como os sujeitos envolvidos em sua execução. Esses documentos se constituíram também em fontes para a investigação.

Quanto às cartas conservadas nos arquivos da instituição, do fundador do asilo, Frei Luiz Maria de São Tiago, e da Madre Cecília, escritas para seus subordinados e auxiliares, observou-se o seguinte: só estavam arquivadas as cartas que tinham em seu conteúdo instruções pessoais, as quais incentivavam seus auxiliares a se dedicarem intensamente à vida religiosa e espiritual.

Opera-se com uma quantidade reduzida, mas não sem importância, de fontes relacionadas às meninas que eram recolhidas na instituição. Como nos lembra Perrot (1988), “a carência de fontes diretas ligadas a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento” (p. 186).

As fontes pesquisadas no Lar Escola Coração de Maria possibilitaram pensar os métodos utilizados pela instituição na assistência e educação das “meninas órfãs” e, ao mesmo tempo, ofereceram indícios para pensar como se constituía a “missão” filantrópica do asilo.

Além das fontes da instituição, esta pesquisa recorreu a outros documentos que poderiam contribuir para a ampliação do estudo, com o objetivo de entender a relação do asilo com a cidade de Piracicaba. Dentre esses, estão os que pertencem aos arquivos da Câmara Municipal, cuja

documentação trouxe indícios das supostas dificuldades que o asilo enfrentava, principalmente no que diz respeito ao aspecto financeiro, observadas por meio das petições de ajuda enviadas pela Madre Cecília, diretora da instituição no fim do século XIX e início do século XX. Destacaram-se nessa documentação cinco negativas da Câmara referentes aos apelos da mãe em favor da casa assistencial, que nos ajudam a pensar como o Município se comportava em relação ao trabalho assistencial e, de modo específico, em relação ao trabalho desenvolvido pelo Asilo de Nossa Mãe.

No Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), foram pesquisados os jornais, *Gazeta de Piracicaba* e o *Jornal de Piracicaba*, os quais oferecem elementos para esclarecer como era pensada pelas elites da cidade a assistência e educação confessional católica e os aspectos envolvidos nos debates que ocorriam no município em torno da “infância desvalida”.

A *Gazeta* teve o seu primeiro número publicado em 11 de junho de 1882. Era um jornal composto, em geral, por quatro páginas e sua circulação se dava todas as terças, quintas e sábados, não havendo publicação nos dias santificados (RAFAETA, 2008, p.13). Pertencia inicialmente ao republicano Victaliano Ferraz do Amaral, passando a pertencer, em seguida, ao redator Joaquim Borges da Cunha, que assumiu o compromisso junto à população de mantê-lo “no nível da imparcialidade”, tendo “em vista o bem público e local, de acordo com os princípios do poder”. Comprometia-se também em manter suas páginas “francas a todo aquele que, em linguagem comedida e correta”, quisesse “trazer à luz da publicidade artigos de utilidade pública”¹⁰.

¹⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 19/06/1889, capa. Os exemplares originais do jornal *Gazeta de Piracicaba* encontram-se no Arquivo do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

Entendemos, nesta dissertação, que mesmo prometendo ser imparcial o jornal *Gazeta de Piracicaba* seguia a tendência de atender aos interesses de uma parcela das elites letradas e republicanas, pois se declarava um órgão republicano já nas primeiras páginas de seus exemplares.

O *Jornal de Piracicaba* surgiu no último ano do século XIX, “em um tempo em que a cidade era conhecida como a ‘Atenas paulista’, devido à sua projeção no cenário das artes e ao seu avançado desenvolvimento no campo da educação” (POLACOW e MENDEZ, 2007, p. 03).

Seu primeiro exemplar foi publicado em 4 de agosto de 1900, sendo inicialmente liderado pelo engenheiro Manoel Buarque de Macedo. Posteriormente, segundo Polacow e Mendez (2007), no final dos anos 30, mais especificamente em 19 de março de 1939, foi vendido à firma J. R. Losso & Cia., de propriedade de José Rosário Losso, comerciante, e de seus filhos Eugênio Luiz Losso, pintor, e Fortunato Losso Netto, médico (p. 3).

Procurou-se considerar, nesse caso, os discursos expressos nesses jornais como portadores de idéias que possuíam o seu lado de verdade muito particular, no qual “sua especificidade reside no fato de que ela se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas idéias (contidas nos editoriais e artigos)” (CAPELATO, 2003, p.147). Por meio da análise desses periódicos, buscou-se contextualizar os acontecimentos narrados referentes às ocorrências da cidade, e relacioná-los com a atuação do asilo como um “agente ativo” no desenvolvimento urbano do município.

A instituição analisada dispõe de um pequeno acervo fotográfico, que recobre o período estudado, podendo ser utilizado para uma análise das atividades educativas e eventos sociais que ali tiveram lugar. Segundo Kossoy (2000),

quando apreciamos determinadas fotografias nos vemos, mergulhando em seu conteúdo e imaginando a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto ou a própria representação

(o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido: trata-se de um exercício mental de reconstituição quase que intuitivo (p. 132).

Algumas fotografias localizadas no acervo do Lar Escola Coração de Maria registram as meninas em procissões de comemorações de dias santos; eventos públicos em que as meninas do asilo eram apresentadas à sociedade. Estas cerimônias públicas representavam as relações que existiam entre as meninas do asilo e a cidade de Piracicaba. Como nos indica Chartier (1988), “as cerimônias públicas não representam apenas, mas também constroem as relações entre os grupos sociais e o Estado” (p. 221). Assim, as meninas do asilo, ao participarem destas procissões, estariam estabelecendo um diálogo entre a instituição e a sociedade do município.

Ainda em relação ao uso de imagens fotográficas, Oliveira (2009) destaca que:

As imagens visuais não têm o mesmo estatuto do texto escrito, mas é necessário observá-las como um diferente, como um interlocutor privilegiado do texto escrito, compartilhado no texto cultural, com suas especificidades materiais e formais e história própria. Muitas pesquisas na área da História têm avançado nesse campo, elaborando o que poderíamos chamar de uma história da visualidade. Na História da Educação, as imagens têm sido utilizadas na maioria das vezes como um apoio para a comprovação de um texto escrito (p.2).

Nessa pesquisa, procurou-se utilizar as imagens na interlocução entre as duas concepções expostas pela autora, ou seja, como um interlocutor privilegiado e como um apoio para a compreensão do texto escrito.

Em suma, por meio dessas fontes, esta dissertação tem como um dos seus objetivos “mergulhar para apreender as perspectivas” (FOUCAULT, 1982, p.29), extraíndo o máximo possível que a documentação pode nos

oferecer e não uma explicação unívoca, acabada e última, visando aclarar o modo como meninas órfãs e desvalidas eram recolhidas, assistidas e educadas, bem como a proposta de educação dessa instituição católica de assistência.

No primeiro capítulo, interessou-nos pensar a cidade, a atuação dos sujeitos envolvidos com o município e suas relações políticas, sociais, culturais e econômicas com os problemas apresentados no cotidiano. Procurou-se, nesse sentido, identificar o que se esperava com a criação do Asilo de Nossa Mãe, em suas relações com a cidade, no que tange ao aspecto social e religioso e as articulações desta instituição com as outras instituições que comungavam de semelhante “missão”: a assistência e a educação de crianças desvalidas.

No segundo capítulo, procurou-se interrogar sobre a constituição do asilo e seus objetivos. Investigou-se as representações acerca da assistência à criança pobre por meio da análise do primeiro regimento e do estatuto da instituição. Buscou-se, ainda, relacionar a atuação do asilo e as práticas de recolhimento, assistência e educação de meninas que ali se instituíram, com os problemas enfrentados por uma cidade em intenso processo de desenvolvimento econômico, social, político e urbano, sem perder de vista os vínculos com as propostas em circulação no país, no interior das quais a educação da “mulher educada serviria de freio para (...) a degradação, pois através da educação que passaria aos seus filhos poderia modificar esta realidade”¹¹.

Procurou-se, ao mesmo tempo, levantar evidências sobre a atuação da madre católica e das mestras que atuavam na instituição como educadoras de meninas, no contexto de uma sociedade republicana emergente no período. Tal abordagem nos permite pensar as formas como se constituiu o projeto católico, em suas relações com os ideais republicanos, e

¹¹ OLIVEIRA (1995), citando a opinião de um periódico feminino da cidade do Rio de Janeiro denominado *A Família*, de 19/04/1890.

a articulação de ambos os projetos com a assistência e educação das crianças pobres.

Para finalizar, no terceiro capítulo indagou-se como ocorriam os debates acerca do recolhimento, assistência e educação das meninas órfãs e desvalidas, e como a defesa de uma higienização e moralização se articulava com a criação de instituições dessa natureza.

Ao problematizar os dispositivos disciplinares, higiênicos e pedagógicos utilizados no recolhimento assistencial e na educação de meninas pobres, fez-se necessário pensar esses dispositivos em relação às propostas de assistência e educação dessa instituição e seu diálogo com as instituições que lhe são contemporâneas, tanto em função dos projetos católicos quanto às propostas de assistência e educação propagadas entre o fim do século XIX e início do século XX. Nessa perspectiva, mostrou-se importante atentar para as reações dessas meninas mediante esse controle institucional.

Capítulo 1

“Lugar onde o peixe pára”

Figura 2: Rua da Família ou Boa Morte



A Rua Boa Morte era, e ainda é, uma das principais vias da cidade, recebeu esse nome por estar localizada acima de um antigo cemitério do município. Era conhecida, em fins do século XIX, como Rua da Família, por se localizar nela as Igrejas, Metodista e Igreja Nossa Senhora da Assumpção, além do Museu de história natural. Ao fundo podemos notar, à esquerda da fotografia, as torres da Metodista e da Assumpção. O Asilo ficava atrás da igreja católica.

Fonte: NETTO, 2000, p. 71

O mito do fausto

Fundada oficialmente em primeiro de agosto de 1767, Piracicaba localizava-se à margem direita do salto e a 90 quilômetros da foz do rio, que é afluente do Tietê. Seu povoado serviria de ponto de apoio para as embarcações que passavam por seu leito (TORRES, 2003).

Em 1784 o povoado foi transferido para a margem direita do rio por motivo de expansão da produção agrícola. A qualidade da terra e a salubridade do clima atraíram muitos interessados em investir na compra de

terras. No ano de 1821, Piracicaba foi elevada à categoria de vila e, no dia 24 de abril de 1856, recebeu o status de cidade, tendo seu nome oficialmente protocolado em 1877 por petição do então vereador Prudente de Moraes (TORRES, 2003).

O rio de Piracicaba, que deu nome à cidade, para além de ser o símbolo do município, pois a mesma se formou em suas margens, era até o início do século XX, uma das principais vias de acesso à cidade.

Pires (2008), ao estudar o desenvolvimento urbano do município, destacou que as melhorias que dariam impulso a uma cultura de exportação ocorreram a partir da segunda metade do século XIX. Mas o desenvolvimento econômico só vai ser notado no fim do século, por meio da realização de obras públicas como a iluminação e também pelos investimentos na infra-estrutura, com a chegada da Estrada de Ferro Ituana.

O início dessas obras, segundo a autora, sofreu influência direta dos republicanos, que atuaram no sentido de alavancar o desenvolvimento da infra-estrutura urbana e o “progresso” do município.

Assim, a execução dos serviços públicos passou a ser alvo dos empreendimentos privados. A Câmara Municipal, sem recursos, passou a ser integrada pelos republicanos e as concessões à iniciativa privada. Muitas obras foram viabilizadas pelo capital privado: o fornecimento de água e a iluminação pública foram as primeiras. Desta forma, com o surgimento de avanços tecnológicos, crescimento do comércio e uma maior concentração de pessoas na zona urbana, a cidade de Piracicaba vai perdendo pouco a pouco o seu aspecto rural (PIRES, 2008, p. 8).

No contexto em que o Asilo de Nossa Mãe foi inaugurado, o município de Piracicaba encontrava-se em pleno desenvolvimento econômico, político, cultural e social. Desde meados do ano de 1868, a cidade vinha sofrendo uma série de intervenções visando melhorias urbanas

como: construção de pontes, instalação de rede de água e esgoto, arborização das principais vias e abertura de novas ruas com o objetivo de dar maior mobilidade para seus moradores.

A iluminação pública, indício de desenvolvimento da cidade, teve seu início em 1869, ganhando impulso no período em que “a municipalidade e o Sr. Luiz Vicente de Souza Queiroz” se mobilizaram em prol da instalação da iluminação, tanto pública quanto particular, “por meio de eletricidade”, no valor estimado em 7\$000¹². Vale destacar que a instalação da rede elétrica do município ocorreu somente a partir de 1893 (TORRES, 2003, p. 244).

O Sr. Luiz Vicente de Souza Queiroz está entre as figuras mais importantes da cidade no período. Era empresário de destaque, dono de uma fábrica de tecidos localizada na margem esquerda do rio com aproximadamente 70 funcionários. Morava na fazenda São João da Montanha, propriedade utilizada para a cultura do algodão, seu ramo de atividade. Por ter ligações diretas com as idéias e os inventos norte-americanos, pôde ter acesso às tecnologias que viabilizariam a instalação de energia elétrica no município (DAWSEY & DAWSEY, 2005). Em 1894 participou da Exposição Universal de Chicago (EUA), onde foi condecorado com o prêmio “Word’s fair”¹³, concedido aos destaques da exposição¹⁴.

¹² GAZETA DE PIRACICABA, 13/07/1893, nº. 1869, p. 1.

¹³ GAZETA DE PIRACICABA, 08/1894. Cf. COSTA, 2005, p. 15.

¹⁴ Segundo Costa (2005), o “empresário Luiz de Queiroz, mantinha relações estreitas com os Estados Unidos e simpatizava com as idéias e inventos norte-americanos. Promoveu a instalação de energia, fogões elétricos e ventiladores fabricados nos EUA e tornou-se impulsor da venda direta destes produtos em Piracicaba. Sua Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, era utilizada para a cultura do algodão e sob a gerência de Lee Ferguson, filho de colonizadores norte-americanos, foi transformada em fazenda modelo” (p. 15). Para Rafaeta (2008) as Exposições Internacionais foram de suma importância, atuando como “centros difusores de modelos, em geral, pautados nas teorias científicas” (p.48). Por meio delas tanto europeus quanto norte-americanos exibiam algumas transformações técnicas como protótipos de máquinas, de produtos e de tecnologias, ao passo que o Brasil, junto com seus pares latinos “não civilizados” apresentavam seus produtos naturais como café, madeiras, minérios, plantas exóticas, folclore (p. 48). Ainda segundo Rafaeta (2008), as exposições internacionais se destacavam para o Brasil, por assumirem “o papel de vitrine de modelos a serem copiados” (p. 49).

Anterior à instalação da rede elétrica, em maio de 1887, foi a vez da inauguração do serviço de abastecimento de água do município. Acontecimento que foi ovacionado pelo jornal *Gazeta de Piracicaba* como um momento no qual a cidade “comemorou e sorveu o forte sabor do progresso” (COSTA, 2004, p. 21).

A água, no contexto da cidade de Piracicaba, era o símbolo do progresso, sendo vista por seus moradores como um elemento que traria o desenvolvimento para o município. Era também representada como um espetáculo, dando-se destaque, na imprensa, ao chafariz da praça central, obra inaugurada nesse mesmo ano, 1887, e tratada como marco de uma nova era para o burgo (COSTA, 2004, p. 19).

Num artigo publicado no jornal *Gazeta de Piracicaba*, de 03/01/1896, intitulado *Falta de Água*, noticiava-se que alguns bairros e ruas da cidade iriam sofrer com a escassez no abastecimento de água devida, supostamente, à sua localização geográfica. Dentre eles, estavam o Bairro Alto, localizado em uma região íngreme do município, e a Rua Boa Morte, local onde se instalaria, no mesmo ano da reportagem, o edifício do Asilo de Nossa Mãe¹⁵.

Georges Vigarello, na obra *História das práticas de saúde* (2001), analisa a constituição da relação entre a saúde e a doença, na França, desde a Idade Média, destacando que, em fins do século XIX, há um empenho do Estado em defesa das práticas de saúde coletiva. Dentre as medidas adotadas visando atingir esse propósito, estava o abastecimento de água, pois com as descobertas de Pasteur, referentes à ação dos micróbios no corpo, estimulam-se, segundo o autor, um gênero de intervenção preventiva e a atenção da população para com as forças escondidas que geravam as doenças. Nesse sentido, a água tornar-se-ia um elemento fundamental, já

¹⁵ GAZETA DE PIRACICABA, 03/01/1896, nº. 2198, p. 1.

que a lavagem possibilitava a defesa em relação àquilo que não se via (p. 208).

A análise de Vigarello permite pensar na importância que a água vai assumindo em fins do século XIX. Importância que também vai se evidenciar no município de Piracicaba, quando se constata a publicação de artigos que destacavam as preocupações em relação à ausência desse elemento fundamental, não somente relacionado ao espetáculo, mas à própria vida, já que era visto como agente de prevenção de doenças.

Em artigo publicado no dia 25/01/1895, o editor do jornal *Gazeta de Piracicaba* registrava um grande entusiasmo com as melhorias que eram realizadas na cidade em tempo “relativamente tão curto”, por meio da ação do Estado e de algumas parcerias com empresários da cidade. Destacava, ainda, que estas melhorias, respeitando as proporcionalidades, eram superiores às ocorridas em São Paulo, capital do Estado, pois no município de Piracicaba

suas ruas largas e rectas, quase todas pedregulhadas, se não rivalisam com o systema de paralelepípedos da capital paulista, pelo menos satisfazem as exigências do transito actual, são mais commodas e mais bonitas (p.1).

Enfatizava-se, no mesmo artigo, que todas estas melhorias também geravam, apesar dos benefícios apontados, certo desconforto para a população, principalmente em relação ao calçamento das ruas, pois

é um systema anachronico, é uma calçada estropeante, que se antepõe á commodidade pública, a elegância e ao próprio asseio, pois forma interstícios, cavados, que pouco a pouco se convertem em verdadeiros reductos de lixo e putrefação de varredura impossível – sem vassouras de prego (p.1).

Problema cuja solução vem proposta no mesmo artigo, já que poderia ser superado se essa obra fosse realizada “por partes, prevalecendo

o mesmo alvitre, que no fim de alguns annos teremos nos emancipado de um calçamento feio e ruim”¹⁶.

Todas estas preocupações e reclamações estavam pautadas nas experiências vividas por pessoas que residiam em Piracicaba e que eram ou foram proprietários de imóveis na cidade de São Paulo. Essas pessoas se sentiam lesadas em decorrência desse tipo de pavimentação, bem como do alargamento e calçamento das ruas da cidade. Isso pode ser observado mediante as queixas publicadas na *Gazeta de Piracicaba* em 1895. Entre elas uma que afirmava que “se faz mesmo com offensa ao direito de propriedade que cede às exigências insuperáveis do trânsito” (p.1). Assim, nota-se que as opiniões sobre a urbanização do município, eram por vezes divergentes entre as pessoas que expunham suas impressões no jornal da cidade.

Em fins do século XIX, a cidade de Piracicaba contava com “41 ruas emplacadas”, as ruas nominais. Dez delas anônimas e diversas que ainda estavam sendo projetadas. Somando toda a extensão das mesmas chegava-se a 42.000 metros (CAMARGO, 1899, p. 264). Dentre estas, destacam-se a Rua do Commercio, que recebeu este nome devido à sua importância comercial e a Rua Direita, que possuía, também, em toda sua extensão vários estabelecimentos comerciais. Formavam estas duas ruas, que se localizavam na região central, “os pontos cardeaes da cidade” (1899, p. 258).

Destacava-se ainda a já citada Rua Boa Morte, apelidada de “rua da família”, pois havia uma grande circulação das famílias que freqüentavam a Igreja Metodista e levavam seus filhos ao Colégio Metodista Piracicabano, muitas delas aproveitando para visitar o Museu Ornitológico, de história natural, que foi se constituindo num centro cultural da cidade, e se localizava em frente ao Asilo de Nossa Mãe. A rua se destacava, ainda, por

¹⁶ GAZETA DE PIRACICABA, nº. 1895, p. 1.

ser perpendicular às ruas que abrigavam o Colégio Assumpção e a Igreja do Coração de Maria.

A principal atividade econômica do município, no período estudado, era a plantação ascendente de cana-de-açúcar. Segundo Torres, “até o fim do século XIX o município de Piracicaba foi tipicamente açucareiro” (2003, p. 224). Assim, a lavoura de café, que era a principal atividade agrícola da região¹⁷, foi paulatinamente perdendo espaço na área de plantação da cidade para a produção do açúcar¹⁸, em fins do século.

Ao analisar as discussões sobre a implantação, no Estado de São Paulo, de uma nova empresa ferroviária, a Paulista, na segunda metade do século XIX, Torres (2003) assinala que tal empresa possuía, entre seus acionistas, muitos fazendeiros do município, os quais já tinham investimentos na empresa ferroviária Ituana e viam, nesta nova empreitada, uma oportunidade de investimento. A Paulista foi inaugurada em 11 de junho de 1872 com o intuito de transportar parte da produção agrícola do Oeste Paulista. A autora destaca também que, em Piracicaba, a ligação só ocorreu em 1922 (p.138).

Torres (2003) esclarece que a cidade de Piracicaba ficou relegada a um segundo plano na rota da ferrovia, uma vez que a malha ferroviária atenderia prioritariamente os produtores da lavoura cafeeira das cidades vizinhas. Segundo a autora, o motivo de Piracicaba ser atendida por tal investimento tão tardiamente em relação às cidades vizinhas, como Rio Claro e Limeira - que foram beneficiadas pelo empreendimento no ano de 1896 -, foi o fato de o município ter “retornado a suas origens açucareiras, tornando-se um dos grandes produtores de São Paulo” (p. 138).

¹⁷ Em 1885 a cidade produzia 4.500.000 quilos de café em média, por ano, contra 1.050.000 quilos de açúcar. Cf. CAMARGO, 1899, p. 138.

¹⁸ De acordo com Terci e Peres (2003), “a cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no município durante o Ciclo Açucareiro Paulista, na segunda metade do século XVIII e não parou de prosperar mesmo durante o auge da expansão da produção cafeeira: entre 1896 e 1905, a produção açucareira saltou de 34.042 sacos para 130.000, tendo crescido 400%” (p. 3).

Figura 3: Trabalhadores na lavoura de cana-de-açúcar



Os colheitadores de cana-de-açúcar eram personagens característicos da cidade de Piracicaba, por ser a fabricação do açúcar uma das principais atividades econômicas do município. Pode-se observar que esses trabalhadores estavam, freqüentemente acompanhados pelos fazendeiros.

Fonte: NETTO, 2000, p. 117.

Assim como Torres (2003), Figueroa (2008), ao estudar a sociedade piracicabana do fim do século XIX, destaca que o aumento dos ramais ferroviários no Oeste Paulista ocorreu em função da lavoura e beneficiamento do café em fins de século. Porém, o autor afirma que o município de Piracicaba apresentava como atrativo, em meados do século XIX, a fertilidade de seu solo e, apesar da “expressiva expansão da cafeicultura” (p. 49), a cidade tinha uma pequena distinção em relação à região, que era a lavoura de cana-de-açúcar. Nas outras regiões, predominava a lavoura cafeeira.

Verifica-se que o número de engenhos na cidade de Piracicaba era de aproximadamente 80 unidades. Estes produziam juntos a soma de cerca

de 350.000 arrobas de açúcar¹⁹. Fato que mostra a importância que a lavoura canavieira estava ganhando no município neste período.

Figura 4: O Engenho Central



Inaugurado em fins do século XIX, o Engenho Central foi um dos marcos do desenvolvimento econômico da cidade de Piracicaba.

Fonte: NETTO, 2000, p. 97.

De acordo com Terci e Peres (2003), o crescimento da produção foi em certa medida viabilizado pela modernização de “suas unidades produtivas”, tendo como destaque os dois principais engenhos da cidade:

o Engenho Central de Piracicaba, fundado pelo Barão de Rezende em 1881 e o Engenho Central de Monte Alegre, através de seu proprietário, Antonio Alves Carvalho, que na condição de principal acionista, desencadeou a partir de 1898 uma série de medidas no sentido de modernizá-lo (p. 3).

Perecin (1989) destaca em sua obra sobre o município que, apesar das reportagens do jornal *Gazeta de Piracicaba* citarem as melhorias urbanas e elas de fato estarem ocorrendo, algumas figuras da elite como o

¹⁹ 350.000 arrobas correspondem a 5.250.000 quilos de açúcar, em média. Cf. CAMARGO, 1899, p. 275.

Dr. Alfredo Moreira Pinto registravam, no ano de 1900, “as suas impressões pouco lisonjeiras sobre Piracicaba”. Dentre elas, destacavam-se problemas como: “casas antiquadas, águas lamacentas e impróprias, largos acanhados (exceto o da Matriz), fanatismo religioso” (p. 40). O queixoso, por outro lado, reconhecia o dinamismo comercial do município, o avanço das escolas e suas belezas naturais.

Haveria, assim, apesar do destaque que se dava ao desenvolvimento da cidade, problemas que deveriam, segundo as opiniões expressas no jornal *Gazeta de Piracicaba*, ser sanados. Dentre estes, destacavam-se, o dos menores que perturbavam a ordem pública.

Dentre as várias queixas registradas, destacamos um artigo, que chamou a atenção dos editores do jornal para o problema das crianças abandonadas, intitulado *Menores Perversos*, publicado em 14/09/1893. Transcrevemos um trecho do mesmo:

(...) dia e noite, grupo de menores desocupados infestam as nossas ruas e praças, praticando toda a sorte de selvageria, sem que a polícia os reprima.

Mais uma vez o nosso collega do Jornal do Povo tem reclamado as providências necessárias; entretanto, essas reclamações não têm sido ouvidas por aquelles que têm o dever de zelar da moral e da tranqüilidade publicas.

Os magotes de menores perversos continuam a vagar pela cidade, gritando e assoviando, damnificando casas e, o que é mais quebrando as lâmpadas da iluminação electrica, ao que parece por simples e ingênua recreação.

Para não sairmos do caminho da ordem, chamamos a atenção de quem competir; entretanto nos parece mais summario que os prejudicados façam justiça por suas próprias mãos²⁰.

O *Gazeta de Piracicaba* mostrava a preocupação da população esclarecida, representada pelas elites da cidade, com os “menores” que, por serem desocupados, infestavam as ruas e praças, “praticando toda sorte de selvageria” (p.1).

²⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 14/09/1893, p.1.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* destacava também que havia uma cobrança de posição, por parte da população, junto à polícia e autoridades locais. Essas reclamações denunciavam que os “menores” estavam vagando pela cidade, praticando atos de vandalismo como se fosse “ingênua recreação”, e que os mesmos deveriam ser repreendidos, pois, caso contrário, os prejudicados por tais menores fariam “justiça com as próprias mãos” (1893, p.1).

Os comportamentos hostis, estampados nas páginas do jornal, mostram que, sob a ótica das elites do município, faltavam a tais crianças educação, bem como os princípios de disciplina. A omissão de pais e mães, no tocante à educação, vigilância, moralização e socialização de seus filhos, seja por desinteresse ou por ignorância, gerava estes comportamentos indesejados, que se manifestavam em sua circulação no espaço público. Como nos esclarece Adorno (1990):

Os costumes vigentes, herdados do passado colonial, também denunciavam passados intransponíveis. Por um lado, a violência embrutecida das populações pobres parecia algo paralisante. As pendências continuavam a ser pensadas como questões privadas e tendiam a ser resolvidas no confronto, tête-à-tête, o que dificultava uma intervenção policial preventiva eficaz (p. 10).

Schueler, em um artigo intitulado *Crianças e escolas na passagem do Império para a República* (1990), aborda o processo de escolarização ocorrido nos principais centros urbanos brasileiros a partir de meados do século XIX, destacando que, a partir da proclamação da República, houve uma intensificação das

discussões sobre a educação infantil (...) com a entrada de novos atores sociais e novas problemáticas. A ênfase no combate à criminalidade e à “vadiagem” das crianças e jovens nas cidades, integrando um projeto mais amplo de controle social das relações de

trabalho, despertou a atenção de juristas e profissionais relacionados à prevenção e repressão dos “males sociais” (1990, p. 16).

O interesse de juristas e profissionais desejosos de combater a criminalidade e a “vadiagem”²¹ das crianças e jovens nas cidades caracterizou-se pelo objetivo de prevenir e repreender os causadores dos “males sociais” (p. 16). A autora destaca também que a categoria infância estava se redefinindo, bem como as diferenças entre as “crianças” e os então chamados, pelo célebre Evaristo de Moraes, “menores delinquentes, abandonados e viciosos” (1990, p.16). Expressões que se tornavam cada vez mais delicadas e, ao mesmo tempo, mais evidentes.

Schelbauer (2006) enfatiza, ao estudar as práticas escolares dos professores públicos da cidade de São Paulo, que os problemas com a educação eram inúmeros e iam desde instalações inadequadas das escolas para as crianças até a falta de materiais de ensino. Além disso,

a irregularidade da frequência dos alunos resultava, de acordo com o relato de muitos professores, na impossibilidade de uniformizar o método de ensino. Na realidade, havia uma resistência dos pais em enviarem os filhos à escola, mostrando um grande hiato entre os desejos dos intelectuais de oferecer educação às classes populares e o desejo dessas classes de enviarem seus filhos à escola (2006, p. 7).

A autora enfatiza que esses eram os fatores que, na ótica dos professores, dificultavam o ensino público.

Ana Maria Melo Negrão (2006), ao estudar o Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, instituição contemporânea ao Asilo de Nossa Mãe, destaca que

²¹ Citando Fraga Filho, Valdez (2006), destaca que “o termo vadio já comportava em sua condenação moral, pois advinha do fato da criança estar fora do domínio familiar e produtivo. O menino vadio atentava contra a ordem familiar, por isso era inevitável que fosse visto como ameaça à ordem social” (p. 266).

o “Asylo de Orphans”, instituição assistencial-filantrópica, em uma cidade marcada por conflitos de classe social e pela hegemonia da classe elitista, teria encontrado no confinamento as viáveis condições para evitar desvalidas nas ruas, mendigando ou prostituindo-se pelas ruas de uma cidade, essencialmente preconceituosa (p.1).

Assim a criação de instituições dessa natureza, tanto na cidade de Campinas como em Piracicaba, teria como um dos objetivos o confinamento de meninas desvalidas, recolhendo-as das ruas, evitando que se prostituíssem e que perturbassem a ordem pública.

Segundo alguns analistas dos problemas sociais, no período, um dos grandes problemas enfrentados por cidades como Piracicaba, em franco desenvolvimento urbano, no fim do século XIX e início do XX, era, entre outros, a “adversidade de ambientes”, ou seja, lugares que promoviam os vícios e a degradação das virtudes,

lugares onde predominam os instintos irrefreáveis sobre a razão, o mal sobre o bem, o vício sobre a virtude, cenários de vítimas de um destino implacável que conduz à degradação e à perdição. Frente a este quadro de adversidades, aparelham-se as instâncias de controle, de intervenção e de saneamento moral (ADORNO, 1990, p. 10).

Polícia e justiça passaram a ser os representantes do Estado para conter essas hostilidades civis. Paralelamente, a filantropia se propôs a reconstruir esses “vínculos perdidos, dissipar os efeitos perversos” causados por essas adversidades (ADORNO, 1990, p. 10).

Nas últimas décadas do século XIX, houve uma intensificação nos debates sobre o tema da criança abandonada e delinqüente. Dentre as queixas contra estas crianças, predominavam, segundo estudos de Valdez, aquelas que registravam que elas “faziam das ruas seus espaços e incomodavam os bem nascidos”. Para a autora, a “vadiagem correspondia a brincadeiras, jogos e divertimentos de rua praticados pelos não bem

nascidos”. Tal prática era “identificada como vícios de vadiagem (2006, p. 247).

O jornal *Gazeta de Piracicaba*, em artigo intitulado *Eduque-se a Infância* de 03/02/1896, conclamava seus leitores a refletirem sobre a educação das crianças, informando que

o governo esta empenhado em difundir o ensino primário, mas o maior obstáculo é a ignorância dos paes, é sua educação viciosa, é esse habito de consequência funesta de consentirem elles que seus filhos andem em magotes pelas ruas, em gritaria selvagem, proferindo palavras obscenas, damnificando propriedades. Para os menores procedentes de origem viciosa, a escola moderna não é sufficiente. A elegância do edificio não os attrahe; o mestre não os pode conter. É preciso que a policia os expulse da rua, da escola do vicio, para que elles se tornem cidadãos úteis a si e a sociedade (p. 1).

A educação e a instrução eram defendidas como fatores capazes de suprir as carências das crianças, que frágeis “na constituição física, na conduta pública e na moralidade”, necessitavam ser reguladas e normatizadas para o convívio social (VALDEZ, 2006, p. 256).

Nas páginas do jornal, a educação era defendida como uma possível saída para este mal que assolava a cidade, destacando-se o empenho do governo municipal em difundir o ensino primário. Mas, para isso, teria que vencer o grande obstáculo consubstanciado pela ignorância dos pais, que permitiam que seus filhos andassem em bandos pelas ruas, praticando atos de vandalismo, gritando e pronunciando palavras de baixo calão, além de danificar as casas.

O periódico argumentava também que os menores agiam desta forma por serem de origem viciosa. A única solução para o problema enfrentado pela cidade e seus cidadãos era, na opinião do jornal, a intervenção da força policial, que deveria expulsar esses “menores das ruas”, consideradas como

a escola de vícios, para que, desta maneira, eles se tornassem cidadãos úteis para a sociedade.

Pode-se perceber que a polícia é chamada como um dos agentes da manutenção desta nova ordem urbana, que se objetivava instaurar na cidade. Por meio das crianças em idade escolar e, sobretudo, daquelas que “vagavam” pelas ruas, essa intervenção visava assegurar a decência da população. Tirar as crianças da rua era, nesse sentido, uma providência inadiável, já que esta era vista como um lugar a ser evitado, decadente.

A escola figura, nesse discurso, como um antídoto a esses males. E “as delegacias de polícia assumem um papel ‘civilizatório’, que têm na figura do delegado um conselheiro, capaz de acabar com esta desordem” (ADORNO, 1990, p. 10).

Pode-se afirmar, neste contexto, que o Asilo de Nossa Mãe, ao oferecer assistência às meninas desvalidas e órfãs, estaria contribuindo para o desenvolvimento destas, protegendo as crianças que perambulavam pelas ruas, e que necessitavam de cuidados, por serem de famílias desprovidas de recursos. E, para além disso, ao recolhê-las das ruas, impedia que elas se contaminassem com vícios e perigos que as rodeavam, como a prostituição, a jogatina, etc.

Redes de saber e assistência

Na última década do século XIX, o município de Piracicaba contava com 23 instituições de ensino para uma população estimada de, aproximadamente, 15.000 pessoas²². No ano de 1899 já seriam mais de 20.000 (TORRES, 2003, p. 269), elevando-se, Piracicaba segundo o

²² Em 1895 eram 14000. (Conforme a *Gazeta de Piracicaba* de 10/04/1895, nº. 2086, p. 1). De 1896 a 1899, foram registrados 4152 nascimentos e 3122 óbitos, culminando em um aumento da população de aproximadamente 1030 pessoas, totalizando 15030 o número de pessoas na cidade. Cf. CAMARGO, 1899, p. 264.

Almanak escrito por Camargo, em fins do século XIX, para a posição de terceira cidade mais populosa do oeste sul paulista, depois de Campinas e Sorocaba (1899, p. 128). Esses dados permitem perceber a importância que a cidade vai assumindo no período e, ao mesmo tempo, como seu crescimento se dava em escala consideravelmente acelerada²³.

Apesar de um número de habitantes em considerável crescimento para o período, havia uma baixa participação da população na vida política, como se pode concluir com bases nos dados do pleito de 1894. Nas eleições realizadas naquele ano, foram registrados “somente 774 eleitores, destes 347, deixaram de votar”²⁴, evidenciando o pequeno número de alfabetizados, grupo que poderia participar dos pleitos, e um grande número dos que deixavam de votar, uma vez que, no período, o voto não era obrigatório.

De igual modo, o Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890 (Regulamento Lobo) alterou o panorama dos eleitores, excluindo os menores de 21 anos (exceção dos casados, oficiais militares, bacharéis e doutores, bem como os clérigos de ordem sacra), os filhos de família (não considerados tais os maiores de 21 anos) e os praças do Exército, da Armada e dos corpos de policiais (exceção dos reformados)²⁵.

Naquele mesmo ano, foi computado, pelo inspetor literário que organizou o recenseamento da população escolar, o total de 1337 crianças em idade de frequentar a escola²⁶. Nesse recenseamento, observou-se que a junta apuradora considerou como crianças em idade escolar, tanto as que recebiam, quanto as que não recebiam instrução, de ambos os sexos, sendo estes dados publicados na imprensa local.

²³ Diferente dos dados apresentados por Torres (2003), os estudos de Ribeiro (1991), indicam que a população de Piracicaba era em 1874, composta de 15.753 pessoas, em 1886 este número já era de 22.150 e em 1900, segundo a autora, a população era de 25.374 pessoas. (p. 69)

²⁴ GAZETA DE PIRACICABA, 04/03/1894, nº. 1936, p. 2.

²⁵ CORREGEDORIA ELEITORAL – TRE-CE. Memorial. Disponível em, <http://www.tre-ce.gov.br/tre/institucional/cre/memorial.htm>. Acesso em 27/10/2008.

²⁶ GAZETA DE PIRACICABA, 29/04/1894, nº. 1951, p. 1.

Esses números incluíam a população urbana e a rural, destacando-se que, até aquele momento, dentre as crianças do sexo masculino, 139 recebiam instrução pública, 319 instrução privada e 255 não recebiam nenhum tipo de instrução, totalizando 713 meninos em idade escolar registrados. Observa-se que o número de crianças do sexo masculino no ensino privado era mais que o dobro do total dos que recebiam instrução no ensino público e o número dos que não freqüentavam a escola era quase um terço da população em idade escolar.

Quanto ao sexo feminino, constatou-se que 137 meninas recebiam instrução pública, 285 recebiam instrução privada e 202 não recebiam instrução, num total de 624 meninas recenseadas²⁷. Neste levantamento, pôde-se perceber que o número de crianças que não recebiam instrução, tanto do sexo masculino quanto feminino, superava o número daquelas que recebiam a instrução pública.

Essa defasagem em relação às crianças que deveriam freqüentar a escola era comumente atribuída pelo jornal *Gazeta de Piracicaba* “à ignorância dos paes”²⁸ que não tinham como prioridade conduzir seus filhos às escolas. A argumentação da época era a de que a “elegância do edifício não os attrahe”²⁹. O jornal afirmava também que os professores eram considerados profissionais sem habilidades ou até mesmo ingênuos³⁰. E, por fim, como observou Rafaeta (2008), essa defasagem era atribuída, em certa medida, ao Estado que se omitia no estabelecimento de leis que priorizassem a freqüência escolar (p. 68).

O Estado, por sua vez, se eximia de qualquer falta de empenho, como visto no artigo publicado pelo jornal *Gazeta de Piracicaba*, um de seus porta-vozes, em sua edição de 03/02/1896, que evidencia que o

²⁷ GAZETA DE PIRACICABA, 24/05/1894, nº. 1958, p. 1.

²⁸ GAZETA DE PIRACICABA, 03/02/1896, nº. 2246, p. 1.

²⁹ GAZETA DE PIRACICABA, 03/02/1896, nº. 2246, p. 1.

³⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 03/02/1896, nº. 2246, p. 1.

discurso do Governo era o de um reforço à necessidade de lutar pela qualidade da educação oferecida às crianças.

Schelbauer (2006) destaca que os irmãos Moraes Barros, que eram figuras conhecidas na cena política da cidade de Piracicaba, estavam entre os nomes que atuavam não só no âmbito das iniciativas privadas de ensino, mas também nas ações de reforma do ensino público paulista, implementadas em fins do século XIX. Reforma essa pautada nos moldes republicanos que dentre alguns princípios, destacava o oferecimento à “sociedade paulista o contato com os saberes em âmbito mundial” (p.9).

Apesar do expressivo número de crianças fora da escola em Piracicaba havia, no período, um número considerável de locais para a instrução e educação das crianças. Das 23 instituições de ensino que atuavam na cidade³¹, quatro eram confessionais: o Asilo de Nossa Mãe, internato para meninas desvalidas e órfãs; a Escola do Sagrado Coração de Jesus, para meninos pobres da cidade; o Colégio de Assumpção de Nossa Senhora, internato para meninas, esses três católicos, e o Colégio Metodista Piracicabano, que era um internato feminino e externato masculino de ensino particular.

Além destas, havia outras 11 instituições particulares: a Scuola Italiana Umberto I, dirigida pelo professor G. Tognere. Uma escola particular mista (para crianças de ambos os sexos), que ministrava a instrução primária, fundada e mantida pelo Sr. João Boaventura Pedreira. A escola particular de D. Eulália, externato para ambos os sexos. Uma outra com aula mista particular, que era dirigida pelo Sr. Jacynto Antenor Silva e fornecia a instrução primária. O Externato e Internato Tristão Mariano, que funcionava como externato misto e internato só para meninas, ministrando a instrução primária e secundária, especializado em música.

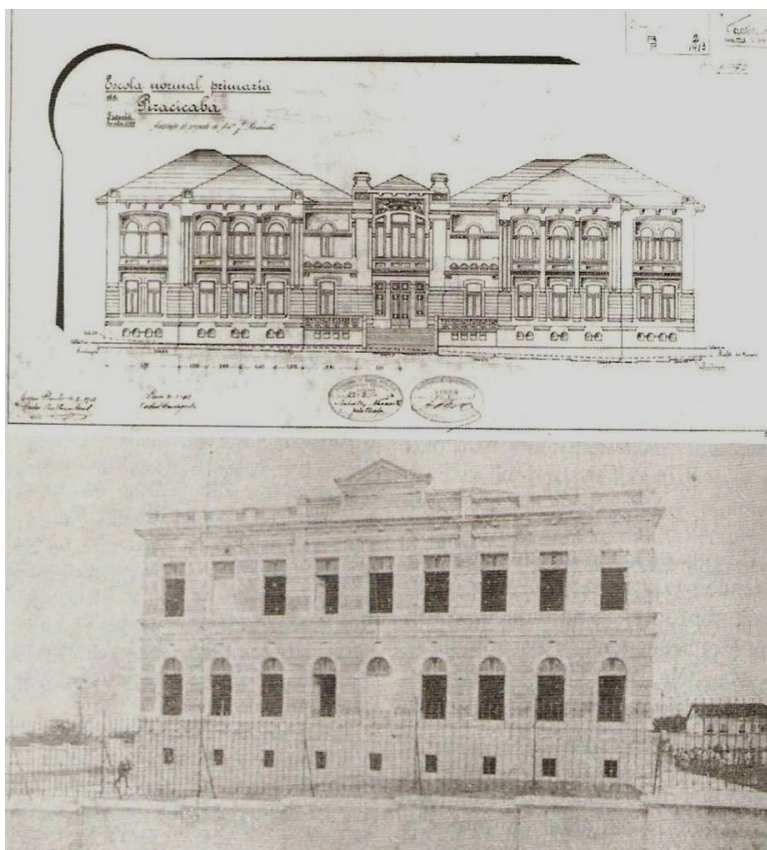
³¹ Todas as instituições descritas estão no Almanak de Piracicaba. Cf. Camargo, 1899, p. 145-155. Arquivo do IHGP.

O *Almanak de Piracicaba* registrava, ainda, o funcionamento das seguintes instituições: Escola Luiz de Queiroz, mantida pela cooperativa de funcionários da fábrica de tecidos Santa Francisca, que oferecia instrução primária diurna e noturna, para ambos os sexos; a Escola Fluminense, de instrução primária, somente para adultos do sexo masculino; Sociedade Igualitaria Instructiva, instituição noturna de ensino primário e secundário, “gratuita para sócios, na maioria homens de côr”; Colégio Perseverança, instituição de educação feminina integral (infantil, preliminar, secundário e especial); Externato Haffenbaecher, instituição feminina que aceitava, além de meninas, meninos de bom comportamento e se caracterizava pela “instrução primaria e secundária, especializando trabalhos de agulha de toda a sorte, ainda os mais difíceis e complicados”. E, por fim, o Colégio Ypiranga, instituição particular de ensino preparatório para o curso de Direito de São Paulo, que também ministrava aulas de Desenho, Caligrafia e Escrituração Mercantil (CAMARGO, 1899, p. 151).

Além destes, conforme Camargo (1899) o município possuía, ainda, na última década do século XIX, oito instituições públicas de ensino, sendo elas: dois Grupos Escolares de ensino primário, para ambos os sexos, entre 7 e 12 anos de idade; Escola Complementar, “destinada a ensinar professores para o magistério preliminar”; Escola pública, 2^a cadeira, 3^a cadeira e 5^a cadeira de ensino primário para meninas. Curso noturno do Estado e escola noturna municipal, direcionados para adultos do sexo masculino.

Segundo Camargo (1899), com 400 alunos matriculados e 300, na média de frequência, o Grupo Escolar, era o maior da cidade, em contrapartida, a Escola particular do Diretor João Boaventura Pedreira, que possuía 21 alunos, era um dos menores em número de alunos.

Figura 5: Escola Complementar de Piracicaba em 1897



A monumentalidade do prédio da Escola Normal primária de Piracicaba, inaugurada em 1900 e que hoje funciona como EE. Prof. Sud Menucci, permitiu perceber a importância conferida pelo Estado à educação no período. Voltada até o fim da década de 1990 para a formação de professores, a instituição constituiu-se na terceira maior escola, do período, no município.

Fonte: NETTO, 2000, P. 96.

Dentre as instituições confessionais, o Colégio Piracicabano é o que possuía o maior número de alunos, chegando a 230, entre externos e internos, incluindo crianças de ambos os sexos. Em seguida, encontrava-se o Colégio Assumpção, com 200 alunas internas; a Escola do Sagrado Coração de Jesus, com 156 alunos matriculados e, por fim, o Asilo de Nossa Mãe, com 23 internas recolhidas e assistidas (CAMARGO, 1899, p. 145 e 154).

Por esta listagem e pelos dados que registravam os números de alunos que freqüentavam as instituições de ensino e suas respectivas idades,

pode-se perceber que a cidade de Piracicaba, em fins do século XIX, se esforça para ampliar o atendimento educacional. Todo esse esforço se caracterizou como parte de um projeto voltado para a formação da família, incluindo tanto as famílias abastadas, como as mais modestas, dentre elas, as consideradas desvalidas. Segundo Torres, ao analisar as instituições educacionais do município no período, observa-se que as perspectivas educacionais estavam tomando um rumo bem promissor (2003, p. 200), ou seja, estava sendo atingido o objetivo traçado de promover a educação das crianças do município.

Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, ficou estabelecido no artigo 72, parágrafo 6º., que o ensino do país seria de caráter leigo, ao menos, o ministrado no ensino público. Assim, citando Tanuri (2000), Lima e Marcondes et al. (2008), comentam que surgem no país,

dois segmentos paralelos na educação brasileira, o público, que apesar de estar sob o controle do estado ainda não possuía estrutura desenvolvida para ministrar uma educação consistente, por não ter uma política educacional sustentável (p.10).

Ainda segundo esses autores,

o particular, de caráter quase que exclusivamente confessional, dividido em dois sistemas: o católico, para os de religião cristã católica e o protestante, para os de diversas denominações evangélicas [metodistas, presbiterianos, luteranos, anglicanos, batistas, adventistas], que se fortalecia com a grande quantidade de imigrantes que procuravam manter seus filhos sob a guarda da fé que professavam (LIMA E MARCONDES, et al., 2008, p. 10).

No contexto da cidade de Piracicaba, deve-se destacar que o Asilo de Nossa Mãe, se constituía em uma das instituições de assistência e educação que se relacionava com outras tantas com credos religiosos distintos, mas com objetivos que se assemelhavam em relação ao

assistencialismo³²: a de contribuir com a população pobre do município nas suas mais diversas necessidades.

Computam-se em operação na cidade 15 órgãos beneficentes, entre associações, clubes, grêmios, sociedades, etc. Entre estes se destacava: a Associação Operária Leigas do Bem, criada em 21 de agosto de 1897. Era um órgão fundado pela loja maçônica do município, que se afirmava como “essencialmente moral e philantropica”. Faziam parte desta organização 50 senhoras, cujos trabalhos tinham como finalidade promover a “amizade, concórdia e a codjunção entre todas as sócias”; defendiam “a regeneração da mulher, sua reabilitação social e garantia de seus direitos”, como também o exercício da beneficência, a gratuidade da instrução pública nas escolas, desde que fundadas pela associação, além de pregar o socorro aos indigentes e a fundação e manutenção de hospitais e asilos³³.

No mesmo período, o município contava com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, instituição fundada em 21 de março de 1897, com o objetivo de proporcionar a seus associados uma ajuda quando estes se encontravam doentes, além de auxiliar nas despesas com farmácia e médicos, ou “um auxilio diário de 3\$”³⁴, para aqueles impossibilitados de trabalhar; o Circulo Meridional XX de Setembro, fundado em 27 de fevereiro de 1898, que tinha como propósito “reunir em família os italianos das províncias meridionais para o fim de auxiliarem-se mutuamente, em caso de necessidade, e propagar a instrucção entre os associados e os filhos destes”³⁵.

Funcionava, ainda, na cidade o Grêmio Hespanhol, criado em julho de 1898, tendo como finalidade reunir pessoas de nacionalidade espanhola

³² Segundo a análise de Botin, as instituições assistenciais pretendiam “readaptar os menores tidos como perigosos do convívio social”. Para a autora esses espaços, na virada do século XIX, se apresentaram “como alternativa” para garantir “a readaptação” das crianças consideradas pela população como viciosas e vadias” (2007, p. 29).

³³ CAMARGO, 1899, p. 238.

³⁴ Ibid, 1899, p. 242.

³⁵ CAMARGO, 1899, p. 242.

para promover o vínculo e a fraternidade, além de ajudar os imigrantes e seus descendentes, incluindo aqueles que não participavam do órgão como associados.

Pode-se afirmar que estas associações e grêmios, realizavam um trabalho assistencial para as pessoas que não eram atendidas pela municipalidade. Assim, estes órgãos e instituições tinham um papel muito peculiar no município piracicabano, que era o de amparar os marginalizados, livrando-os de ambientes hostis e, ao mesmo tempo, promovendo a ordem pública.

Em suma, as atividades do Asilo de Nossa Mãe e outras instituições beneficentes se caracterizavam pelos trabalhos de assistência que elas realizavam na cidade de Piracicaba, articulando-se em um contexto em que as autoridades públicas e as elites do município estavam empenhadas em promover a instrução e a educação das crianças, de ambos os sexos. Assistência e educação mesclavam-se no conjunto dessas iniciativas, que têm lugar numa cidade impulsionada pelo ritmo do progresso e inquieta com os problemas que o acompanhavam.

Capítulo 2

Sob a sombra da “philantropia”

Figura 6: Madre Cecília



Madre Cecília (1852-1950) foi diretora do Asilo de Nossa Mãe por 14 anos – 1898-1912 – fundadora e superiora-geral da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria por 12 anos – 1900-1912. Era costureira, atividade que garantia o seu sustento e de seus três filhos. Após o falecimento do marido, entrou para a vida religiosa, sonho que, segundo Pedroso (1996), cultivou desde a sua juventude.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

Lágrimas de alegria: em nome da fé

Daqui em diante em Piracicaba, as meninas, pobres, órfãs e desvalidas não chorarão mais a lagrima da orfandade, porque o Coração de Maria Nossa Mãe a todas oferece carinho e agasalho maternos³⁶.

³⁶ Declaração feita pelo Frei Luiz Maria de São Tiago em 02/02/1897. Cf. PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 85.

Com estas palavras, Frei Luiz Maria de São Tiago³⁷ anuncia a colocação da pedra fundamental do Asilo de Nossa Mãe, conforme nota publicada no jornal *Gazeta de Piracicaba*, em 21/02/1896, que convidava todos os leitores a participarem do evento,

hoje, ás 12/1/2 horas da tarde, terá logar a bençam e assentamento da pedra fundamental do futuro edifício destinado ao azylo de orphans, em frente à residencia do sr. Valencio Bueno de Toledo, à Rua Boa Morte. É mais uma prova não só do nosso progresso local, como da boa vontade e sentimento caridoso que anima os promotores de tão levantado commetimento, e daquelles que promptamente vieram em seu auxilio. Rejubilando-nos por este faustoso acontecimento, convidamos ao publico para assistir as cerimônias de hoje³⁸.

Testemunho do progresso local, da boa vontade e caridade dos promotores, a ocasião solene reuniu diversas autoridades que saudavam esse “grandioso” empreendimento, cuja repercussão mereceu destaque na edição de 25/02/1896 da *Gazeta de Piracicaba*.

Realizou-se no domingo, 21 do corrente, o lançamento da primeira pedra do edifício que vai ser destinado ao Asylo de Orphans. Houve bençam religiosa por parte dos sacerdotes Vigário Galvão e Frei Bernardino. No cõncavo da pedra foi lançado uma caixa metallica contenum um numero d’O Commercio, um da Gazeta e differentes moedas. Fizeram-se ouvir commentario o auspicioso facto os srs. dr. Rafael Marques Cantinho, dr. Joveniano Alvim, dr. Francisco Morato e o professor Antonio de Mello Cotrim. Durante a solemnidade tocaram bandas de musica³⁹.

³⁷ Em S. Tiago, diocese de Trento na Itália, nasceu Benjamim Zucali, vestiu o hábito capuchinho em 29/09/1877, recebendo o nome de Frei Luiz Maria de São Tiago; foi ordenado sacerdote em 21/09/1884, vindo para o Brasil em 1896. Além de ser o fundador do Asilo de Nossa Mãe, erigiu canonicamente a Ordem Terceira Secular de S. Francisco de Assis. Cf. PROVA DOCUMENTAL. Op. cit., p. 82.

³⁸ GAZETA DE PIRACICABA, 21/02/1896, nº. 2349, p. 1.

³⁹ Idem, 25/02/1896, nº. 2350, p. 2.

O projeto do asilo foi idealizado por Frei Luiz e por Madre Cecília⁴⁰, no ano anterior, num episódio denominado pelas fontes de “inspiração”, quando D. Antonia de Macedo, em meio ao trabalho em sua oficina de costura, declarou a uma de suas companheiras da Ordem:

em minha mente, cândida, uma idéia que não sei se é inspiração ou tentação. Desejava arranjar uma casa onde, morando com algumas irmãs terceiras, pudéssemos, além de levar uma vida de oração e trabalho, nos dedicarmos ao apostolado das almas, auxiliando os nossos capuchinhos em suas árduas missões⁴¹.

Romano (1996) observa que a Ordem Terceira Franciscana se constituía em uma corporação de leigos subordinados às ordens religiosas tradicionais, mas que possuíam autonomia em relação à Igreja, quanto à sua atuação, podendo assim, eleger sua própria diretoria, sem nenhum ônus.

Segundo Gavazzoni (2009), Madre Cecília, que no ano de 1896, foi eleita a 1ª Ministra da Ordem III Franciscana para a parte feminina tinha, a princípio, o objetivo de criar somente uma congregação para viver uma vida de oração separada da sociedade⁴². Ao relatar sua idéia a frei Luiz, este lhe respondeu que: aquele seu pensamento e desejo não eram, “nem loucura nem tentação (...), mas verdadeira inspiração de Deus **e que essa casa seja para meninas órfãs e desvalidas**”⁴³ (grifos nossos).

Como nos esclarece Pedroso, a “inspiração” da madre era instituir um recolhimento para as irmãs terceiras, para que estas pudessem viver em

⁴⁰ Antônia Martins de Macedo nasceu em Piracicaba no dia 7 de julho de 1852. Foi batizada em sete de novembro de 1862 na matriz de Piracicaba. Em 11 de fevereiro de 1888, aos 35 anos, casou-se com Francisco José Borges, com quem teve três filhos: uma menina que nasceu cega e com deficiência mental e dois meninos. Com a morte do marido em 1893, Antonia entrou para a Ordem Franciscana Terceira Secular de Piracicaba, em 31/12/1895, com o nome de Irmã Cecília do Coração de Maria. No ano de 1898, iniciam-se as atividades no lar com as irmãs Cecília, Nazária, Virgínia, Benedita e Valéria, mais duas órfãs e os três filhos da irmã Cecília. Cf. PEDROSO, J. C. C. *Um coração de Maria: vida de Madre Cecília do Coração de Maria (D. Antônia Martins de Macedo) 1852-1950*. São Paulo. Edições Loyola, 1996, p. 107-108.

⁴¹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 83.

⁴² Gavazzoni é atualmente a diretora do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

⁴³ PROVA DOCUMENTAL. *Ibid.*, p. 84.

comunhão, auxiliando os missionários capuchinhos. Tal idéia foi, de acordo com o autor, “um tanto transformada por Frei Luiz em um abrigo para meninas desvalidas” (1996, p. 43).

Assim a idéia de se criar um asilo de recolhimento para meninas desvalidas foi, segundo Gavazzoni (2009), de frei Luiz de São Tiago. A madre teria, conforme a autora, obedecido ao então diretor da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, mesmo tendo, a priori, resistido à idéia de cuidar das meninas. O que se pode observar é que frei Luiz instituiu o asilo e atribuiu à congregação, defendida pela madre, a responsabilidade pela instituição.

Ao ouvir o relato da madre Cecília, frei Luiz, que já tinha vivenciado experiências com o ensino de crianças pobres, provavelmente vislumbrou a possibilidade de criação de um asilo de órfãos e desvalidas no interior da congregação das irmãs franciscanas, o qual poderia seguir os moldes da escola para meninos mantida pelos freis na cidade.

Enfim, as experiências de Madre Cecília do Coração de Maria com as desvalidas recolhidas pelo Asilo de Nossa Mãe se devem, em grande medida, à iniciativa de seu superior dentro da Ordem Terceira, Frei Luiz Maria de São Tiago, idealizador de uma instituição para o recolhimento de crianças pobres, no município de Piracicaba.

Em 8 de julho de 1896, o padre Francisco Galvão P. de Barros, autorizou, por meio de uma subscrição, a madre a esmolar pela causa da construção da casa, que tinha recebido dois lotes como doação, no valor de dez contos de réis. O religioso autorizava seus párocos também a contribuírem com a irmã, justificando que: “Nós vemos tantas meninas se perderem por falta de uma educação moral e religiosa”⁴⁴ que todos deviam contribuir com tão nobre causa.

⁴⁴ PROVA DOCUMENTAL. *Trajétória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p.124.

Um dos terrenos para a construção da instituição fora doado por Maria das Dores Morato, amiga da mãe, constituindo-se como o local onde seria edificado o asilo. O outro terreno, ao lado, fora doado pelo tio de Maria Morato, Manoel Morato de Carvalho⁴⁵. Nesta mesma subscrição, nota-se o nome das “notáveis”, que faziam parte das elites republicanas da cidade no período⁴⁶. Compunham a lista dos que aderiram à causa da criação do asilo as filhas e esposas de ricos fazendeiros e juristas de prestígio não só da cidade, mas de toda a região, como o Sr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende⁴⁷, e Francisco Antônio de Almeida Morato. Dentre estas, destacam-se as que pertenciam à comissão de benfeitorias em prol da construção do asilo, Baroneza de Rezende, Idalina Augusta de Almeida Morato, Ambrosina J. de Almeida Morato, Cândida Botelho de Vasconcellos, Anna Francisca Alves, Antonia Lydia de Almeida Barros, Maria Conceição Morato e Baroneza do Piracicamirim⁴⁸.

Desde o início da década de 1890, com a fundação da Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba⁴⁹, vê-se no município um movimento que congregava principalmente as elites, o qual visava arrecadar fundos para fins da educação das crianças, mostrando que havia pessoas que se preocupavam com o “bem-estar coletivo” (TORRES, 2003, p. 189).

⁴⁵ PROVA DOCUMENTAL. *Trajatória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p.124.

⁴⁶ Em Piracicaba, segundo Torres (2003), em meados da década de 1880, antigos monarquistas já haviam aderido ao Partido Republicano. Segundo essa autora, no dia 25 de dezembro de 1889, “na residência do Barão de Serra Negra, houve uma reunião de monarquistas, secretariada pelo Barão de Rezende, na qual decidiu dar adesão e leal apoio ao governo provisório dos Estados Unidos do Brasil” (p. 164-165).

⁴⁷ Segundo Valdez, “no Brasil, o título de barão, o mais desprestigiado na hierarquia nobre, destinou-se, sobretudo, ao proprietário rural que não fazia parte da elite política. Títulos mais elevados, como o de visconde, conde, marquês e duque eram reservados aos proprietários e altos burocratas que ocupavam cargos públicos ou a militares que ingressavam na elite (...). A classe eleita pelo imperador como ‘mais merecedora’ ficou conhecida como os ‘barões do café’, termo utilizado para designar os ricos cafeicultores, sobretudo do vale do Paraíba, que recebiam a titulação nobiliárquica pela riqueza e pelo poder que ostentavam” (2006, p. 69).

⁴⁸ PROVA DOCUMENTAL. *Trajatória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 124.

⁴⁹ A Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba foi extinta em 1896. Em seu edifício foi instalado um colégio conhecido como Colégio Rosa onde, segundo Torres (2003), estudavam alunos que pretendiam prestar exames para as Escolas Superiores Politécnica, de Medicina e Direito.

Essa relação das elites republicanas com a educação, a que se assiste no período inicial da República, no Estado de São Paulo, objetivava, segundo Hilsdorf, a formação de um cidadão que seria transformado por meio da escola, como parte de um “projeto que criaria uma sociedade branca, imigrante e estratificada em camadas, com direitos e deveres diferenciados, segundo sua posição no mercado de trabalho” (2003, p. 60).

O objetivo, segundo assinala a autora, era a substituição da população de escravos, recém liberta, pelos imigrantes que ocupariam suas funções, o que possibilitaria criar uma nova sociedade. Além disso, esse projeto visava substituir a sociedade monárquica considerada ultrapassada pela republicana (2003). Tais objetivos justificariam as doações significativas feitas pelas elites para a instalação de locais para a assistência e educação de crianças na cidade de Piracicaba.

A preocupação com a educação e assistência das meninas desvalidas já se tornava visível nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba*, em um artigo intitulado *Asylo de Órphans*, publicado em 02/07/1896, constituindo-se essa reportagem na primeira menção à instituição que aparece na imprensa local. O tom assumido pela matéria evidenciava o empenho das senhoras da elite piracicabana em angariar fundos para que se pudesse criar o asilo:

Estabelecimento, para o qual já contam valiosas offertas, tratará não só da manutenção physica das infelizes que não possuem paes, mas também de sua educação moral e intellectual.

A principio será uma casa modesta com capacidade para 25 ou 30 educandas, mas construída de modo que paulatinamente possa crescer até tornar-se um vasto edifício de protecção cujos beiraes sejam bastante largos para estender sua sombra philanthropica sobre todas as indigentes deste lugar.

Fazemos votos para que esta idéia generosa encontre apoio no coração dos piracicabanos. Não vivamos só para nós, vivamos

também para outrem, como dizia o poderoso philosopho Montpellier⁵⁰.

Como assinalava o periódico *Gazeta de Piracicaba*, o asilo foi fundado com base no princípio cristão de amor ao próximo. Assim o jornal estampou em suas páginas, em 07/10/1896, um apelo por meio do qual as senhoras da elite tentavam sensibilizar a sociedade piracicabana em prol das meninas órfãs. No mês posterior ao apelo, já colhiam os frutos de seus clamores, chegando a arrecadação a 33:560\$⁵¹; no mês seguinte, foram arrecadados 39:910\$⁵².

Para se ter uma idéia das importâncias arrecadadas nesses dois meses, vale destacar que, segundo Torres (2003), para a construção do Grupo Escolar de Piracicaba, o então senador Manuel de Moraes Barros, pai do presidente da Câmara de Vereadores da cidade, Dr. Paulo de Moraes Barros, doou um “cheque no valor de 10:000\$000” (p.200), ou seja, aproximadamente 13% do valor arrecadado pela instituição.

Ainda no que se refere às doações, os periódicos da cidade, em especial o jornal *Gazeta de Piracicaba*, publicava em suas páginas o nome dos doadores e a quantia que cada um se dispunha a doar para a instituição, conforme nota de 29/04/1900, que registra:

Esmolas recebidas nos mezes de Janeiro, Fevereiro e março do corrente anno:

Uma cathólica – 20\$000

D. Antonia da Cunha – 10\$000

D. Eudoxia Pinto Almeida – 50\$000

Rev. Vigário Alarico – 20\$000

João do Prado – 100\$000

João Pedreira – 10\$000

Antonio Morato Carvalho – 24\$000

Por intermédio do sr. Ricardo Pinto – 100\$000

D. Tereza Jesus Aguirra – 500\$000

⁵⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 02/07/1896, nº. 2284, p. 2.

⁵¹ Idem, 16/08/1896, nº. 2290, p. 2.

⁵² Idem, 07/10/1896, nº. 2311, p. 2.

João Francisco – 7\$500
Arthur Porto – 150\$000
Felippe Dihel – 20\$000
D. Maria das Dores Cunha – 10\$000
Maria Soledade Pinto – 50\$000
Somma – 1:91\$500⁵³.

Assim, o periódico cumpria um importante papel ao divulgar o nome dos caridosos da cidade, com a clara intenção de torná-los mais conhecidos e ilustres, já que identificados pelos seus respectivos sobrenomes. O exame da lista evidencia que estes faziam parte das elites católicas, política e economicamente atuantes no município.

Para a *Gazeta de Piracicaba*, jornal que congregava em torno de si nomes ligados aos ideais republicanos, mostrava-se interessante estampar, vez por outra, em suas páginas, os respectivos colaboradores das iniciativas voltadas para a assistência à criança pobre do município e, de preferência, dar ênfase a seus feitos caridosos.

Inaugurado em dois de fevereiro de 1898⁵⁴, o asilo iniciou suas atividades com cinco religiosas que pertenciam à Ordem das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria e duas internas órfãs e desvalidas, Odilia Evangelista, de seis anos de idade, e Maria Joaquina, com dez anos. Ambas ficaram na casa até 1902, quando Maria Joaquina faleceu, sem causa identificada, e Odila foi retirada por uma pessoa identificada como D. Adalina Ferraz.

No ano de 1900, a instituição já abrigava 38 órfãs, em 1901 já seriam 40⁵⁵. Dentre estas, seis italianas. De acordo com o artigo segundo do estatuto do Asilo de Nossa Mãe, só poderiam ser admitidas meninas com

⁵³ GAZETA DE PIRACICABA, nº. 2666, de 29/04/1900.

⁵⁴ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 84 e 116.

⁵⁵ Estas informações estão contidas na folha de matrícula do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe, pertencentes ao ARQUIVO PARA CANONIZAÇÃO DE MADRE CECILIA, localizado no Colégio Ave Maria de Campinas.

idade entre 5 e 15 anos⁵⁶. Não havia no estatuto nenhuma restrição explícita quanto à nacionalidade das meninas que seriam admitidas no asilo.

Figura 7: O Asilo em 1898



O edifício do Asilo de Nossa Mãe era, no período, um prédio imponente, composto por três andares, janelas grandes, proporcionando a entrada de ar e luz, mantendo a salubridade do ambiente. Localizado em uma rua larga e pavimentada, afastado do centro da cidade mas, ao mesmo tempo, situado em uma das ruas mais importantes, por onde circulavam as honradas famílias piracicabanas. No terceiro andar, foi colocado um vitral estampando o símbolo do Coração de Maria.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

A presença de imigrantes na instituição pode ser explicada em função da chegada de trabalhadores estrangeiros, os quais se destinavam aos engenhos de cana-de-açúcar⁵⁷.

Em relação à presença de imigrantes no município, Terci e Peres (2008) informam que, a partir de 1887, verificou-se uma onda de imigração

⁵⁶ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 132.

⁵⁷ Para se ter uma idéia sobre a intensidade do movimento migratório no Estado de São Paulo, segundo Lefevre, citado por Nascimento (1980), em 1890, imigraram para São Paulo 319.780 estrangeiros; em 1899, o número de pessoas advindas, principalmente da Europa, para trabalhar em sua maioria na agricultura, chegou a 735.076.

na cidade de Piracicaba. Essas pessoas se organizavam em colônias e dinamizaram a produção, e consequentemente, disciplinaram o mercado de trabalho. Esses trabalhadores vinham para exercer as suas atividades tanto na plantação de café quanto na cana-de-açúcar. Segundo as autoras,

o impacto mais geral da imigração pode ser percebido através do crescimento da sua participação na população total da região de Piracicaba. No ano de 1872 havia na região 2015 estrangeiros dos quais 1733 em Piracicaba correspondendo a 8,6% da população total. Em 1920 encontravam-se na região 22.430 indivíduos estrangeiros representando 16,31% da população total (2008, p. 7).

No contexto do Asilo de Nossa Mãe, fundado por um frei capuchinho advindo da Itália, a presença de algumas meninas imigrantes pode ser compreendida quando se leva em conta que a assistência dos imigrantes empobrecidos e suas crianças constituiu-se uma das motivações, juntamente com a missionária, da instalação dos freis capuchinhos no Brasil. Como nos esclarece Azzi, citado por Marcílio (1984), existia o “desejo expresso de dar assistência aos próprios grupos de compatriotas que em levadas sucessivas haviam emigrado para o Brasil” (p. 113).

Segundo Pedroso (1996), embora não estivesse totalmente concluído, na data da inauguração, o edifício do asilo “oferecia condições de residência” (p. 84). Para o autor, no local não havia água encanada, utensílios para cozinha; os pratos, por exemplo, eram latas de marmelada, abertas de acordo com a quantidade de meninas recolhidas no asilo, e as irmãs, no cotidiano, trabalhavam descalças.

Camargo (1899), ao narrar o aspecto físico do asilo, esclarece que o edifício estava construído em um terreno de “seis braças⁵⁸ de frente e vinte de fundos”⁵⁹, o que equivale a aproximadamente 582 metros quadrados. Para se ter um parâmetro, o terreno do grupo escolar do município era de 2144

⁵⁸ Braça é uma unidade de medida equivalente a 2,20m.

⁵⁹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 117.

metros quadrados (p. 145). O prédio do asilo se localiza, ainda hoje, à Rua Boa Morte, que “conta com 13 quarteirões ou digamos 1340 metros. Termina (...) na Rua São José, tendo 100 casas numeradas”⁶⁰.

O Asilo de Nossa Mãe era, e ainda é, composto de três andares, sendo que o último, segundo Pedroso (1996), recebeu o apelido de “paraíso” (p. 47). Este andar, como destaca Camargo (1899), era o dormitório das irmãs do Coração de Maria e de Madre Cecília. No segundo andar ficavam os dormitórios das internas e, no térreo, as salas de trabalho e o local para as refeições. Era um espaço “próprio, espaçoso e decente está situado em um lugar alto, em um terreno vasto, muito salubre, e tem capacidade para 70 internas” (p. 154).

Descrição semelhante sobre o asilo, com um pouco mais de detalhes, foi estampada nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba* em 13/12/1900, que assim o descreveu:

Para o recreio das asyladas tem elle um bonito pomar, de boa extensão. O edifício, que se divide em três partes, tendo o pavimento inferior sala de trabalho e estudos, e locutório das irmãs, com capella, e no pavimento superior o dormitório das órfãs, reúne todas as principais condições de hygiene⁶¹.

Pode-se perceber nesta descrição que a divisão arquitetônica do prédio evocava a divisão hierárquica do asilo, ou seja, próximo ao “céu”, no “paraíso”, ficavam as religiosas que eram as mestras das internas e auxiliares da madre; na parte intermediária, as internas e as noviças e enfim, no térreo, encontrava-se o lugar onde eram realizadas as atividades manuais, como trabalhos de agulha, de lavar, engomar e tudo o que fosse

⁶⁰Ibid, p. 257.

⁶¹GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900, nº. 2728.

necessário, segundo o regimento interno do asilo, para formar uma mãe de família pobre⁶².

No artigo publicado em 30/11/1904, o *Jornal de Piracicaba* dava destaque à construção do asilo, narrando que “O Asylo do Coração de Maria alli esta erecto no alto de uma collina como um dos mais bellos testemunhos altruísticos deste bom povo e um dos padrões de glória de Piracicaba”⁶³.

Nota-se que existia uma preocupação com a salubridade do edifício, que foi construído em um terreno espaçoso, lugar alto e decente, com janelas grandes, conservadas até hoje, para a entrada da luz natural e para a circulação do ar; lugar bem arejado que eliminava o que Bañuelos (2000), denominou “riscos patológicos” (p. 76), ao estudar o lugar destinado à escola nos projetos urbanísticos idealizados por médicos e arquitetos, na Espanha, no fim do século XIX. Além disso, o edifício encontrava-se afastado do centro urbano, seguindo as recomendações, correntes no período, para a construção de prédios como o do asilo, destinados à habitação de um número considerável de pessoas.

A preocupação com a salubridade é recorrente no período, justificando-se, conforme a documentação levantada na Câmara de Vereadores da cidade de Piracicaba, em função dos altos índices de mortalidade entre as crianças. Em janeiro do ano da fundação do asilo foram sepultadas 56 crianças entre 105 mortos⁶⁴. No ano todo, com exceção dos meses de março e maio cujos registros não foram encontrados, verificou-se que houve um total de 483 menores mortos, entre 767 cadáveres⁶⁵.

⁶² O Regimento Interno do Asilo se encontra, atualmente, nos arquivos do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, na cidade de Piracicaba, e também nos Arquivos para a Canonização de Madre Cecília, que se encontra no Colégio Ave Maria de Campinas. Cf. PEDROSO, 1996.

⁶³ JORNAL DE PIRACICABA, 30/11/1904, nº. 1268, p. 1.

⁶⁴ ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, Caixa 7, Expediente da sessão de 03/02/1896.

⁶⁵ Idem. Expediente das sessões de 03/02; 02/03; 04/05; 06/07; 30/08; 19/10; 15/11; 07/12 de 1896 e para o mês de dezembro. Cf. LIVRO 17/002. Fls. 63, de 04/01/1897.

Figura 8: O Asilo com o anexo em 1915



Construído em 1915, dezessete anos após sua inauguração, o anexo do Asilo de Nossa Mãe denota o crescimento do número de meninas recolhidas na cidade de Piracicaba e também a importância que o trabalho da instituição adquiriu no contexto do município.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

Segundo o *Jornal de Piracicaba*, em artigo de 09/08/1900, as principais causas de óbitos no município eram as doenças como tuberculose, febre amarela, cólera, varíola e a febre tifóide⁶⁶.

⁶⁶ JORNAL DE PIRACICABA, 09/08/1900, nº. 6, p. 2. Bertolli Filho (2001), ao estudar a história da saúde pública no Brasil e o surgimento da epidemiologia, que visava prevenir a proliferação de doenças, destaca que o combate às doenças infecto-contagiosas era uma preocupação constante no país. Para saber como se davam os debates acerca dos estudos referentes à saúde, epidemiologia e à atuação dos médicos-higienistas

Apesar das preocupações com a salubridade do edifício, dois anos após a inauguração do asilo, o jornal *Gazeta de Piracicaba* constatava que as “pobresinhas que ali vão encontrar abrigo (...) devido à escassez de recursos se vêm obrigadas a dormir em colchões no soalho, visto ser insuficiente o numero de camas que o estabelecimento possui”⁶⁷. Todavia, no artigo cinco de seu estatuto, o asilo se propunha a garantir para as meninas admitidas na instituição, “tudo o quanto precisar para sua subsistência e educação”⁶⁸.

Convidado por Madre Cecília para uma visita ao asilo, o jornal *Gazeta de Piracicaba* procurou, por meio de um artigo publicado em 13/12/1900, sensibilizar o leitor a participar de um leilão em prol da instituição que ocorreria em 16/12/1900⁶⁹, com o objetivo de angariar fundos para a manutenção do asilo e suprir as necessidades básicas das internas.

A reportagem contribuiu sensivelmente para a adesão dos ilustres do município ao evento beneficente, ao mesmo tempo em que buscou sensibilizar as autoridades sobre alguns requerimentos de ajuda financeira, que estavam em tramitação na Câmara de Vereadores da cidade no período.

Esse tipo de apoio mostrava-se fundamental para a sobrevivência de instituições que necessitavam de ajuda externa, de pessoas físicas, jurídicas e também das autoridades locais para subsistir. Como esclarece Sangrard, ao estudar os princípios da filantropia e do assistencialismo no Brasil, “a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma” (2003, p.1). Quanto ao conceito de filantropia, a autora afirma que ela

nas cidades em desenvolvimento em fins do século XIX e início do século XX, consultar os trabalhos de Bertolli Filho (2001); Ribeiro (1991) e Rocha (2003).

⁶⁷ GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900, nº. 2728, p. 4.

⁶⁸ PROVA DOCUMENTAL. Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria, v. 4, p. 133.

⁶⁹ GAZETA DE PIRACICABA, 16/12/1900, nº. 2729.

pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados (p.1).

Respondendo por um conjunto de atividades voltadas para ajudar os necessitados, a caridade e a filantropia foram ferramentas utilizadas na “distribuição da assistência aos pobres”. Concomitantemente, os “indivíduos, instituições e mesmo o Estado justificaram as atitudes tomadas para prestar socorro (ou controlar) os pobres como atos de benemerência” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 15).

Para tentar amenizar as dificuldades financeiras que enfrentava, o asilo requeria, junto aos órgãos municipais, uma ajuda tanto em dinheiro como em materiais destinados à manutenção do espaço. Neste sentido, observa-se que, entre 1900 e 1904, foram registrados seis requerimentos direcionados à Câmara de Vereadores de Piracicaba, assinados pela diretora do asilo, Madre Cecília, solicitando recursos para o término da construção ou para benfeitorias no edifício. Estas solicitações iam desde pedido de recursos para construção de calçadas até ajuda para a instalação de rede de esgoto. Todos eles foram indeferidos pelo legislativo, sob os mais diversos argumentos.

Dentre estas justificativas, podemos destacar, por exemplo, que em 1900 o asilo encaminhou um pedido para que a Câmara construísse “trinta e poucas braças de muros”, visto que a instituição argumentava não dispor de recursos para realizar tal obra. Apesar do apelo, a petição teve um desfecho indesejado para o Asilo de Nossa Mãe, pois o pedido foi “indeferido sob a

alegação de que tal despesa não constava na lei orçamentária do município”⁷⁰.

Diante do indeferimento, Madre Cecília elaborou outro requerimento, agora pedindo que a Câmara, na impossibilidade de construir o tal muro, ao menos ajudasse com as despesas de mão-de-obra e com o material gasto na obra. Novamente esta tentativa foi mal sucedida, e o pedido indeferido, sob a mesma alegação de que “tal despesa não consta na lei orçamentária do município”⁷¹. Cabe registrar que a arrecadação do asilo, nos três primeiros meses desse ano – composta por esmolas - foi de 1:91\$500⁷². Ou seja, mesmo que a Câmara se negasse a contribuir com o asilo, as tentativas de arrecadação não se limitavam a esses pedidos, podendo ainda, as negativas serem usadas, como argumentos para a prática da esmola.

Um ano após o episódio narrado acima, em 1901, o Asilo de Nossa Mãe, segundo o *Jornal de Piracicaba*, solicitou também à Câmara recursos para a construção da calçada em frente ao edifício, sendo que tal pedido também foi indeferido pela casa de leis, sob o argumento de que “a Câmara não pode abrir precedentes para pedidos futuros desta natureza”⁷³. Diante da recusa do Legislativo, o jornal toma a iniciativa de fazer um apelo para que os leitores contribuíssem para a causa, conseguindo arrecadar 500\$000 só no primeiro dia da solicitação⁷⁴.

No ano seguinte, 1902, o Asilo de Nossa Mãe elaborou um requerimento à Câmara solicitando, desta feita, a

⁷⁰ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA. Vol. XIX, fls. 33. Ver PROVA DOCUMENTAL. *Escritos da Serva de Deus Madre Cecília do Coração de Maria e Documentos Relativos à Causa de Canonização*, v. 3, p. 120.

⁷¹ PROVA DOCUMENTAL. *Escritos da Serva de Deus Madre Cecília do Coração de Maria e Documentos Relativos à Causa de Canonização*, v. 3, p. 117.

⁷² GAZETA DE PIRACICABA, 29/04/1900, nº. 2666.

⁷³ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, v. XIX, fl. 34 (v).

⁷⁴ JORNAL DE PIRACICABA, 02/07/1901, n. ° 279. Cf. ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, v. XIX, fls. 34. Ver também, PROVA DOCUMENTAL. *Escritos da Serva de Deus Madre Cecília do Coração de Maria e Documentos Relativos à Causa de Canonização*, v. 3, p. 130.

dispensa do pagamento da quantia de \$R 1.056,740 importância da instalação de esgotos em seu edifício, à Rua Boa Morte. O Asilo esta exausto de recursos e como é uma instituição de reconhecida utilidade pública que presta relevantes serviços à pobreza desta cidade, tendo sob sua guarda e proteção quarenta e cinco meninas desvalidas, educadas e alimentadas gratuitamente, espera que a Ilma. Câmara lhe conceda o favor da dispensa requerida⁷⁵.

Como os anteriores, esse requerimento foi também indeferido sob a alegação de que, por “importar a dispensa requerida, numa remissão de dívida municipal”, contrariava, o “Art. 62 da Lei n.º16, de 1893, que organizaram os municípios do Estado”⁷⁶, não sendo possível, assim, a obtenção da verba.

Houve outras tentativas do asilo no sentido de obter recursos junto à Câmara Municipal, em 1904, com o objetivo de construção da calçada e de um muro de sete metros e, em 1906, para a instalação da rede de esgotos. Ambos indeferidos sob a justificativa de falta de verba⁷⁷. Somente em 1913 um projeto de lei em benefício do asilo, de autoria do médico e vereador Dr. Coriolano Ferraz do Amaral⁷⁸, foi aprovado, concedendo à instituição o valor de cem mil réis mensais⁷⁹.

⁷⁵ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, Volume XX, fls. 52. Ver também, PROVA DOCUMENTAL. *Escritos da Serva de Deus Madre Cecília do Coração de Maria e Documentos Relativos à Causa de Canonização*, v. 3, p. 122-127.

⁷⁶ *Idem*, v. 3, p. 122-127.

⁷⁷ *Idem*, volume XXII, fls. 06-19-111 (v) 123 e volume XIX, fls. 33. Ver também PROVA DOCUMENTAL. *Escritos da Serva de Deus Madre Cecília do Coração de Maria e Documentos Relativos à Causa de Canonização*, v.3, p. 128 e 131.

⁷⁸ “O doutor Coriolano Ferraz do Amaral nasceu em Piracicaba no dia 30 de julho de 1870. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em dezembro de 1896 e foi provedor da Santa Casa entre 1920 e 1946. Antes disso, teve marcada atuação política na cidade. Foi vereador por quatro vezes consecutivas, deputado estadual, e em 1920 elegeu-se à deputado federal. Na Santa Casa foi médico ambulatorial, chefe da enfermagem, diretor clínico e provedor, cargo assumido em janeiro de 1920. Permaneceu até 1946 no comando da Irmandade, quando adquiriu, através de doações e compras, a área de 60 mil m² inaugurando o prédio da Avenida Independência, que abriga a instituição até os dias atuais”. Cf. <http://www.santacasa.depiracicaba.com.br/historia.asp>.

⁷⁹ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, v. XXV – fls. 28(v) – 34 – 39 – 73. Ver também PROVA DOCUMENTAL. *Escritos da Serva de Deus Madre Cecília do Coração de Maria e Documentos Relativos à Causa de Canonização*, v. 3, p. 135.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* mostrava, em seus artigos, que o asilo, no período estudado, procurava driblar a falta de recursos não só por meio de requerimentos à Câmara Municipal, mas tentando manter-se por intermédio de doações e de alguns leilões realizados na cidade. Nesses eventos, eram vendidos as peças e artesanatos confeccionados pelas internas. Assim, pode-se pensar que o trabalho realizado pelas internas representou um importante elemento para a manutenção do asilo, constituindo-se em um dos dispositivos utilizados para obtenção de subsídios financeiros para a instituição.

Tais leilões tinham, em fins do século XIX, um grande apoio dos jornais e das elites locais, sendo realizados num dos principais teatros do município na época, o Teatro Santo Estevão. Evidenciava-se, desta maneira, o caráter assistencialista do asilo⁸⁰. Para este tipo de evento, a própria diretora da instituição vinha a público, por meio dos jornais, como em dezembro de 1900, solicitar à população que participasse dos leilões a fim de contemplar as realizações das internas⁸¹.

No último ano do século XIX, o jornal *Gazeta de Piracicaba* descrevia, em 13/12/1900, que as prendas também ficavam expostas no asilo antes da realização dos leilões, informando que toda a arrecadação era revertida em benefício das internas e, principalmente, do estabelecimento⁸².

Entre a cruz e a espada

Piracicaba vivia um período muito difícil, tanto econômico como religioso, a maçonaria trabalhava sorrateiramente em sua tarefa anti-cristã; e nosso fundador, Frei Luiz foi atingido em seu ardis de ódio e vingança: Contam testemunhas oculares, que estando ele, dando expediente em sua correspondência em seu escritório, pequeno cubículo, localizado na Rua Boa Morte, no beco com a São

⁸⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 11/05/1899, n.º. 2569.

⁸¹ JORNAL DE PIRACICABA, 22/12/1900, n.º. 128.

⁸² GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900, n.º. 2728, p. 4.

Francisco, foi surpreendido, com o cair de uma grande pedra ponteaguda, que vindo do minúsculo telhado sem forro, veio a tombar sobre a tosca escrivaninha. Não fosse a vigilância da providência divina, ter-lhe-ia a pedra, esfacelado a cabeça, pois dela distava apenas, pouco mais de um palmo⁸³.

Nesse relato podemos considerar três aspectos: primeiro, que Angélica Cristofolleti, que foi moradora do Asilo, era filha de imigrantes italianos vindos da região de Tirol, no norte da Itália, a mesma região de onde veio frei Luiz Maria. As dificuldades que acompanharam a imigração podem ser vistas, pois, como uma explicação para o envio da menina ao asilo. A segunda observação diz respeito ao seu relato, o qual se torna relevante para o estudo sobre a instituição, por ser ele contemporâneo do período em que o asilo iniciava suas atividades. E por fim, a hostilidade por parte de alguns, quanto aos trabalhos realizados pelos freis na cidade.

O que se observa é que o jornal *Gazeta de Piracicaba* assumia uma posição ambígua no tratamento das ações dos frades capuchinhos, que pertenciam à ordem religiosa responsável pela fundação do asilo. Suas críticas referiam-se às intervenções desses religiosos no município. Assim, os mesmos frades exaltados pelo jornal, por ajudar os mais necessitados, eram criticados por se diferenciarem na maneira de vestir, nos comportamentos, sendo os seus sermões considerados retrógrados em relação aos ideais liberais e republicanos, defendidos pelo diário.

⁸³ TESTEMUNHOS ESCRITOS SOBRE A SERVA DE DEUS MADRE CECÍLIA DO CORAÇÃO DE MARIA. *Arquivo Histórico da Casa Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. I, p. 353. No testemunho da irmã Angélica Cristofolleti, interna do asilo desde os 11 anos de idade, na época em que Madre Cecília ocupava a função de Superiora Geral da Congregação – o que ocorreu entre o ano de 1896, ano da fundação do asilo, e 1912 -, consta que frei Luiz Maria de São Tiago, desde sua chegada a Piracicaba, era hostilizado, em especial, segundo a depoente, pelos representantes da maçonaria da cidade. Mesquita (1992) destaca que Prudente de Moraes foi eleito em 1864, Presidente da Câmara Municipal, pelo Partido Liberal, defendendo os ideais republicanos em contraposição às idéias dos conservadores monarquistas. Foi eleito, em 1868, deputado para a Assembléia Provincial, participando, juntamente com o irmão Manoel, da histórica Convenção de Itu. Por haver muita reserva e até mesmo certa perseguição aos militantes do Partido Liberal, por parte da Guarda Nacional, Prudente de Moraes juntamente com seu irmão Manoel e outros 33 companheiros fundaram em Piracicaba uma Loja Maçônica, local que se caracterizava por sua discrição e segurança, onde a luta republicana ganhou espaço e força.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* trazia, em todas as suas capas, a partir da década de 1890, a epígrafe *Orgam Republicano*, numa declaração de sua posição política na cidade. Assumia em seus artigos uma posição de hostilidade em relação à Igreja Católica e suas ações, não só no município, mas também no país.

Tal conduta evidenciou-se quando o editor do jornal, João Pedro Meira, ao citar um trecho da obra do autor protestante Macaulay, *History of England*, contestou o poder da Igreja católica dizendo que “todos os progressos realizados no seio do christianismo em instrucção, em liberdade e em riquezas têm sido conseguidos mao grado a igreja de Roma, e na razão inversa do poder”⁸⁴. Posteriormente, enfatizava o jornal que cada convento que fosse construído pelos frades seria uma vitória do clero contra as autoridades governamentais⁸⁵.

Dois anos antes, num artigo publicado em 19/03/1893, sob o título *As predicas dos Frades*, o jornal *Gazeta de Piracicaba* se dizia impressionado pela “necessidade urgente” dos frades de “dar publicidade às prédicas por eles proferidas”. Ao criticar o sermão do religioso na igreja matriz da cidade de Piracicaba, o artigo descreve que “chegando à Egreja um quarto antes das 8 horas da noite. Sobre um estrado a um metro de altura collocado no corpo da Egreja, orava o Frade capuchinho que ouvimos chamar de Frei Luiz”.

Atônito com a cena, o editor continua:

Assim é que um delles examinando as diversas espécies de pecado disse: Vede alli aquella donzella (apontando imaginariamente) com seu ar de pureza e inocência... já teria ido talvez debaixo das árvores com algum moço para perder sua honestidade!!

⁸⁴ GAZETA DE PIIRACICABA, 01/03/1895, nº. 2069 p. 1.

⁸⁵ Ibid, 24/05/1895, nº. 2103, p. 1.

O artigo finaliza dizendo que os chefes de família tinham proibido suas filhas de assistir a tais sermões por considerarem os mesmos escandalosos⁸⁶.

Nota-se que a repercussão do artigo sobre o sermão do frade foi imediata e negativa, não só na cidade de Piracicaba, mas também em São Paulo, onde o artigo foi também apreciado⁸⁷, como demonstra uma reportagem da *Gazeta de Piracicaba* de 26/03/1893.

A indignação já era sentida em matérias anteriores do jornal, como evidencia um artigo que tecia algumas críticas aos capuchinhos e às idéias por eles defendidas. Assim, em 1893, o jornal criticava os capuchinhos, argumentando que estes frades “andam convertendo os povos de Piracicaba às doutrinas do chistianismo” e que “a linguagem desses padres tem sido tão inconveniente, que a imprensa proteste – contra ela”. Ao se referir à insistência das missões capuchinhas, continuava o artigo denunciando que

o povo abandona as fazendas e acode as roças aos mangotes, trazendo provisões para muitos dias. Tais atitudes seriam incompatíveis com a corrente das idéias, com a vida social contemporânea, com os hábitos de trabalho das populações laboriosas e ordeiras⁸⁸.

Gavazzoni (2009) nos indica que “Frei Luiz Maria residiu apenas 07 anos em Piracicaba (1889 a 1892 e 1894 a 1898)” (p. 41). A autora também afirma que o religioso foi o co-fundador da Província dos Capuchinhos de São Paulo - Procasp – e que ele fazia parte do, “primeiro grupo a contribuir imensamente na propagação do espírito franciscano em terras brasileiras e, incentivar e ajudar na organização do primeiro seminário de formação das futuras vocações capuchinhas” (2009, p. 40).

⁸⁶ GAZETA DE PIRACICABA, 19/03/1893, nº. 1838, p. 1.

⁸⁷ Ibid, 26/03/1893, nº. 1840, p. 1.

⁸⁸ GAZETA DE PIRACICABA, 30/03/1893, nº. 1841, p. 1.

Figura 9: Frei Luiz Maria de São Tiago



Nos 7 anos em que esteve em Piracicaba, entre 1889 a 1898, o frei italiano Luiz Maria de São Tiago fundou, além do Asilo de Nossa Mãe, uma escola para meninos em Piracicaba e outra em Taubaté. Todas tinham em comum a proposta de assistência à criança desvalida.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

A legenda abaixo da fotografia do religioso explicita os seus vínculos com Madre Cecília e seu papel na criação do Asilo de Nossa Mãe:

Frei Luis Maria de S. Tiago, nosso Fundador, Filial e profunda gratidão, à imagem do Coração de Maria ao seu lado e que sempre o acompanhou, ele a entregou a Mamãe Cecília como recordação, quando de sua partida para a Europa em 1901.

Foram idealizados e construídos pelo frei os conventos de Taubaté e Piracicaba, além das escolinhas e as duas Ordens Terceiras Seculares da Província, nas quais se formaram muitos frades (GAVAZZONI, 2009).

Figura 10: Frei Luiz e seus alunos de Taubaté



De caráter assistencial, a escola de Taubaté abrigava meninos desvalidos e ensinava-os principalmente a trabalhar na agricultura. Até o fim da década de 1920 essa escola esteve anexa à Congregação da Ordem dos Frades Capuchinhos Menores. Em 1928, após uma rápida estadia na cidade de São Manuel, interior de São Paulo, o então Colégio Seráfico São Fidélis se transferiu para a cidade de Piracicaba, em prédio próprio, onde está em atividade até os dias atuais, atuando agora na formação de teólogos ligados à Ordem.

Fonte: GAVAZZONI, 2009.

Em um trecho de carta escrita por frei Bernardino acerca de frei Luiz Maria de São Tiago em 1902, quando este já tinha retornado a Trento, na Itália, Pedroso (1996), frei da atual Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, nos indica as impressões que se tinha acerca do religioso:

Muitas e belas são as qualidades do Pe. Luiz: entre outras: um zelo incomum, um grande caráter, uma perseverança rara no trabalho, que não teme qualquer fadiga, qualquer contrariedade. Ninguém de nós trabalhou e realizou tanto aqui como ele. Tão somente a ele se deve o surgimento de florescente Ordem Terceira em Taubaté e

Piracicaba, assim como de um estabelecimento de ensino nesta última cidade. Tanto zelo e tão incansável operosidade provocou até, e muitas vezes, depoimentos públicos de admiração dos próprios inimigos da religião⁸⁹.

O desejo do frei de instituir um asilo de assistência era, nesse sentido, um desdobramento de sua atuação missionária, traduzida pelos seus biógrafos como “incansável operosidade” e compromisso de ajudar aos mais necessitados e paralelamente criar evangelizadores pois,

entre as faculdades concebidas pela Santa Sé aos fundadores da Missão de São Paulo por rescrito[sic!] da Sagrada Congregação dos Negócios Extraordinários de 16 de julho de 1889, figurava em primeiro lugar a de abrir uma escola seráfico para a formação de sacerdotes nativos. Quando em 1894 chegou Frei Bernardino de Laval, tratou logo de dar cumprimento a essa necessidade. Na reunião do Conselho da Missão realizada em 21 de abril de 1896 foi escolhida a cidade de Taubaté e imediatamente se deu início aos trabalhos. A 13 de julho desse mesmo ano já estavam lá os primeiros candidatos vindos de Piracicaba. No dia 15 de março de 1897 foi solenemente inaugurado o prédio do Colégio Seráfico que teve como padroeiro o mártir capuchinho São Fidélis de Sigmaringa. Em 1911 foi transferido para Piracicaba onde cessou de existir em 1916. Reaberto provisoriamente em Botucatu no ano de 1919, cessou outra vez de existir no ano seguinte. Novamente aberto a 4 de julho de 1922 em São Manuel do Paraíso, foi transferido provisoriamente para São Paulo em fevereiro de 1923, de onde a 10 de dezembro de 1928 partiu definitivamente para Piracicaba em prédio próprio, que foi diversas vezes ampliado⁹⁰.

A experiência de frei Luiz não se restringia, como observamos, somente ao campo religioso, abarcando a esfera assistencial e educacional.

⁸⁹ PEDROSO, 1996, p. 36.

⁹⁰ Disponível em: http://www.procasp.org.br/textos.php?id_texto=86. Acesso em 14/05/2009.

Além disso, a área de atuação não ficava circunscrita à cidade de Piracicaba, mas se estendia a São Paulo e também Taubaté.

Figura 11: Frades e alunos em Piracicaba – 1890



Em Piracicaba, os frades capuchinhos mantinham uma instituição de assistência a menores desvalidos. À direita estão dois senhores que provavelmente eram os que contribuíam financeiramente com este trabalho. Ao centro, está frei Luiz, abraçando um menino que observa o cordão da roupa do frade.

Fonte: GAVAZZONI, 2009.

A preocupação estampada nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba* indica que havia uma tensão na relação do município com os frades, o que nos leva a fazer algumas indagações. Primeiro, em termos da defesa de uma sociedade laica, tendo em vista ser a *Gazeta* um periódico declaradamente republicano. Segundo, em relação à conversão do povo a um segmento do cristianismo, considerado fanático e retrógrado pelos republicanos. Essa indicação nos aponta que as idéias republicanas e laicas defendidas pelas elites da cidade, supostamente não atingiam a maioria da população analfabeta.

A desconfiança das elites da cidade em relação aos frades parecia se fundar no temor de um suposto movimento messiânico, tendo em vista que, como indicava a *Gazeta de Piracicaba* em seus artigos, os sermões dos freis capuchinhos eram inflamados e prometiam a salvação da alma, por meio do arrependimento dos pecados e da prática da caridade.

O periódico local publicava os discursos acalorados contra o “fanatismo” do povo, como se verifica em uma acusação estampada nas páginas da *Gazeta* afirmando que:

Esses sacerdotes que pregam na Boa-Morte, diariamente se insurgem contra as leis da República. Elles assentam as bases da desorganização material e moral da família brasileira. Elles são perniciosos, quando procuram demonstrar a desnecessidade do casamento civil, plantando com a cerimônia religiosa do matrimonio e com o conselho para a não realização do casamento civil, o gérmen da discórdia nas famílias, a annullação completa do pátrio poder. Ignorante e analfabeto, como é o nosso povo, esses frades capuchinhos depois de o seduzirem com as suas praticas supersticiosas, o convencem da nenhuma neccessidade do casamento civil.

Cada vez que elles são chamados para effectuarem um casamento religioso, finalizada a cerimônia, declaram aos nubentes que estão perfeitamente casados, que não precisam ir ao Juiz de Paz legalizar perante o Direito do nosso paiz aquella união.

Assim, pois, elles pregam contra as leis da Republica? Elles, estrangeiros, que vivem amparados sob a égide liberal dessas leis?

Sim porque elles são estrangeiros, elles não tem o direito de valer-se de umas leis para attacarem outras leis do nosso país.

Frei Luiz, o mais fanático dos capuchinhos, é um perfeito embryão de Antonio Conselheiro, que quer transformar a civilização de Piracicaba na barbaria de Canudos.

As scenas desoladoras que temos visto se desenrolarem nos sertões da Bahia são a consequência fatal e directa do fanatismo e superstição religiosa.

Aquelle povo ignorante foi longamente preparado por uma educação religiosa falsa e estúpida. Paulatinamente as praticas supersticiosas as mais absurdas e verdadeira bruxaria foram destruindo o senso moral, embotando os bons instinctos e aplainando o terreno para que num momento dado, exigisse um Antonio Conselheiro, que com os seus sortilégios o dominasse. E

quem os responsáveis por este resultado escandalosamente degradante? Não são outros senão os falsos sacerdotes, que, apoiados no prestígio de uma santa religião, em vez de o instruírem o embrutecem e fanatizam.

Em Piracicaba o terreno está se preparando. O fetichismo, a superstição e o embrutecimento estão se alastrando. Frei Luiz é quase um Deus. Os fieis lhe beijam as mãos, beijam-lhe as vestes e quem sabe até se beijam lhe os pés. O sentimento da dignidade humana, que faz o homem a criatura digna de Deus, já está profundamente obliterado. Os frades proclamam e todos os seus fieis acreditam piamente que estes artigos são escriptos pelo vermelho Satanaz. É a forma pela qual elles respondem aos nossos escriptos. Que é isto senão embrutecer, degradar e barbarizar? Frei Luiz é um embrião de Antonio Conselheiro!⁹¹.

Ao comparar Frei Luiz com Antônio Conselheiro, o jornal *Gazeta de Piracicaba* claramente mostra a preocupação que se tinha com as idéias pregadas pelo religioso ou o retorno de idéias outrora defendidas, no período imperial brasileiro, pelos clérigos. Em contrapartida lança, implicitamente, por meio de suas páginas, a defesa das idéias republicanas, como o casamento civil, a separação entre Estado e Igreja, dentre outras, combatidas por Conselheiro e também, como argumentava o artigo do jornal, pelo frei no município (CARVALHO, 2001, p. 72).

Miceli (1988) esclarece que, desejosos de impedir a ocorrência de surtos de mobilização religiosa nesses lugares de devoção, que pudessem escapar ao seu controle, os representantes da Igreja na República Velha não mediram esforços para coibir desmandos nas irmandades, buscando enquadrá-las em um regime de submissão à autoridade episcopal idêntico ao que se sujeitavam as ordens terceiras e associações pias, fundadas pela Igreja no contexto da política de romanização.

Em sua análise sobre a elite eclesiástica brasileira o trabalho de Miceli (1988) permite pensar na conjuntura do regime republicano, no qual a “Igreja Católica passou a enfrentar um duplo desafio”. O primeiro era a

⁹¹ GAZETA DE PIRACICABA, 06/05/1897, nº. 2369, p. 1.

definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política. A segunda, sem menos urgência, era a de “reaver a parcela do patrimônio incorporada ao poder público” (p.19), com o advento da República. Estes desafios, segundo o autor,

deram origem a graves desentendimentos entre as autoridades eclesiásticas, mormente certos prelados que passaram a reclamar a extensão de seus poderes de jurisdição sobre os bens, as atividades e o processo de designação das lideranças, e os grupos dirigentes leigos que delas se haviam apoderado como instrumento de barganha nas lutas políticas locais (1988, p. 19).

Movimento semelhante também observado no interior das elites republicanas, no qual se observava de um lado, os liberais com viés federativo e, do outro, os positivistas centralizadores, que vão polarizar os debates no seio do projeto republicano. Rafaeta indica que, para os liberais,

a monarquia simbolizava o atraso das idéias do “tempo presente” (fins do século XIX) e o império a marca de um tempo ultrapassado; somente a república teria respostas para o tempo em que viviam. Atuavam, desse modo, pela construção de uma imagem negativa do absolutismo monárquico brasileiro. Já para a vertente positivista do pensamento republicano, de caráter notadamente cientificista e adepta das teorias do darwinismo social, a ilegitimidade do governo monárquico estava fundada no já ultrapassado direito do nascimento, além de considerar a monarquia como uma fase de disfunção e perda do equilíbrio do organismo social (2008, p. 44).

Esta correlação entre a elite eclesiástica e as elites republicanas evidencia que existiam no interior das mesmas grandes divergências e que elas não eram compostas de idéias homogêneas, mas de pessoas e grupos com pensamentos distintos. Porém como nos alerta Miceli (1988),

o regime republicano e a Igreja católica “tinham objetivos semelhantes de estabelecer influência por todo o país”. Ao contrário

do que sugerem alguns autores, isso não significou o ponto de partida para um confronto político e tampouco caracterizou um processo aberto de competição pelo monopólio de esferas de influência. A concepção de que “as relações entre as duas instituições eram amigáveis, embora oficialmente muito formais”, talvez seja aplicável apenas ao clima de relacionamento do governo, quer dizer, entre o governo republicano e o Vaticano (p. 25).

Essa afirmação deixa claro, pelo que se apurou, que os debates e divergências não ficavam restritos somente ao campo das idéias. Além disso, cada objeção era discutida e canalizada em prol de um projeto maior: a zona de influência de cada organização, política e religiosa, em relação à sociedade.

Independente das discussões no interior de cada esfera é nos ideais dos capuchinhos que a sociedade vai confiar parte de seus recursos financeiros, por meio de doações, para recolher e educar as meninas órfãs e desvalidas da cidade, a partir de uma iniciativa que reunia senhoras da elite e as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria.

Como se sabe, essa congregação das irmãs franciscanas se constituía em uma corporação de leigos, subordinada à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, possuindo autonomia de ação em relação à Igreja. Por este motivo poderiam, sem nenhum ônus, eleger sua própria diretoria.

Essas freiras eram as responsáveis pela divulgação do trabalho do asilo, pelas arrecadações para a construção e manutenção da instituição e, ainda, pela assistência às menores.

O jornal *Gazeta de Piracicaba*, em artigo publicado no dia 01/03/1895, trazia à tona as suas reservas em relação à vida religiosa bem como, à escolha daquelas que ingressavam na Congregação das Irmãs Franciscanas para se tornarem freiras. Como observamos nesse artigo:

Consideraste o convento de um valor impreciable, fizeram-te crer que era um lugar santo, um lugar divino, onde vereis Deus cara a cara, e uma vez dentro d'elle, a tyrannia, a porfidia, o egoísmo e outros tantos defeitos no mundo se corrigem, mas que no solitário lugar uma sombra as occulta completamente, collocaram aos teus pés o grilhão moral que hoje tão amargamente arrastas. A freira! Na maioria dos casos é um ser engraçado. Si as paredes dos conventos tivessem ouvidos para ouvir, olhos para ver e bocca para falar, quanta cousa não nos revelariam! Cousas que, ontretanto, hão permanecendo no mais profundo mysterio⁹².

Como citado pelo jornal, se o convento era um lugar de tirania, de disputas egoístas, no contexto do asilo, as meninas desvalidas que optavam pela inserção na Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, que estava localizada no mesmo prédio, também tinham que seguir uma série de regras, diferentes daquelas impostas no asilo, determinadas por um outro tipo de regimento, no qual as “aspirantes devem ser (...) sãs de corpo e de espírito, robustas, não frenéticas nem hystericas; de bons costumes e devotas, amantes do trabalho e da concórdia”⁹³.

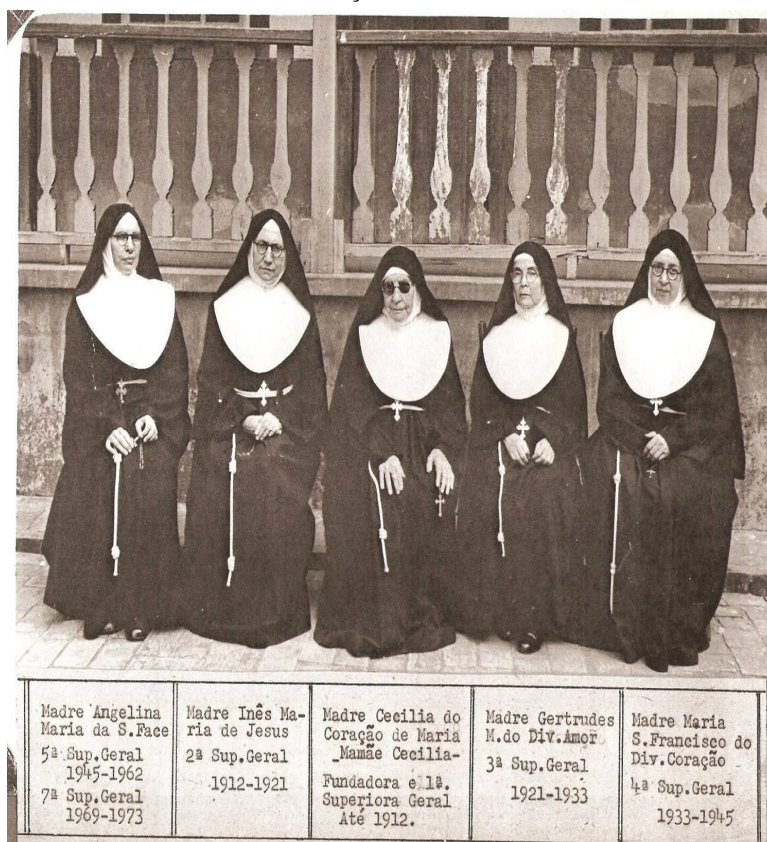
Além dessas exigências, a postulante deveria ter idade mínima de 16 anos e máxima de 35 anos. As meninas menores necessitavam da autorização dos pais ou de responsáveis, que deveriam renunciar a qualquer direito futuro sobre elas; não poderiam possuir dívidas e nem estar de casamento arranjado. Tinham também que apresentar certidão de batismo e carteira de “vacinação e boa saúde”, assim como o atestado de bons costumes⁹⁴. Se o pai ou mãe fossem considerados pobres e dependessem do auxílio da postulante, esta não poderia ser aceita.

⁹² GAZETA DE PIRACICABA, 01/03/1895, nº. 2069, p. 1.

⁹³ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria, Estatutos disciplinares das Irmãs Franciscanas*, v. 4, p. 193.

⁹⁴ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria, Estatutos disciplinares das Irmãs Franciscanas*, v. 4, p. 193.

Figura 12: As Primeiras Superioras Gerais da Congregação das irmãs Franciscanas do Coração de Maria



Do ano de 1900 ao ano de 1973, a Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria teve 7 superioras gerais, responsáveis pela Ordem e pela direção do Asilo de Nossa Mãe. Ao centro de óculos escuro, em decorrência de uma doença, está Madre Cecília do Coração de Maria, já numa idade avançada.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

Quanto à educação das noviças, esta competia às mestras, que deveriam, para exercer a função, ter no mínimo 30 anos de idade e dez de vida religiosa.⁹⁵

O Asilo de Nossa Mãe, uma instituição assistencialista e educacional, se apropriou de um discurso semelhante ao dos republicanos em prol de um projeto maior: a oportunidade de recuperação, defendida pela Igreja Católica, de um campo que lhe havia escapado - o da instrução

⁹⁵ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria, Estatutos disciplinares das Irmãs Franciscanas*, v. 4, p. 193.

pública -, ou seja, recuperar sua influência na defesa das idéias católicas de ensino, em oposição ao ensino laico, proposto pelos republicanos.

Hilsdorf (2005), ao analisar as instituições de ensino que atuavam no final do século XIX e início do XX, observou que

a (...) escola confessional católica era recusada, porque era considerada corrompida e atrasada, pois ofereciam um ensino ultrapassado, “metafísico” e incompleto”, em relação aos ministrados nos colégios laicos, protestantes, cientificistas ou positivistas (p. 62).

Quando nos propomos a discutir as questões que envolvem a constituição de uma instituição assistencialista e educacional, católica, devemos analisar quais eram os objetivos que a instituição queria atingir por meio do ensino. Pois, como já foi dito anteriormente, os conflitos de interesse que se entrecruzavam entre o ensino laico e o ensino confessional, no período estudado, devem ser pensados no âmbito de uma tentativa de retomada dos caminhos da educação, pelos católicos, que tinham sido perdidos com o advento da República. Quanto aos republicanos, esses defendiam o fim da influência dos ideais da Igreja católica no Estado brasileiro (MANOEL, 1996).

Desta maneira, essa retomada das “rédeas” da educação brasileira se daria por meio das instituições confessionais, pois “no Brasil, esse empenho católico pela educação e em especial a educação feminina iniciou-se já por volta de 1850” (1996, p. 45), e é por meio das mulheres que os líderes católicos viam as possibilidades para se educar as crianças e catequisá-las.

Tal iniciativa era anunciada pelos papas Pio IX e Leão XIII, em encíclicas⁹⁶, bulas⁹⁷ etc., na luta contra o ensino laico proposto pelos

⁹⁶ Uma encíclica ou Carta Encíclica é um documento pontifício dirigido a todos os fiéis católicos: leigos, presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e todos os fiéis leigos. Cf. <http://www.pastoralis.com.br/pastoralis/html/modules/smartfaq/faq.php?faqid=275>. Acesso em 10/04/2009.

⁹⁷ O termo Bula Pontifícia se refere não ao conteúdo e à solenidade de um documento pontifício como tal, mas à apresentação, à forma externa do documento, a saber, lacrado com pequena bola (em latim, “bullā”) de

liberais republicanos, não só na Europa, mas também nas Américas (MANOEL, 1996, p. 45). Pode-se notar que esta luta atinge o seu apogeu, ainda na década de 1860 (VIEIRA, 1980), por meio da Encíclica Quanta cura Syllabus declarada pelo papa Pio IX, que reafirmava os valores tradicionais da Igreja Católica, incluindo a educação contra os valores laicos defendidos pelo liberalismo.

Apoiando-se no funestíssimo erro do comunismo e socialismo, asseguram que “a sociedade doméstica deve toda sua razão de ser somente ao direito civil e que, por tanto, somente da lei civil se derivam e dependem todos os direitos dos pais sobre os filhos e, sobretudo, do direito da instrução e da educação”. Com essas máximas tão ímpias como suas tentativas, não intentam esses homens tão falazes senão subtrair, por completo, a saudável doutrina e influência da Igreja à instrução e educação da juventude, para assim infeccionar e depravar miseravelmente as ternas e inconstantes almas dos jovens com os erros mais perniciosos e com toda sorte de vícios. Com efeito; todos quantos maquinavam perturbar a Igreja ou o Estado, destruir a recta ordem da sociedade, e assim suprimir todos os direitos divinos e humanos, dirigiram seu empenho e esforços no intuito de enganar e depravar, como já fizemos anotar, a juventude, em cuja corrupção depuseram toda a sua esperança. Esta é a razão por que o clero - secular e regular - apesar dos entendidos elogios que um e outro tem merecido em todos os tempos, como o testemunham os mais antigos documentos históricos, assim na ordem religiosa como no civil e literário, é objecto de suas mais nefandas perseguições; e andam dizendo que esse Clero “por ser inimigo da verdade, da ciência e do progresso” deve ser apartado de toda ingerência na instrução da juventude (PIO IX, 1864).

cera ou metal, em geral, chumbo (sub plumbo). Assim, existem *Litterae Apostolicae* (v. Carta Apostólica) em forma ou não de bula e também *Constituição Apostólica* (v.) em forma de bula, p. ex., a *Munificentissimus Deus*, bem como as constituições apostólicas de criação de dioceses. Cf. http://www.diocesedesantos.com.br/a1_ns/see/glossario/glossario.php?id_dic=25. Acesso em 10/04/2009.

Esta posição da cúria romana corrobora com os ideais defendidos no Brasil pelos ultramontanos⁹⁸, que pertenciam a uma corrente ideológica contrária às idéias liberais. Destaca-se também que estas novas normas vão ter a mulher como foro privilegiado, pois ela possuía, segundo os líderes da Igreja, um caráter dócil e sensível às ações eclesiásticas.

Nesse sentido, a Igreja desenvolveria projetos específicos para o universo feminino, dentre eles a criação de movimentos religiosos e associações femininas (NUNES, 2002).

No caso do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe, pode-se considerar que havia um amálgama, por vezes contraditório, de relações entre ajuda política, projeto católico e “inspiração divina”, pois a instituição seria a única maneira viável de “algumas Irmãs Terceiras franciscanas viverem uma vida mais santa e dedicada a auxiliar os trabalhos missionários dos frades capuchinhos” (PEDROSO, 1996, p. 43).

A bússola da instituição

O estatuto do Asilo de Nossa Mãe era o documento oficial que estabelecia as normas da instituição. Foi autenticado pelo oficial de registro da cidade de Piracicaba Joaquim Moreira Coelho, em 27/02/1896, o que indica o esforço da instituição no sentido de buscar assegurar a legitimidade de suas ações perante o poder público.

⁹⁸ Segundo Valdez “a partir da segunda metade do século XIX, uma parte da elite eclesiástica imperial visando a uma ampla reforma da vida religiosa católica tinha por objetivo tornar o catolicismo mais ligado às diretrizes de Roma, uma política que ficou conhecida como romanização. Isto implicava em autonomia do poder espiritual perante as autoridades imperiais e reunião do poder dos leigos em irmandades, o que requeria um grande investimento na formação moral e intelectual do clero, em substituição ao antigo regalismo. A intenção era formar católicos, seguindo o modelo do Concílio de Trento (1545-1563): Sacralização dos locais de culto, combate aos rituais profanos, valorização dos sacramentos, boa preparação dos sacerdotes, substituição da devoção dos santos tradicionais pelas corretas devoções a Jesus Cristo e a Virgem Maria, entre outras medidas” (2006, p.150). A aproximação do clero brasileiro com a Igreja romana baseava-se nos princípios defendidos pela cúria envolvida numa campanha política e ideológica contra o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo e a Maçonaria. Este pensamento católico conservador, denominado ultramontanismo, nesta perspectiva provocou uma série de crises entre o poder católico, as autoridades liberais e os leigos das irmandades no período citado (Op. cit.).

O documento, que foi formulado por Frei Luiz Maria de São Tiago, fundador da instituição, era composto de seis capítulos, 38 artigos e, ainda, dez artigos que compunham as Disposições Transitórias⁹⁹. Em seu conjunto, o estatuto afirmava o caráter religioso da instituição.

Seus artigos explicitavam as diretrizes que orientavam a conduta tanto das mestras quanto das meninas que eram recolhidas. O primeiro artigo do primeiro capítulo estabelecia que a instituição se destinava “a educar e sustentar meninas desvalidas, órfãs ou não, sem distinção de cor ou de classe”¹⁰⁰.

Assim, o capítulo I do estatuto com seus seis artigos, regulamentava as competências da instituição, bem como as obrigações a que se submetiam as internas, definindo que:

A aluna uma vez admitida, não poderia retirar-se do Asilo a não [ser] depois de ter completa [do] a sua educação, salvo os casos de precoce desenvolvimento, justo pedido de casamento, expulsão por incorrigibilidade, ou por motivo de moléstia grave, incurável ou contagiosa¹⁰¹.

Definia também o modo da assistência, pois “a aluna uma vez admitida no Asilo, terá por conta deste, tudo quanto precisar para sua subsistência e educação”¹⁰² e, ao mesmo tempo, a forma como seria estabelecida a educação das meninas ali recolhidas explicitando que,

o ensino do Asilo constará das seguintes matérias: 1º Religião; - 2º História Sagrada; - 3º Caligrafia; - 4º Leitura; - 5º Composição; - 6º Noções de Aritmética; - 7º Noções de Geografia e História, com especialidade de Geografia e História do Brasil; - 8º Trabalhos

⁹⁹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 138

¹⁰⁰ Ibid, p.132.

¹⁰¹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 132.

¹⁰² PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 132 -133.

manuais e especialmente de costura; - 9º Civilidade; - 10º serviços domésticos e de cozinha; - 11º Música¹⁰³.

Ao visitar o asilo em 13/12/1901, por motivo da exposição dos trabalhos das internas, o *Jornal de Piracicaba* destacou, ao lado das realizações manuais, “as provas escritas feitas pelas órfãs”, que demonstravam seu aproveitamento. Estas provas eram os exercícios de análises gramaticais, geográficos de estilo e cartas feitas pelas internas, sendo estas, segundo o periódico, “a prova mais evidente do ensino naquella estabelecimento de caridade”¹⁰⁴.

Ao definir a concepção de ensino confessional, em especial no Brasil, Lima e Marcondes et al. (2005) afirmam que

a educação confessional pressupõe um credo e uma religião. Uma instituição confessional é aquela que adota uma confissão explícita no desempenho de suas atividades. De certa forma, toda instituição de ensino, pública ou particular, é confessional. Por trás disso, e influenciando cada escolha que se faz, está uma concepção de vida, de mundo, de sociedade, do ser humano, que por fim irá determinar o método. O que são essas coisas senão um tipo de confissão? (p.5)

No artigo 32 do capítulo V, o asilo se definia como um “instituto essencialmente religioso, (...) e que nele não se tolerará qualquer regra, disciplina ou costumes contrário à religião católica, apostólica, romana”¹⁰⁵. Pressupõe-se, neste sentido, que o conjunto de disciplinas ministradas tinha o intuito de formar meninas que se tornariam ou aspirantes ao hábito religioso ou mães de famílias católicas, pois estas, uma vez ensinadas, passariam a instruir sua prole a obedecer tal doutrina.

Segundo Gavazzoni (2009), a expressão, *católico, apostólico e romano* provavelmente foi legada pelos frades capuchinhos, confirmando a necessidade de se legitimar a submissão irrestrita à Igreja Romana. A

¹⁰³ Ibid., p. 133.

¹⁰⁴ JORNAL DE PIRACICABA, 13/12/1901, n.º. 419, p. 1.

¹⁰⁵ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 138.

fidelidade e obediência à Igreja Romana são determinadas até hoje pela Regra dos franciscanos, em seu capítulo primeiro que diz: “[...] obediência e reverência ao Papa e à Igreja católica”. O capítulo segundo reforça esse princípio, ao afirmar que os religiosos: “[...] têm verdadeiramente adesão a fé católica”. No capítulo nove se afirma: “E sempre súditos a Santa Igreja e estáveis na fé católica”. (REGRA, 2000, p. 12 e 25) A afirmação é muito mais que uma expressão usual, é uma regra de vida a ser observada em todos os institutos religiosos que estão sob a jurisdição da referida regra.

Como principal documento do Asilo de Nossa Mãe, pode-se observar que o estatuto se constituía em um conjunto de normas definidoras dos conhecimentos que deveriam ser ensinados. Além disso, estabelecia uma série de condutas a serem seguidas, não só pelas meninas assistidas pela instituição, mas também pelas mestras, pelas benfeitoras e até pela diretora.

O artigo 32 do estatuto do asilo, ao definir a instituição como assistencialista e religiosa, sob a proteção do Bispo Diocesano¹⁰⁶ instituía uma cultura escolar marcada por um caráter religioso¹⁰⁷. Dominique Julia, ao analisar o conceito de cultura escolar, nos ajuda a pensar esta cultura construída no interior do asilo quando destaca que, para entender as relações que se estabelecia na instituição deve-se fazer

a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular (2001, p. 10).

Assim, para o autor, o conceito de cultura escolar refere-se a

¹⁰⁶ Em termos de hierarquia da Igreja, a diocese da cidade de Piracicaba sofreu várias alterações. Ao estudar os dados fornecidos pelo anuário católico do ano 2000, Galvazzoni (2009) relata que inicialmente o município de Piracicaba pertencia à Diocese de São Paulo, situada ao leste do Estado de São Paulo, a qual foi criada aos 6 de dezembro de 1745, pela Bula “Candor Lucis aeternae” do Papa Bento XIV, desmembrada da então Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Posteriormente, segundo a autora, a Diocese do município passou a pertencer à Diocese de Campinas, situada na região centro-leste do Estado de São Paulo, que foi criada aos 7 de junho de 1908 pela Bula “Dioecesium nimiam amplitudine” do Papa Pio X, desmembrada da então Diocese de São Paulo.

¹⁰⁷ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 139.

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (p.10).

Neste sentido, o estatuto do asilo pode ser lido como um conjunto de normas de uma instituição assistencialista e educacional, que se organiza segundo normas administrativas e pedagógicas, pautadas nos princípios religiosos, com vistas a tornar viável a transmissão dos conhecimentos às meninas e a incorporação de comportamentos sociais ensinados no âmbito da instituição.

Tais condutas, no contexto do Asilo de Nossa Mãe, são “normatizadas” por meio das cláusulas de seu regimento interno, como observamos no artigo 36 do estatuto que previa: “Haverá um Regimento Interno, regulamentado a serviço do Asilo e toda matéria própria de um regimento, em desenvolvimento dos presentes estatutos”¹⁰⁸. Este artigo tinha como objetivo criar um regulamento interno da instituição que seguisse os parâmetros aprovados no estatuto.

Paralelamente ao estatuto, o regimento interno do asilo era um documento oficial, configurado como um conjunto de regras, dispostas em sete itens. Estas normas deveriam ser seguidas pelas mestras e pela diretora do asilo, assim como pelas meninas. A sua organização e escrita, em consonância com o estatuto, foi feita em 1897, pelo fundador do asilo. Nele estava discriminada a “pirâmide” hierárquica da instituição:

Irmã Cecília – Mãe e Mestra
Irmã Albina – Irmã e Mestra
Irmã Nazária – Vice-Irmã Mestra – 1ª Conselheira e porteira
Irmã Francisca – Auxiliadora e Tesoureira

¹⁰⁸ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 138.

Irmã Valéria – Mestra de Religião e Vice-Capelã
Irmã Benedita do Coração de Maria – 2ª Conselheira – Secretária e
Mestra
Irmã Virginia – Mestra – cozinha e limpeza da casa¹⁰⁹.

A organização hierárquica seguia o disposto no parágrafo primeiro do regimento, ficando estabelecido que as irmãs devessem se ajudar mutuamente conforme as necessidades de cada uma e da instituição. O ofício de cada irmã, sua escolha ou mudança eram de responsabilidade da mãe, no caso do asilo, D. Antônia Martins de Macedo ou Madre Cecília, quando esta achasse prudente.

A escolha das órfãs, que seriam recolhidas ou não pelo asilo, era definida no segundo parágrafo do regimento interno. Nesse item, ficava estabelecido que era de competência da *Mãe*, juntamente com duas conselheiras, a escolha das meninas desvalidas que seriam aceitas ou rejeitadas.

Os critérios de seleção também eram complementados pelo estatuto que, no artigo 4º., parágrafo único, previa que, havendo meninas em igualdade de condições, eram recolhidas aquelas que não possuíam “condição” alguma¹¹⁰. Ou seja, o Asilo de Nossa Mãe, apesar de anunciar que recolheria meninas órfãs e desvalidas, supostamente, elegeria estas últimas como prioridade.

Faziam parte do regimento, ainda, os critérios para a contabilidade da instituição. Assim, consta no terceiro parágrafo que

a Mãe terá dois registros em que assentará, por meio da secretaria, o ativo e o passivo, em dinheiro, do Asilo. Os objetos assentar-se-ão em livro particular, com o nome da ofertante. A Mãe guardará no seu quarto o dinheiro necessário, pouco mais ou menos, para uma semana, o mais o entregara a irmã Tesoureira (...). A Mãe a cada

¹⁰⁹ Ibid, p.161.

¹¹⁰ PROVA DOCUMENTAL, *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p.132 e 161.

mês deveria apresentar as contas às suas duas conselheiras (...). A Irmã Tesoureira, cada mês deverá dar contas à Mãe¹¹¹.

De acordo com Gavazzoni (2009), mãe e mestra são expressões muito fortes do franciscanismo. Principalmente o conceito mãe: “E cada um ame e alimente o seu irmão como a mãe ama e nutre seu filho; e o Senhor lhe dará sua graça” (SILVEIRA e REIS, 1996, p.149).

Ainda segundo Gavazzoni (2009), a palavra “mãe”, traz consigo toda a peculiaridade daquele ser que gera a vida, alimenta, cuida, protege, faz crescer. Pessoa abnegada, que não mede esforços e sacrifícios para ver o bem e a felicidade dos filhos. Expressa, também, a ternura, a firmeza e a responsabilidade de quem zela pela casa e pela família.

As atribuições de Madre Cecília iam além da direção do Asilo de Nossa Mãe e da responsabilidade pela instituição. De acordo com o artigo 4º. do estatuto, ela era também mestra pois, juntamente com algumas irmãs, era responsável pelas decisões quanto à organização do asilo, em consonância com o artigo 12 do estatuto¹¹². E, finalmente, mãe, pois tinha sob sua tutela as meninas que adentravam à instituição.

Também exposta no artigo 4º. do estatuto estava a determinação de que a diretora estava “investida dos mais amplos e ilimitados poderes”¹¹³, mostrando que toda organização do asilo passava pelas mãos de Madre Cecília.

Esta organização era ordenada pelo estatuto e o regimento que instituía respectivamente normas administrativas, como também sociais e pedagógicas. As atividades de rotina eram distribuídas de “maneira fixa”, transformando-se em deveres profissionais que, na instituição, eram

¹¹¹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p.132 e 161.

¹¹² As mestras que assumiram o asilo em 1897 ficaram responsáveis pela organização do Regimento Interno do Asilo de Nossa Mãe, e de acordo com o Artigo 2º do Estatuto, o mandato delas terminaria em oito de setembro de 1901, podendo ser reeleitas a posteriori. Cf. PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 139.

¹¹³ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 139.

realizadas pelas mestras e demais irmãs. A hierarquia era autoritária, caracterizando-se pelo mando e subordinação à madre.

Conforme se viu, os três primeiros parágrafos do regimento tratavam das competências administrativas e contábeis do Asilo de Nossa Mãe. A partir do quarto parágrafo até o último, ou seja, o sétimo, a ênfase será voltada para as condutas das internas.

As diretrizes estabelecidas nestes parágrafos estariam diretamente relacionadas com os comportamentos ensinados às internas por suas mestras e pela diretora da instituição, como também com o ensino de civilidade, a moralização, a higiene, e as disciplinas escolares que se deveriam ensinar para as desvalidas.

Dentre os direcionamentos explicitados, destaca-se a obediência ao horário que ficava, de acordo com o parágrafo 4º. do regimento, “na mão da Mãe”, devendo os domingos e dias santos ser guardados e os demais dias, dedicados “para a escola (...) para o exercício de piedade (...) etc. Conforme a Mãe quiser”¹¹⁴.

No quinto parágrafo, ficou estabelecido que a mãe só dispensará o silêncio antes das refeições após a leitura de “uma lição sobre a imitação de Cristo”. Como observa Azzi, citado por Marcílio, o silêncio religioso, no contexto das instituições como o asilo, “não quer dizer não falar, mas quer dizer falar intimamente com Deus” (1984, p. 120).

A madre também auxiliava “as meninas a aprontar e desaprontar a mesa”¹¹⁵. Qualquer conversa fora do recreio devia ser de forma breve e submissa. Ainda no que se refere aos comportamentos, o parágrafo 6º. exigia das internas que, “fora da casa irão sempre acompanhadas”. Observa-se que não se permitia às internas fazer “refeições nas casas alheias”, exceto nas casas dos parentes (p.161)¹¹⁶.

¹¹⁴ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

¹¹⁵ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

¹¹⁶ Ibid., p. 161.

O parágrafo último do regimento assemelha-se ao artigo 6º do primeiro capítulo do estatuto, referente às disciplinas a serem ministradas na instituição, com um pouco mais de detalhes sobre as mesmas.

Na escola ensinar-se-á a Doutrina Cristã (História Sagrada), leitura, contas, etc., caligrafia grande e pequena. Compor. Contas (quatro operações), um pouco de canto, civilidade e trabalho de agulha, de lavar, de engomar e tudo o que for necessário para ser uma mãe de família pobre (p. 161)¹¹⁷.

Ao analisar as propostas disciplinares presentes no estatuto e, comparando-as com o regimento, verifica-se uma pequena distinção entre elas. No segundo, não constam as Noções de História e Geografia, nem as especialidades em Geografia e História do Brasil, além de Música, que também foi excluída.

Observa-se também que duas disciplinas, Religião e História Sagrada, propostas pelo estatuto, foram condensadas em uma só, denominada Doutrina Cristã.

Entretanto, as disciplinas caligrafia, contas, leitura, composição e civilidade foram mantidas no regimento do asilo, em conformidade com o que previa o estatuto. Em contrapartida, os serviços domésticos e de cozinha contidos no estatuto, foram detalhados pelo regimento, dando uma noção mais precisa do que se propunha ensinar às meninas.

Nota-se uma diferença substancial entre as disciplinas propostas pelo regimento e aquelas definidas no estatuto. Essas diferenças podem ser observadas se verificarmos as finalidades a que se visava com a elaboração de cada documento. Assim, as disciplinas previstas no regimento tinham como finalidade: ensinar tudo o que é necessário para a formação de uma mãe de família pobre. Em contrapartida, esta informação não constava no estatuto do asilo, o qual estabelecia, no quinto artigo, que a menina uma

¹¹⁷ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

vez admitida, teria tudo o que fosse necessário para sua assistência e educação¹¹⁸.

Figura 13: As meninas aprendendo a cozinhar



Uma das atividades do Asilo de Nossa Mãe era ensinar as meninas a cozinhar. Como observamos, o ambiente da cozinha era um lugar limpo, ordenado e espaçoso. As tarefas eram divididas de modo que todas pudessem aprender as diversas etapas do trabalho, do manusear os alimentos, até o lavar a louça e talheres. Na fotografia, observa-se a arrumação da prateleira ao fundo, vasilhas para ferver água na parte superior, abaixo as panelas e caldeirões pesados e na parte inferior as panelas maiores, evitando qualquer tipo de acidente. Além disso, o cuidado das meninas em fazer as atividades mantendo a postura ereta, além de evitar qualquer queda de vasilhame, como nota-se na menina ao fundo, próxima à prateleira.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

É importante destacar que, diferentemente do regimento - um documento elaborado com o propósito de nortear as práticas cotidianas da instituição e as condutas -, o estatuto era um documento de domínio público, ou seja, passível de ampla consulta, podendo conter informações que interessavam aos propósitos da instituição explicitar.

¹¹⁸ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 132.

Observa-se uma notável diferença, quando se compara as disciplinas propostas pelo Asilo de Nossa Mãe - tanto no seu regimento quanto no seu estatuto - com aquelas que eram propostas pelos colégios das Irmãs de São José de Chamberry, no mesmo período, em especial pelo Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, analisado por Ivan Manoel (1996). Assim, pode-se fazer uma distinção entre alunas que pertenciam a uma elite social, público-alvo do Patrocínio, e meninas desvalidas do asilo.

Na definição de Cunha, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio se constituía em “uma residência feminina” que tinha como “elemento propulsor, o processo formativo-educativo, de fundamental importância para a educação feminina”, estando seus objetivos ligados à “inculcação de toda a moral cristã da época” (2000, p. 91).

As matérias ensinadas nos colégios das Irmãs de São José, segundo Manoel (1996) eram:

Instrução Religiosa; Gramática Portuguesa; Aritmética; Geografia e Cosmografia; Botânica e História Natural; Noções de Física; História Sagrada e Profana; Caligrafia; Literatura (Gênero Epistolar); Francês; Trabalhos Manuais; Obras de Gosto (Flores, tapetes, bordados e outros trabalhos de agulhas); Lições Especiais: Inglês, Piano, Alemão, Canto e Desenho (p. 83).

Matérias como Gramática Portuguesa, Cosmografia, Botânica, História Natural, Noções de Física, História Profana, Literatura e Línguas (Francês, Inglês e Alemão) não faziam parte do rol das matérias do asilo especificadas no estatuto e detalhadas no regimento interno da instituição, mostrando uma clara distinção entre as finalidades educacionais de cada instituição e também os objetivos sociais.

Ao comparar as matérias, explicitadas pelo estatuto e pelo regimento interno do Asilo de Nossa Mãe com as que eram ensinadas no Colégio das Irmãs São José de Chamberry, a intenção é ressaltar duas observações: primeiro, em relação às aproximações e distinções entre os

objetivos religiosos e educacionais, pois, ambas as instituições são católicas, mas seus objetivos educacionais são distintos; segundo no que diz respeito aos parâmetros políticos e sociais, bem como às finalidades das instituições, uma vez que o asilo é uma instituição de assistência a meninas pobres e o Chamberry, um colégio para meninas ricas. Pode-se observar que o Colégio das Irmãs de São José de Chamberry era atuante na cidade de Piracicaba, pois muitas meninas do município estudavam nesta instituição.

Como nos esclarece Manoel (1996) ao estudar o Patrocínio, a “preocupação da educação católica” não era a profissionalização feminina (p. 83), pois as meninas, em sua maioria, eram advindas das elites da região e não precisariam se encarregar de tarefas que eram assumidas por suas criadas ou empregadas. Em contrapartida, no contexto do asilo, havia uma preocupação em ensinar algumas habilidades para as internas que, ao deixarem o asilo, seriam mães de famílias e, provavelmente, iriam trabalhar fora de casa, para ajudar no sustento da família.

Como descreveu o jornal *Gazeta de Piracicaba* em reportagem de 13/12/1900, os resultados das atividades realizadas na sala de trabalhos manuais pelas internas eram

uma profusão enorme de lindos trabalhos de agulha e flores artificiais executados pelas asiladas – toalhas, bouquets, almofadas, camisas, guardanapos, porta-camisolas e muitos outros, destacando-se um ramilhete de rosas de pétalas feitas de raspas de madeira e folhas de cascas seccas de bambu, que é muito bem acabado. Também são trabalhadas pelas órfãs, as toalhas que se vêm na capella¹¹⁹.

No Asilo de Nossa Mãe também se observou que o aprendizado não se limitava às disciplinas que compunham o currículo escolar; as meninas aprendiam os dotes necessários e marcantes para a formação feminina da época.

¹¹⁹ GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900, nº. 2728, p. 4.

Figura 14: Sala de Costura



Como a inscrição abaixo anuncia, a aula de corte e costura também fazia parte das atividades do Asilo de Nossa Mãe. Cada menina ficava em bancada única com uma máquina de costura, sempre acompanhada de uma mestra. As meninas em pé tinham a função de auxiliares. A bancada e as cadeiras proporcionavam, aparentemente, a manutenção de uma postura que evitasse a fadiga e possíveis lesões em decorrência das atividades, mas ao mesmo tempo, asseguravam uma postura austera, também observada nas práticas desenvolvidas na cozinha.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

As fotografias das práticas de costura e cozinha participam da fabricação da imagem das futuras mães de famílias pobres a que o trabalho educacional e assistencial visava, ao mesmo tempo em que nos aproximam de elementos que compunham o conteúdo da formação das meninas, no âmbito da instituição. Fragmentos do cotidiano do asilo, as fotografias apelam para a ordem, a disciplina e a assepsia moral, valores expressos na ordenação dos espaços e na disposição dos corpos. A forma de ensinar

transcendia as paredes do Asilo de Nossa Mãe e se espalhava pelo município, criando um ambiente de respeito e admiração pela instituição, na família e na sociedade (AGUIAR, 2005).

A assistência e a educação das desvalidas

Entendia-se por desvalida, no contexto da atuação do asilo como instituição de recolhimento na cidade de Piracicaba, meninas desprovidas de recursos. Algumas dessas, tratadas como órfãs, eram abandonadas pelas ruas da cidade ou deixadas na instituição pelo pai ou mãe, desprovidos de condições para cuidarem sozinhos da prole. Isso fica evidenciado no livro de matrícula da instituição, no qual consta que todas as meninas que entraram na casa tinham pai, mãe ou algum responsável.

Na obra *A maquinaria escolar*, Varela e Alvarez-Uria (1992), ao discutirem a institucionalização da escola, na França dos séculos XVIII e XIX, pesquisaram acerca a criação de colégios pela igreja católica, tanto para ricos como para pobres. As instituições voltadas para a criança tinham como objetivo, segundo esses autores, “preservar a infância pobre deste ambiente de corrupção, livrá-la do contágio e dos efeitos nocivos da miséria” (1992, p. 87), desclassificando-a, individualizando-a e situando-a em um ambiente onde seria mais fácil manipulá-la, “para o seu próprio bem e convertê-la em ponta de lança da propagação da nova instituição familiar e da ordem social” (VARELA E ALVAREZ-URIA, 1992, p. 87).

Intento semelhante parece ter justificado a criação do asilo em Piracicaba, instituição que se voltava para o recolhimento de crianças pobres, cuja atuação se orientava no sentido de cuidar e educar essas crianças segundo os princípios da doutrina cristã.

Verificou-se, por meio da pesquisa, que o Asilo de Nossa Mãe realizava um trabalho social e de filantropia, na medida em que recolhia meninas desvalidas, assistindo-as no âmbito de uma instituição onde elas

podiam ser educadas, moralizadas, higienizadas e preparadas para serem mães de famílias pobres. Entretanto, como destaca Negrão,

meramente assistir a órfã pobre parece ter sido uma maneira misericordiosa de decretar sua exclusão social e política, pois ficava à mercê de auxílios ou pretensas “proteções” (2006, p.8).

Em relação à filantropia, como assinala Ribeiro, citada por Negrão (2006), a assistência deixava de solucionar os problemas dos menos favorecidos, porque, como destaca a autora, o conflito de classes estava acima dessas intervenções e os auxílios beneficentes apenas aliviavam o sofrimento.

Por outro lado, Negrão, citando Uhle, ressalta a conotação utilitarista que envolvia a filantropia, destacando que

a diferença entre a caridade e a filantropia é que esta última busca o socorro útil. Sem a natureza de investimento, se inspira na moral da poupança. Mais do que doações materiais, dá-se conselho, “educação” e bom exemplo. (NEGRÃO, 2006, p. 8).

Observou-se que o trabalho no asilo era realizado visando à manutenção do corpo e da alma das meninas, ou seja, moldar seus comportamentos no contexto do projeto de urbanização do município. Caracterizava-se como um trabalho filantrópico e de assistência social às desvalidas, pois, uma vez dentro do asilo, estas meninas estariam longe dos olhares das elites que defendiam, paralelamente a esta “benfeitoria”, o desenvolvimento urbano da cidade, nos mesmos moldes do que estava ocorrendo nas grandes cidades do país, que envolvia a instalação de rede de água e esgoto, iluminação elétrica, pavimentação e alargamento de ruas, construções de praças públicas etc.

Nesta dinâmica, o asilo, em concordância com os ideais defendidos no município no período estudado, cuidava da infância como forma de prevenir os problemas presentes e futuros, já que as crianças eram vistas

como seres dotados de características como maleabilidade, fragilidade e imaturidade. O Asilo de Nossa Mãe justificava, desta maneira, sua tutela e rigor em relação às meninas, chamando para si a responsabilidade de protegê-las, salvá-las e civilizá-las.

Nas reflexões de Varela e Alvarez-Uria (1992), a educação e civilização da infância, no período entre o fim do século XIX e início do século XX, se pautaria em ações educativas institucionais, com destaque para a atuação das instituições católicas. Iniciativas essas realizadas na França, a princípio, no século XVIII pela então recém estreada família cristã. Tais realizações se constituiriam em uma ação educativa difusa, que seria “vinculada às práticas de ‘recristianização’”, por meio de instituições católicas de ensino, marcando a generalização do internato “como uma instituição mais apropriada” para a educação da infância (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p.71).

Esta foi inicialmente estabelecida para os filhos da elite, que dividiam com a família sua educação e, posteriormente, estendida às camadas mais miseráveis, mas pensada de forma que, “para os filhos dos pobres bastaria isolá-los em instituições de caridade” (1999, p.71).

Alessandra Schueler (1999), analisando a relação da criança com a escola, do Rio de Janeiro, na passagem do Império para a República brasileira, esclarece que a educação das crianças era debatida desde meados do século XIX, pelos dirigentes do Estado e outros setores da sociedade imperial. A autora destaca que a difusão da instrução e da educação popular era viabilizada pela construção de escolas públicas e colégios e pelo desenvolvimento da escolarização. Essas medidas eram acompanhadas de outras intervenções dos poderes públicos que agiam diretamente na vida da população e nos espaços da cidade como

a instalação da iluminação pública, os projetos de saneamento, ajardinamento e cercamento de praças, a regulamentação das festas, além da “ideologia da higiene”, responsável pela prevenção e erradicação das doenças como a febre amarela, que atingiam em cheio os setores mais pobres da população (p.5).

Em relação à educação da infância desamparada, Kuhlmann Jr. (2001) salienta que esta já era debatida desde a década de 1880, como uma das formas de se resolver as questões políticas por meio da alfabetização. Além disso, para o autor, a educação poderia ser um meio de combater a miséria e a violência.

Monarcha (2001), ao fazer uma análise sobre a educação da infância brasileira, enfatiza que

no campo educacional foram muitas as propostas que visavam transformar as precárias situações existentes no final do século XIX. Vários estudos apontam para uma preocupação dos republicanos em promover a educação popular (p. 124).

Matilde Crudo (2005) oferece elementos para esta análise sobre o problema da infância pobre que, desde a segunda metade do século XIX, ganhou visibilidade, passando a incomodar as autoridades (p.8). Este quadro configurou no Brasil a consciência de que a pobreza social era uma questão que deveria ser solucionada pelo Estado, pois os menores abandonados deveriam ser vistos “menos como um problema da caridade privada e mais como uma questão de responsabilidade pública (CRUZ, 1987, *apud*. CRUDO, 2005).

Esses autores pensam a educação da criança e da criança pobre como um viés utilizado para o desenvolvimento da população e, conseqüentemente, da nação republicana, cabendo lembrar que essas ações educativas já eram debatidas desde meados do século XVIII, na Europa, por diversos agentes envolvidos com o tema.

Neste contexto, a educação pública vinha sendo discutida num movimento, como indica Schueler (1999), “lento e progressivo de escolarização”, o qual tinha maior ressonância nos “espaços urbanos”; espaços onde os debates, os projetos e as medidas em prol da instrução e educação de crianças e jovens ganharam maior notoriedade, destacando-se que, dentre as medidas defendidas, estavam, por exemplo, os colégios e os asilos, além das escolas públicas.

Em prol desta idéia de educação, como defendida desde o século XVIII, o estatuto do asilo, como já foi destacado, em seu primeiro artigo, ressalta que a instituição tinha como objetivo educar e assistir meninas desvalidas fossem elas órfãs ou não, sem distinção de etnia ou cor da pele¹²⁰.

Estas meninas eram admitidas no asilo a partir dos cinco anos de idade e só eram autorizadas a deixar a instituição após terem concluído sua educação, exceto em casos excepcionais como desenvolvimento precoce, incorrigibilidade, moléstia grave ou contagiosa e ainda por pedido de casamento¹²¹.

O modo de recolhimento praticado pelo asilo tornou-se, no contexto do município de Piracicaba, algo semelhante ao observado por Varela e Alvarez-Uria (1992), na França do século XVIII, ou seja, um

dispositivo que contribuiu para a constituição da infância ao mesmo tempo em que o próprio conceito de infância ficará associado de forma quase natural à demarcação de um espaço temporal (p. 78).

Tal reflexão esteve imbricada com a constituição de um projeto que começou a ser desenvolvido, na Europa, em meados do século XVI, pelo médico higienista Cristobal Pérez Herrera e instituído a partir do século XVII. Tais ações tiveram reflexos até o fim do século XIX quando, segundo

¹²⁰ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 32.

¹²¹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 132.

Varela e Alvarez-Uria (1992), os colégios de forma especial começam a defender uma “fabricação da alma infantil (...) que terá em contrapartida o submetimento dos corpos e a educação das vontades em que tanto insistem os educadores religiosos” (p. 84).

A preocupação com a educação no município ganhou destaque em um artigo publicado em 1893 no jornal *Gazeta de Piracicaba*, o qual registrou que o Sr. Moraes Barros, senador pelo Estado de São Paulo entre 1895 e 1902, recebera uma congratulação por iniciar as atividades da Sociedade Beneficente, que se propunha a corrigir um grande “embaraço” deixado pela monarquia no Brasil, que era a “grande massa de analfabetos”¹²².

O periódico destacava ainda, num artigo do ano de 1895, que a educação da população era um problema social não só do município de Piracicaba, mas também do Brasil, observando que:

ninguém em boa consciência se excusara de convir que a instrução do povo é a única força capaz de diminuir, senão mesmo de vencer a miséria de muitos.

Amparamos os pobres e os enfermos, mas contra a indigência e a própria enfermidade, eduquemos também os filhos do povo¹²³.

A educação do pobre era defendida como uma “ferramenta” para vencer a situação de miséria em que, se supunha, muitos se encontravam na cidade.

Segundo Crudo (2005), a população pobre era vista como composta por pessoas que resistem e não se submetem ao trabalho nos moldes do modelo de produção defendido pelo capitalismo. Este mesmo preconceito em relação à população de escravos que foram libertos a partir de 1888, e também dos brasileiros livres, “serviria de justificativa aos grandes proprietários rurais” para importar o trabalho do imigrante, visto como

¹²² GAZETA DE PIRACICABA, 16/07/1893, nº. 1870, p.1.

¹²³ GAZETA DE PIRACICABA, 17/05/1895, nº. 2100, p. 1.

superior à população nativa, já que “disciplinada e acostumada ao trabalho, características que estavam ausentes no trabalhador brasileiro” (p. 119).

Em artigo publicado no dia 1º. de janeiro de 1889, o jornal *Gazeta de Piracicaba* se definia como um jornal “do povo e para o povo”, enfatizava também que “as classes laboriosas aprendem a ler nas escolas, a pensar com o jornal a trabalhar nas oficinas: o tempo lhe é exíguo”, e por não ter tempo de ler livros, “o seu livro é o jornal”¹²⁴.

Se na matéria de 16/07/1893, a educação popular era vista pelo jornal *Gazeta de Piracicaba*¹²⁵, como a educação da “massa de analfabetos”, quatro anos antes, em 1889, o mesmo periódico, defendia que o povo era aquele trabalhador que por estar na oficina não dispunha de tempo para ler um livro, mas poderia ler o jornal.

Percebe-se, nessa reportagem, uma “tripla defesa”, do trabalho, da educação e da leitura do jornal. Em contrapartida, no período republicano, nota-se a defesa da alfabetização da população como forma de promover o desenvolvimento e conseqüentemente o progresso da nação.

O Dr. Moncorvo Filho, médico que viria a escrever o *Histórico da proteção à Infância no Brasil (1500-1922)* (KUHLMANN Jr., 2001) discorreu, em 1900, no IV Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia realizado no Rio de Janeiro, sobre a solução do problema das crianças desamparadas por meio da formulação de um programa de atendimento.

O médico defendia também as possibilidades de se construir um lugar de recolhimento, no qual as crianças desvalidas seriam abrigadas e educadas “com base em princípios filantrópicos e higiênicos”. Tal investimento seria realizado por meio de um consórcio entre as ações do Estado e da Igreja, entre os homens da ciência e os representantes da fé

¹²⁴ GAZETA DE PIRACICABA, 01/01/1889, nº. 975, p. 1.

¹²⁵ GAZETA DE PIRACICABA, 16/07/1893, nº. 1870, p.1.

cristã, com o objetivo de direcionar, segundo a defesa do médico, o futuro das crianças pobres brasileiras (GONDRA, 2001, p. 289-318).

Ao publicar em 07/12/1893 o Hino composto para a escola modelo do Estado de São Paulo, a *Gazeta de Piracicaba* explicitou o que se esperava de um novo modelo escolar, que “enterraria” de vez o exemplo de educação do período imperial brasileiro,

Hymno Escolar (1)

Voz

A escola dos tempos passados
Era escura prisão – um terror
Onde o mestre, cruel, sem agrados
Não sabia de ensinar com amor

Côro

Na escola a mocidade
- Esperança do porvir
Caminha à luz da verdade,
Desabrochando a sorrir

Voz

A creança na escola hoje tem.
Um amigo no mestre ensinando;
E por isso o caminho do bem
Vai seguindo sorrindo e cantando.

Côro

Na escola... etc.

Voz

Estudemos, façamos a gloria.
Desta pátria de tanto futuro;
Pois assim cantaremos vitória,
Ancorando num porto seguro

Côro

Na escola... etc.

Corte Brilho

(1) Este hymno foi escripto para a Escola Modelo de S. Paulo¹²⁶.

Como se verifica, por meio desse hino, o antigo modelo escolar era interpretado como obsoleto, desatualizado e desarticulado da realidade nacional. Possuía mestres incapazes de cativar os alunos, já que “não

¹²⁶ GAZETA DE PIRACICABA, 07/12/1893, nº. 1911, p. 1.

sabiam ensinar com amor” para uma mocidade que era a esperança do amanhã.

O ensino “com amor” ocorreria mediante o novo modelo que se propunha aos alunos. Este novo modelo defendia que os alunos deveriam caminhar “à luz da verdade”, com mestres que ensinariam o caminho do bem, a glória da “pátria de tanto futuro”.

Segundo Souza (1998), a implantação dos grupos escolares se inseria em um projeto republicano para a educação popular (p. 15). Criados na década de 1890, sua proposta de ensino era considerada inovadora, pois “tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica” (p. 16) das mais complexas, seguindo os princípios de racionalidade científica e divisão do trabalho.

Ao analisar o processo formativo feminino, por meio da educação, Aguiar observa que, nas instituições de ensino, “as meninas aprendiam os dotes necessários e marcantes para a formação feminina”. Assim, segundo a autora, os conteúdos apreendidos nas instituições transcendiam “as suas paredes e se espalhava pelos lugares, forjando na mentalidade das pessoas um padrão”, que se caracterizava como um “modelo de administração e respeito”. Desta maneira “os princípios pressupostos escolares extrapolam os muros das mesmas, infiltrando-se nas famílias e na própria sociedade” (2004, p. 250).

Por ser uma instituição católica, que defendia um projeto religioso, o Asilo de Nossa Mãe dialogava com a idéia de uma educação laica, proposta pelos republicanos com os seus novos conceitos de educação, quando se propunha, por meio de seu estatuto, no capítulo 1º., em seu primeiro artigo, a educar meninas desvalidas. Nesse sentido, a instituição se aproxima dos ideais de educação popular defendidos pelos republicanos. Ou seja, a idéia de ser a “esperança para um futuro” e a “glória da pátria no

porvir” também eram as propostas do asilo, na medida em que se estabelecia como um “porto seguro” para estas meninas pobres.

Questões como estas são também percebidas no campo político. Segundo Sérgio Miceli (1988) a separação entre Igreja Católica e o Estado Republicano,

não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas de investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos. As figuras-chaves na condução da política eclesiástica destinada ao “público interno” (a saber, os grupos dirigentes) passara a ser aqueles bispos “empresários” que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com os detentores locais do poder oligárquico (p. 21).

Em se tratando de uma instituição religiosa, o Asilo de Nossa Mãe, como já mostrado anteriormente, destacava em seu artigo 32, que a instituição estava “sob a inspeção direta do Bispo Diocesano”¹²⁷. Assim, pode-se afirmar que estava presente na proposta filantrópica e educacional da instituição uma diferença de interesses em relação ao Estado.

Esses interesses eram defendidos pelo papa Leão XIII, na Carta Encíclica *Rerum Novarum* em que defendia as instituições católicas e sua importância para a população desvalida. Afirmando o papel da Igreja e sua relação com a questão social, o papa destacava que

é com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de actividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos

¹²⁷ PROVA DOCUMENTAL, *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 138.

próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inabilidade da sua acção fora da Igreja. E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres¹²⁸.

Nesta mesma carta o papa Leão XIII afirmava ser a sociedade civil renovada por meio das instituições cristãs:

A Igreja, além disso, provê também directamente à felicidade das classes deserdadas, pela fundação e sustentação de instituições que ela julga próprias para aliviar a sua miséria; e, mesmo neste género de benefícios, ela tem sobressaído de tal modo, que os seus próprios inimigos lhe fizeram o seu elogio¹²⁹.

Assim, ao se propor a educar e recolher as meninas desvalidas, o asilo estava dialogando com os anseios defendidos pelo Estado na educação da infância pobre como um dos agentes sociais. Ao agir desta maneira, a instituição estava também obedecendo às diretrizes propostas pela Igreja, ou seja, como um agente político neste diálogo com o Estado, ao se propor a cuidar das “classes deserdadas”.

Como observamos anteriormente, as ações do asilo e suas relações com o poder público não se deram de forma pacífica, pois, algumas vezes, a municipalidade, representada pela Câmara de Vereadores de Piracicaba, se negou a prestar auxílio à instituição asilar, que alegava dificuldades financeiras para se manter. Nota-se também que em todas as negativas expedidas pela casa de leis, o órgão legislativo não questionou o asilo acerca da falta de recursos financeiros.

¹²⁸ Leão XIII (papa). *Rerum Novarum* (sobre a condição dos operários), (1891). Petrópolis: Vozes, 1950 *apud* Manoel, 1996, p. 45. Cf. www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html.

¹²⁹ *Ibid.*, 1996, p.45.

O Asilo de Nossa Mãe atuava como um agente de assistência e educação que correspondia a uma necessidade tanto social quanto moral. Deste modo, a constituição do asilo está ligada a uma demanda social e se constituiu como um dos agentes educadores destas meninas, recolhendo-as provisoriamente do convívio direto com a sociedade, dando-lhes assistência, moralizando-as, higienizando e disciplinarizando-as. Assim, no asilo as meninas podiam encontrar “a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade” (MARCÍLIO, p. 207) para, enfim, constituírem uma família.

Capítulo 3:

Por trás dos muros da instituição

Figura 15: O Asilo de Nossa Mãe



Atualmente com o nome de Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, o edifício do antigo asilo abriga uma creche e a Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. No interior do prédio, também se encontra um pequeno museu com os objetos e relíquias da madre, além de uma capela, onde foram depositados os restos mortais da religiosa. Nesse local encontra-se, ainda, o arquivo fotográfico e alguns documentos da instituição.

Do A, B, C à obediência

No primeiro regimento interno do asilo pode-se observar um controle rigoroso do tempo das meninas. Um controle de suas atividades diárias, enquanto moradoras da instituição, que indicia o propósito de assegurar a obediência a um conjunto de ordens regimentais específicas.

Guardar-se-á o horário que já esta na mão da Mãe, nos domingos e dias santos, o tempo, nos outros dias marcados para a escola, servirá

para o exercício da piedade, para estudo, etc. conforme o que a Mãe quiser¹³⁰.

Madre Cecília, diretora responsável pelo asilo, era quem tinha o controle do horário da instituição e fiscalizava as atividades das meninas. Conforme previa o regimento interno, com exceção dos domingos e dias santos, os demais dias eram dedicados ao estudo das disciplinas e aos exercícios de piedade, como a oração. Porém, era a mãe que especificava a ordem das tarefas a serem realizadas.

A análise do regimento e do estatuto do Asilo de Nossa Mãe permite perceber uma tentativa de doutrinar as meninas com base nos preceitos católicos, por meio das disciplinas “Religião” e “História Sagrada” ou “Doutrina Cristã”¹³¹. Verifica-se que alguns parâmetros contidos no regimento do asilo faziam parte das disciplinas adotadas no período pelos colégios católicos, como o ensino da doutrina cristã, que contemplava tópicos sobre a vida dos apóstolos e dos santos, incluindo as orações, exercício de piedade e a leitura da Bíblia, principalmente no que diz respeito à vida de Cristo¹³².

É possível perceber, também, um enfoque ligado às noções de civilidade contidas no regimento interno do Asilo de Nossa Mãe, o qual especificava os modos de se comportar em ocasiões como as refeições. Modos que podem ser lidos como integrantes de uma civilidade cristã. Assim,

à mesa, até não se introduzir o estatuto permanente, leia-se uma lição da imitação de Cristo e depois a Mãe dispensará o silêncio. Auxiliando-se todas para aprontar e desaprontar a mesa, fazendo em comum a reza antes e depois da comida¹³³.

¹³⁰ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

¹³¹ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 133 e 161.

¹³² Ibid, p. 116.

¹³³ Ibid, p. 161.

Tal orientação sobre o modo de portar-se à mesa de maneira correta serviria para que, no porvir, a menina colocasse em prática as posturas corretas perante a comunidade (ARIÈS, 1981 e HILSDORF, 1986) e, principalmente, nas futuras famílias que, por meio delas, se constituiriam.

Ressaltava-se, no interior do refeitório, o silêncio, a submissão hierárquica perante a mãe, permitindo a fala somente em voz submissa e breve, exceto no horário do recreio, orando em comum antes e depois das refeições¹³⁴. O modo de se comportar, falar, escrever, olhar e comer representavam “valores imprescindíveis a uma moça civilizada (Escolarizada)” (AGUIAR, 2004, p. 50).

Como esclarece Manoel (1996), ao analisar o Colégio das Irmãs São José de Chamberry de Itu, essa instituição católica foi fundada pelo jesuíta João Pedro Médaille, tendo sua origem em meados do século XVII, na França. A partir do início do século XIX, esta instituição passou a trabalhar também na área educacional, atuando no Brasil desde 1859 (BOSCHILIA, 2005). Com base no estudo dessa instituição, Manoel (1996) assinala que a Igreja, por meio de suas instituições de ensino, incluindo os internatos, procurava levar adiante sua missão de cuidar e orientar as almas pela via educacional.

Conforme observou esse historiador, o internato se constitui como um universo à parte que exige, além dos códigos disciplinares, uma linguagem. Esta linguagem é, notadamente, a linguagem religiosa, que “estipulava a ordem, o bom comportamento e a polidez” (p. 84), explícita na organização das disciplinas ministradas.

Boschilia (2005), ao estudar os guias das escolas marista, assinala que esta preocupação em reforçar a vigilância nesses espaços era explicitada também nos “cuidados a serem tomados nos dormitórios – que deveriam permanecer fechados durante o dia – e nos banheiros” (p.99). Tais

¹³⁴ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

cuidados, segundo a autora, se justificavam na medida em que deveriam se controlar os “impulsos da sexualidade”, tentando manter a “inocência” e retardar o máximo possível as descobertas “indesejadas” (p. 99).

Nesse sentido, no interior do asilo, as mestras também deveriam cuidar para que não existissem jamais “relações mais íntimas” ou “familiaridade perigosa” entre as alunas. Segundo o guia marista, estudado por Boschilia (2005), a intimidade entre as meninas deveria ser evitada, até mesmo após as refeições.

O exame de documentos como o estatuto e o regimento do Asilo de Nossa Mãe evidencia a preocupação constante da instituição no condicionamento dos hábitos das meninas, tanto disciplinares, por meio da exigência da obediência e do zelo no interior da casa, quanto no que se refere à civilidade e à maneira de realizar as tarefas do cotidiano da casa.

Elas eram cuidadas e educadas para a vida em sociedade com uma nova estrutura de personalidade, por meio de objetivos disciplinares desenvolvidos para “individualizar os excluídos”, utilizando-se de alguns “processos de individualização para marcar exclusões” (FOUCAULT, 2008, p. 165).

O asilo se constituía em uma instituição de assistência que oferecia uma oportunidade de inserção na sociedade a essas meninas. Isso se dava por meio da aplicação de suas disciplinas, as quais procuravam cultivar nas meninas aquilo que a sociedade esperava delas, de modo a torná-las pessoas educadas, minimamente esclarecidas; civilizadas. Assim, a instituição evitava, segundo defendia o bispo diocesano da cidade de Piracicaba, “que tantas meninas se perdem por falta de uma educação moral e religiosa que farão conhecer os seus deveres”¹³⁵.

¹³⁵ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 124.

O processo instituído pelo asilo ao recolher essas meninas evitaria que elas se entregassem aos vícios, como o da prostituição, jogatina, bebida e a frequência a lugares impróprios.

Figura 16: Meninas do Asilo em momentos de recreação



Os momentos de recreação do Asilo de Nossa Mãe eram realizados num espaço externo ao edifício da instituição. Observa-se a fachada lateral que ficava entre o prédio principal e o anexo. Chama a atenção o número de meninas flagradas aqui num momento de descontração. Quase todas do mesmo tamanho, usam trajes que se assemelham a uniformes.

Fonte: Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

A instituição, ao transformar esses cuidados em uma regra que era imposta no interior do asilo, propagava esta imposição como algo necessário para fortalecer “os mecanismos do autocontrole exercido sobre

as pulsões e emoções” das meninas, para que essas pudessem ser inseridas na sociedade (CHARTIER, 1988, p.110).

Segundo Foucault,

em certo sentido, o poder de regulamentação obriga a homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (2008, p.154).

Estes “disciplinamentos”, expressos em práticas, visavam à moralização, educação confessional e higienização. No asilo, tais condutas eram observadas por meio das proibições de saídas das internas, pois conforme o regimento interno da instituição, “fora de casa [as meninas] irão sempre acompanhadas”¹³⁶.

Como esclarece Marcílio, ao estudar a relação entre a criança abandonada e a sociedade, “em relação às meninas havia uma atitude especial, com a preocupação de preservar a ‘virtude’(ou a honra) e o recato, próprio da mulher” (1998, p. 281). Assim, no caso do asilo, elas permaneciam no interior da instituição para não ficarem expostas aos “perigos do mundo”.

Para se obter este controle, poder-se-ia interferir em vários aspectos da vida, por meio de rituais “realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (GOFFMAN, 2007, p.17). Assim, segundo destaca o autor, as atividades diárias em instituições totais são realizadas em grupo, de modo a assegurar que todos os envolvidos com a instituição sejam tratados de forma semelhante e realizem em conjunto as atividades propostas pela direção.

Tal análise levou-nos a observar que as atividades realizadas no Asilo de Nossa Mãe eram controladas rigorosamente pelas mestras, por

¹³⁶ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

meio de horários que eram pré-estabelecidos, de tal forma que uma atividade era feita sequencialmente à atividade que a antecedia. Desta maneira, todas as atividades eram relacionadas e reunidas racionalmente num único plano, para atender os objetivos oficialmente planejados pela instituição.

Pedroso (1996), ao narrar o cotidiano da instituição, por meio de relatos das irmãs que, segundo o autor, viveram o início das atividades, esclarece que o horário instituído pela madre era bem rigoroso:

5,00–Levantar.
5,15–Capela, oração de manhã, meditação.
6,00 ou 7,00–Missa no Convento Coração de Jesus.
Café e trabalho.
9,00–Almoço, recreio.
10,00–Reza dos doze Pais-nossos da Regra.
12,00–Coroinha, exame particular.
13,00–Lanche.
15,00–Jantar, recreio.
18,00–Terço.
20,00–Meditação.
21,30–Trabalho.
22,00–Recolher-se (p. 49).

Observa-se, por meio deste horário, que no interior do asilo havia duas categorias de internas, as quais obedeciam a horários distintos umas das outras, ou seja, as internas que eram assistidas e educadas, para serem esposas e mães de famílias e, paralelamente, aquelas que recebiam uma formação para a vida religiosa. Pois, percebe-se, nesse relato oral de uma irmã que foi interna do asilo, a ausência de tempo para a dedicação aos estudos embora esta atividade estivesse prevista no regimento e estatuto do asilo. Ao apresentar o horário do asilo, Pedroso justificava-o como um modelo para se obter uma vida santa (1996, p. 48), o que possibilita compreender o destaque a uma dedicação quase exclusiva para a oração.

Enfim, o horário relatado pelo autor era seguido, supostamente, pelas meninas que optavam por ingressar na Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. Por outro lado, os documentos, fontes dessa investigação, não esclarecem detalhadamente como eram os horários do Asilo de Nossa Mãe.

Em artigo de 30/11/1904, o *Jornal de Piracicaba* publicou uma matéria referente ao asilo, identificando-o como um estabelecimento que ensinava o “necessário para a vida prática”. Dessa maneira, o periódico esclarece que os trabalhos diários estabelecidos pela instituição se dividiam em quatro horas dedicadas aos estudos e “seis e meia hora de serviços manuais”¹³⁷.

Pode-se observar que essas atividades eram regulamentadas e controladas pela equipe diretora. Nota-se também que a vida da interna era “constantemente penetrada pela interação da sanção vinda de cima”; suas metas e objetivos pessoais dependiam destas sanções (GOFFMAN, 2007, p. 42). Tais sanções eram explicitadas no regimento interno, o qual ordenava que as meninas deveriam guardar “o horário que está na mão da Mãe”¹³⁸.

O asilo se identificava também como uma instituição de recolhimento de meninas separadas para uma vida ordenada conforme preceitos religiosos, as quais seriam preparadas por meio da observância da doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana (PEDROSO, 1996, p. 48), como constava no artigo 11º. do estatuto, que prescrevia que “o Asilo Coração de Maria Nossa Mãe é um Instituto essencialmente religioso”¹³⁹.

¹³⁷ JORNAL DE PIRACICABA, 30/11/1904, nº. 1268, p. 1.

¹³⁸ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161.

¹³⁹ Ibid, p. 165.

Vigiai e orai!

O Asilo de Nossa Mãe mostrava-se como um amálgama de religião católica, educação e assistência a meninas desvalidas. A instituição era disciplinar, vigilante, nos seus modos de organização, nas tarefas realizadas pelas alunas, como também nos métodos disciplinares estabelecidos para guiar as atitudes das meninas.

Como nos esclarece Leite, ao estudar as instituições confessionais para formação de freiras, as regras reforçavam a compreensão de que, como habitação de comunidade religiosa de recolhimento, as instituições, durante boa parte do século XIX e para além dele, “funcionaram como grupos de convívio para o controle da vontade e dos relacionamentos femininos” (1994, p. 35).

Esta vigilância era fundamentada em um “olhar que atravessava os muros e paredes da instituição”, controlando todas as atividades, apoiando-se em todos os âmbitos do estabelecimento, e também acompanhando e controlando as alunas internas no asilo “não só até a porta” da instituição, mas, inclusive, quando eventualmente algumas internas tinham que sair até a rua (NARODOWSKI, 2001, p. 109).

Estas proibições, supostamente, tinham como objetivo criar uma auto-disciplina nas internas que eram recolhidas pela instituição, de modo que, como indica Elias sobre o processo civilizador, “o código social de conduta grava-se de tal forma, que se torna um elemento constituinte do indivíduo” (1994, p. 189). Assim, se ensinava os comportamentos sociais no interior do asilo para produzir os comportamentos e disciplinar a convivência das futuras mães de família em sociedade.

Foucault (1997) trata da questão da vigilância especificada neste controle, nesta individualização disciplinar, esclarecendo que a

disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos, ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia. (...) E pode ficar a cargo (...) de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (p. 189).

Este controle, no interior do asilo, conduzia as meninas a seguir, por meio do estatuto e regimento interno, às ordens das mestras, como os horários de funcionamento da instituição, que determinavam o momento de se levantar, rezar, almoçar, conversar, etc. O tempo deveria ser seguido da melhor forma possível, o corpo deveria obedecer a seu exercício (FOUCAULT, 2008).

A oração, as refeições, o recreio e o trabalho visavam a uma padronização do indivíduo, todas as meninas deveriam seguir os mesmos rituais no interior do asilo. Visava-se, supostamente, produzir uma autoconsciência, de modo que, ao saírem da instituição asilar, o bom comportamento fizesse parte delas. O horário estabelecido para as que aspiravam à vida religiosa, em sua relação com a divisão do tempo das meninas na instituição, evidencia como, de certa maneira, tentava-se “esquadrinhar”, “enquadrar” ou disciplinar as alunas em um dado sistema de vigilância.

Nas palavras de Foucault,

o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofunda sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente, ou seja, a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (2008, p. 119).

Nesta lógica, as análises de Foucault (2008) possibilitam pensar que o asilo se caracteriza e se justifica como um internato, que por meio de um

“regime de educação senão o mais freqüente” ao menos se propunha a ser o mais perfeito (p.122). O horário do Asilo de Nossa Mãe, nesta observação do autor, tem a função de “estabelecer as censuras, obrigar as ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de ocupação” (2008, p.128).

Assim, os horários mantinham uma ordem na disciplinarização das meninas. O poder estava na relação direta com o tempo estabelecido nesse horário, permitindo o controle dele e garantindo sua utilização (FOUCAULT, 2008).

Seguindo um modelo disciplinar, o Asilo de Nossa Mãe se constituía em uma instituição educacional modelada segundo os parâmetros de assistência defendidos pela Igreja. Tais parâmetros eram marcados por um conservadorismo religioso. Neste conservadorismo inerte e rotineiro, o ensino proposto pelo asilo cumpre, por meio das disciplinas propostas em seu regimento, uma aculturação das meninas.

Nota-se, ainda, que as mestras do asilo ensinavam as alunas a seguirem e gravarem “profundamente em sua alma o sentimento de seus deveres para com Deus”¹⁴⁰, e para com seus superiores, incluindo entre estes, seus futuros maridos.

As desvalidas passavam, além disso, por uma sutil socialização individual “de ordem e silêncio, de higiene, de polidez, etc.”¹⁴¹, mostrando os objetivos de domesticação não só dos corpos, mas também das mentalidades dessas meninas. Assim, Pimentel Filho (2005) ajuda a pensar que

a escola deveria ensinar rigidamente esta lição fundamental para o indivíduo: o cuidado com o corpo e a saúde por meio da regulação de si mesmo. A educação era vista no fim do século como um conjunto amplo de saberes para si e para os outros, de tal forma que

¹⁴⁰ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 138.

¹⁴¹ CHERVEL, 1990, p. 188. Tal observação está em concordância com o que se defendia o Primeiro Regimento Interno do Asilo de Nossa Mãe. Cf. PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 161. § 5º.

a boa instrução implicava desenvolvimento moral, corporal e pessoal (p. 05).

Das 40 primeiras meninas que se matricularam no asilo no início de suas atividades, todas eram da cidade de Piracicaba. Doze dessas meninas saíram da instituição, nos primeiros anos do século XX, em companhia de algum familiar ou conhecido, responsável por cuidar delas. Outras 12 meninas saíram por conseguirem um emprego e cinco meninas, como assinalamos, tomaram o hábito religioso.

Além disso, três meninas saíram do asilo por motivo de matrimônio; duas se retiraram por contraírem doenças contagiosas, as quais não foram especificadas, e duas faleceram. Dentre elas, Maria Joaquina, uma das primeiras recolhidas e assistidas pela instituição. Uma menina foi transferida para o Estado de Minas Gerais e outra para a cidade de Descalvado, interior de São Paulo, onde havia uma “filial do Asilo”¹⁴². Verificou-se, ainda, que duas meninas foram expulsas por mau comportamento.

Embora a questão da incorrigibilidade fosse um dos itens que constava no artigo 3º. do estatuto do asilo, não há registros que permitam afirmar quais os motivos que levaram estas duas meninas, Amália e Julietta, a serem expulsas da instituição. Para a educadora franciscana Magali Gavazzoni (2009), que estudou as práticas educativas do Asilo de Nossa Mãe nos primeiros anos de sua fundação, a incorrigibilidade podia ser lida nos comportamentos indesejáveis que as meninas tinham dentro da instituição, os quais se repetiam com uma dada frequência, gerando assim punições para as mesmas.

No caso de Amália e Julietta, sabe-se que se tratava de duas meninas de famílias italianas, provavelmente irmãs. Talvez se possa supor

¹⁴² Segundo Frei José (1996), além do Asilo de Nossa Mãe foram abertas mais quatro casas durante a gestão de Madre Cecília: a Santa Casa de Descalvado em 20/02/1904, o Externato, depois Asilo Imaculada Conceição em 20/02/1905, o hospital São Vicente, em Jundiá em 1906 e o Instituto Santa Maria, de Campinas em 31/03/1910. (p. 63).

que a dificuldade de entender a língua portuguesa possa ter sido um agravante, bem como os costumes diferentes a que estas meninas estavam habituadas. Mas não há relato, nos registros da ocorrência, que permita apurar esta hipótese, nem tampouco qualquer documento que descreva a situação enfrentada pelas meninas e pela instituição, que explique o motivo das expulsões. Além disso, não se encontrou indício de seu paradeiro, após a saída da instituição.

Problemas como a incorrigibilidade notou-se também, anteriormente, com as irmãs Eugenia e Justina Fessel, de nacionalidade alemã que moravam com o pai. Essas meninas estudavam na Escola de Meninas do Bairro Alto, em 1884¹⁴³, e já tinham vivido nessa escola experiências semelhantes às das irmãs italianas Amália e Julietta, sendo as duas alemãs “eliminadas por mau procedimento”¹⁴⁴. Em ambos os casos, não foi encontrada a descrição do ocorrido no registro da ocorrência.

Problemas semelhantes de indisciplina, incapacidade ou desistência do aprendizado foram registrados, ainda, na mesma Escola para Meninas do Bairro Alto, envolvendo as meninas Gertrudes Maria do Nascimento, com sete anos de idade morando com seu pai; a menina Usquilina Maria das Dores, com nove anos de idade, morando com sua mãe e a menina Adornélia Maria de Jesus, com seis anos de idade, morando com sua mãe. Todas saíram da escola por não quererem aprender¹⁴⁵.

Incorrigibilidade, incapacidade de aprendizado ou problemas de adaptação com a instituição se constituíam em prováveis motivos para que, não só o asilo, mas as escolas que eram dedicadas a assistir ou educar essas meninas, tomassem medidas drásticas visando manter a disciplina e a ordem interna.

¹⁴³ A Escola para meninas do Bairro Alto era uma instituição de ensino primário para meninas que teve o início das suas atividades no ano de 1881 em regime de externato.

¹⁴⁴ ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livro de matrícula da Escola de Piracicaba para o ano de 1884*, Ordem 3238, nº. 242, 1881-1885, fl. 30.

¹⁴⁵ Ibid., Ordem 3238, nº. 342, 1881-1885, fl. 15.

Angélica Cristofolleti (*/*/* - 27/05/1982), que fora interna do Asilo de Nossa Mãe, conta em seu relato que,

Certa vez, uma jovem Professora, Irmã Veridiana do Verbo Divino, recentemente nomeada assistente do nosso refeitório foi por uma de nossas colegas, já mocinha, agredida, ameaçando-a com uma [cana] de mais de metro de comprimento. A turma se levantou para livrá-la do golpe... chamando a culpada de injusta, sacrílega, etc.¹⁴⁶.

Como punição, a madre afastou a infratora do convívio das meninas, proibindo-a de qualquer contato com as demais internas, por tempo determinado por ela, na posição de diretora. Além disso, segundo o relato de irmã Angélica, foi nomeada “para cuidar de nós, a empregada, ‘Tudão’”. Tal desfecho leva-nos a perceber que não só a agressora foi afastada, mas também a professora que foi vitimada pela interna.

Se compararmos o Asilo de Nossa Mãe, onde não foram localizadas cartas de alunas, com o Colégio Assumpção, das irmãs de São José, instituição localizada no quarteirão vizinho, verificamos que pode ter acontecido no asilo o que, segundo crítica da *Gazeta de Piracicaba*, se passava no interior do Assumpção, conforme carta publicada em 1896 pelo periódico:

Continuaremos a ingrata tarefa que nos impuzemos sobre este estabelecimento de instrução, publicamos hoje a carta que uma aluna de 10 a 12 annos dirigiu a mãe. Eil-a:
“Carinhosa Mamai.
Não me é possível passar mais tempo privada do doce prazer de lhe dirigir algumas linhas.
Como vão de saúde?
Ah! Como eu fico contente quando recebo noticias de casa.

¹⁴⁶ TESTEMUNHOS ESCRITOS SOBRE A SERVA DE DEUS MADRE CECÍLIA DO CORAÇÃO DE MARIA. *Arquivo Histórico da Casa Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. I, p. 353. Neste Testemunho, não consta a data de nascimento da depoente e de que forma ela ingressou no asilo; se foi entregue por familiares ou recolhida.

Como sempre goso de boa saúde, contente e satisfeita no Collegio, mas com muitas saudades da minha terna Mamai. A festa de Assumpção de N. S. esteve muito bonita. Houve uma recepção de filhas de Maria.

Teve missa cantada pelas meninas, e as 4 horas da tarde, todas vestidas de branco e cingidas de grinaldas seguimos a procissão.

O semblante e o véu que nos cobria pareciam o verdadeiro symbolo da innocencia e da candura.

Nesta vai o meu boletim, espero que ficará mais satisfeita com minhas notas.

Lembranças a todos de casa. Peço a minha querida Mamã de abençoar sua filha obediente.

Collegio de N. S. Assumpção.

Piracicaba 25 de Agosto de 1896¹⁴⁷.

O Colégio Assumpção assemelhava-se ao asilo, por professar a fé católica, porém este era um colégio e não uma instituição de assistência. A proposta do Assumpção era a de educar meninas oriundas de famílias que tinham condições financeiras para custear os estudos de suas filhas.

O editor da matéria citada anteriormente deixou clara a sua opção por não mencionar o nome da autora da carta que, supostamente, era uma aluna, evitando qualquer atitude hostil por parte da instituição contra a educanda, uma vez que teceria, por meio da publicação da carta, severas críticas em relação ao colégio católico, sobretudo no que se referia aos modelos disciplinares e à educação recebida pelas meninas ali instruídas. Assim, ele expressa sua opinião:

Isto não é uma carta – é um verdadeiro conto do vigário passado pelas freiras nos paes e mães de essas alumnas.

Pois haverá alguém de bom senso que acredite na possibilidade de ser essa carta redigida por uma menina de 10 a 12 annos?

E aquelle estylo alambicado, e aquellas phrases enjoadas não estão indicando o dedinho das freiras? Não estão demonstrando a intenção di fazer reclame em favor do Collegio, insinuando no espírito dos paes a crença de um aproveitamento do ensino por parte das filhas, que não existe?

¹⁴⁷ GAZETA DE PIRACICABA, 10/05/1896, nº. 2249, p. 1.

O ardil é grosseiro e indigno da habilidade e astúcia que caracterizam os discípulos de Loyolla.

E tanto mais se aggrava este procedimento quando reflectimos que em regra essas cartas são dirigidas a pessoas de pouco cultivado, incapazes de apreciar o seu valor, o que muito piamente, induzidas ao engano, acreditam no adiantamento de seus filhos.

Abusam da ignorância e da boa fé.

As meninas apenas desenhavam automaticamente os caracteres graphicos no papel. Essas cartas são ditadas pelas mestras. E quando uma menina tem capacidade para notar bem uma carta, essa epistola não é remetida sem passar pelos olhos das freiras, para evitar a hypothese de receberem os paes queixas a respeito do Collegio. E si acontece que uma menina furtivamente escreva uma carta censurando o Collegio, é logo victima de castigo.

Isto não é educar, é escravizar o espírito.

No collegio jesuíta de Itu os meninos não escrevem nem recebem uma carta que não passe pelos olhos do padre. É o mesmo systema.

Em vez de tanta fiscalização nas cartas era melhor que fiscalizassem a cosinha do Collegio para fornecerem comida mais tragável às allunhas, às quaes obrigam a comer de tudo o que vem na meza, seja bom, seja ruim¹⁴⁸.

Por meio deste artigo, pode-se verificar que o intento do periódico era denunciar os supostos abusos cometidos pelas freiras em relação às meninas que estudavam no colégio, sobretudo no que se refere à aplicação de penas àquelas que desobedeciam as normas de condutas impostas pelas superiores.

Assim, o jornal *Gazeta de Piracicaba* reafirmava a sua posição em defesa de um ensino laico para o município, ao mesmo tempo em que criticava as ocorrências denunciadas, destacando o modo como estas meninas eram expostas e humilhadas, no interior do colégio católico. Tal conduta era denominada pelo periódico como “escravização do espírito”, sendo a educação proposta pelos republicanos, defendida como a porta para a liberdade.

¹⁴⁸ GAZETA DE PIRACICABA, 10/05/1896, nº. 2249, p. 1.

Figura 17: O Colégio Assumpção



Colégio centenário de Piracicaba, Colégio Assumpção.

O Colégio Assumpção era dirigido pelas irmãs de Chamberry, destinava-se essencialmente à educação de meninas filhas das elites da cidade de Piracicaba. A imponência do prédio, com suas janelas em número e tamanho suficientes para a entrada de ar e luz, evidenciando a preocupação com a salubridade do ambiente, ao mesmo tempo, em que caracteriza a importância da educação católica no município.

Fonte: NETTO, 2000, p. 65.

Nesta perspectiva, o editor continua o que ele denominava de “a desagradável tarefa que os deveres do jornalismo nos impõem”, narrando a continuação da carta que dizia:

Querida Mamai:

Que alegria sinto em meu coração quando vejo chegar a venturosa hora de dirigir-lhe uma amorosa cartinha, junto a esta vai o meu boletim; desejo que as minhas letras sejam-lhe agradáveis pois fiz todo meu possível para merecel-as. Eis que esta se aproximando o dia mais feliz da minha vida! Sim, carinhosa Mamai, no dia 27 do corrente às 7 horas da manhã terei a felicidade de unir-me a Jesus pela primeira vez, recebendo-o no meu coração.

Nesse feliz dia pedirei a Deus por toda minha família principalmente por minha boa e carinhosa Mamai.

Peco-lhe desculpas querida Mamai de todo desgosto, que lhe causei até agora. Prometto-lhe d’ora em diante ser o anjo consolador de minha família em particular de minha querida Mamai sendo muito boazinha e obediente.

Eis que depois de minha primeira comunhão Mamai hade achar em sua ... (1) um só desejo fazer a consolação d’Aquella que tanto cumulo-me de cuidados e benefícios.

Mando muitas lembranças a todos de casa, e a Sra. queira lançar sua amorosa benção sobre esta.

Sua filha que não deseja senão agradar-lhe.

Collegio N. S. Assumpção

Piracicaba, 25 de Outubro de 1894.

(1) Suprimimos o nome de quem escreveu a carta, substituindo-o pelos pontinhos.

Segundo denuncia o editor do periódico, a menina que redigiu esta carta estava com 14 anos de idade, e este “documento jesuítico”, era muito “completo e impagável”. Finalizava o artigo dizendo:

Só aquellas phrases Eis que está se approximando o dia mais feliz da minha vida!

Prometo-lhe ser o Anjo consolador, etc, e Eis que depois da minha primeira comunhão – constituem a mais eloqüente prova contra o systema de ensino seguido no collegio. Esta carta é um monumento. O embuste e o jesuitismo tocaram às raias do ridículo.

Deixando as cartas, voltemos á vida interna do estabelecimento que não é isenta de critica¹⁴⁹.

Esta exposição aproxima-nos do rol de críticas que incidiam sobre a educação católica, que o periódico julgava demasiado severa, não isenta dos castigos físicos cruéis e da humilhação pública. Críticas que marcavam claramente a posição das elites republicanas, em relação à educação oferecida pelos colégios católicos. Inseridas no contexto de um cenário

¹⁴⁹ GAZETA DE PIRACICABA, 31/05/1896, nº. 2257, p. 1.

republicano, essas elites se adaptavam a um novo papel, o da defesa de uma educação laica.

Leonardi (2008), estudando duas congregações católicas de origem francesa que atuaram no Brasil, assinala, porém, que muito cedo houve na

República brasileira uma nítida aliança entre a Igreja Católica e as oligarquias estaduais. (...) A Igreja ainda participava do “Jogo do Poder” dominante através das festividades que legitimavam os poderes estabelecidos e até mesmo induzindo a massa dos fiéis ao conformismo ou abençoando a repressão aos inconformados (...). Estado e Igreja participavam, assim, de uma manipulação de representações simbólicas, apoiando-se e valorizando-se mutuamente (p. 210).

Tal análise mostra também uma maleabilidade e uma “metamorfose” da instituição eclesiástica, pois a Igreja Católica estava se adaptando para garantir sua atuação no cenário nacional¹⁵⁰.

Esses artigos que criticavam tais atitudes, mostravam que a sociedade estava deixando de tolerar os abusos cometidos por agentes, que outrora ditavam as regras da boa educação, como era o caso dos educadores católicos. Assim, os ataques públicos por meio da *Gazeta de Piracicaba*

¹⁵⁰ Segundo Leonardi (2002), no Brasil a Igreja Católica reestruturava-se, procurando estender igrejas e seminários por todo o território nacional, atingindo grandes e pequenas cidades. Sua construção institucional e federalização iniciaram-se no início do século XX, logo após o fim do padroado e a mudança do regime. O rompimento dos laços institucionalizados com o Estado gerou a necessidade de uma organização interna e de uma expansão por todo o território nacional (p.18). Miceli (1988) explica que, após a República, a igreja se expandiu consideravelmente, sendo criadas, entre as décadas de 1890 e 1930, 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos. Segundo destaca o autor, coube, respectivamente, ao conjunto dos estados nordestinos, São Paulo e Minas Gerais, os percentuais mais elevados na distribuição de circunscrições e prelados. A literatura disponível sobre a história da Igreja católica no Brasil trata esses números como indicadores de uma expansão bem-sucedida da organização eclesiástica, dispensando quaisquer indagações acerca dos princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram esse processo de ocupação territorial, das características sociais e doutrinárias dessa leva considerável de dirigentes ou a respeito dos frutos materiais e políticas da gestão empreendida por esses prelados. Até a década de 1890 (...) existiam doze dioceses que estavam situadas em dez províncias e nove capitais, afora aquela sediada na corte. No período entre 1890-1930, outras onze capitais estaduais foram também convertidas em sedes diocesanas (p.59-60).

continuavam a descrever as humilhações sofridas pelas meninas internas no Assumpção como, por exemplo, o caso de uma menina de 10 anos,

que por virtude de moléstia, urinava na cama. Essa criança era obrigada por uma das freiras a conduzir sosinha o colchão, de um pavimento para outro, subindo duas escadas. Não podendo carregar o às costas, arrastava-o. E isto todos os dias era imposto á criança como castigo humilhante. Tanto assim que até uma vez quiseram obrigar essa pobre menina a passar por entre as suas condiscipulas, envolvida no lençol que estava molhado, para servir de espectáculo. A menina, porém, atirou com o lençol para o chão não se sujeitando a servir de protagonista para essa scena aviltante.

Quando iniciamos esta campanha, ou melhor, esta cruzada humanitária, já tínhamos informações deste facto, mas não o publicamos, porque estávamos a espera que essa menina fosse retirada do collegio, temendo represarias contra a criança. Agora que a menina já não está mais ao alcance das vinganças jesuíticas entendemos poder agir com mais liberdade.

Garantimos, sem receio de qualquer contestação, a veracidade deste facto. Ouvimos sua narração da própria menina, que fazia temidamente, nos parecendo que suppunha praticar um grande peccado – revelar coisas que se passam no interior do collegio.

Para evitar estas revelações e saber do comportamento das discípulas as freiras usam de um meio muito efficaz, mas pouco edifficante¹⁵¹.

Durante os anos subseqüentes o jornal *Gazeta de Piracicaba* continuou a denunciar o que denominava como abusos praticados pelo Colégio Assumpção, no que se refere aos castigos físicos aplicados sobre as internas, mas nunca explicou os motivos de tal conduta por parte da instituição. Estes castigos iam desde carregar o colchão outrora urinado perante as colegas, até ficar sentada sobre um copo ao lado de uma janela “dois ou três dias, exposta ao sol e a chuva”, e desprovida de alimentação adequada¹⁵².

Para o periódico, tais castigos eram inadmissíveis em uma instituição que deveria preservar a boa conduta, por outro lado, percebe-se

¹⁵¹ GAZETA DE PIRACICABA, 31/05/1896, nº. 2257, p. 1.

¹⁵² Ibid, 30/06/1898, nº. 2482, p. 1.

que estas atitudes estavam dentro de uma lógica disciplinar comum aos colégios internos.

Foucault (2008), ao analisar a relação do corpo com a imposição das disciplinas no interior das instituições, esclarece que o mesmo torna-se alvo de mecanismos de poder, manipulado pelas autoridades, numa economia funcional da disciplina que objetivava a manutenção da ordem interna da instituição.

No que se refere ao asilo, as meninas eram, supostamente, como se observa por meio do regimento interno e do estatuto, assistidas pela instituição, que fornecia alimento, vestimenta, advindos de doações dos munícipes, e tudo quanto necessitassem para sua sobrevivência. O Asilo de Nossa Mãe exigia dessas meninas um bom comportamento, no interior da instituição e também fora dela. Exigência que se assemelhava às demais instituições confessionais para meninas no período. Ou seja, se exigia uma conduta exemplar, bom comportamento, obediência para com as gestoras e com as demais companheiras.

De acordo com o artigo do jornal *Gazeta de Piracicaba* de 31/05/1896, tal procedimento era notado nas condutas adotadas no Colégio Assumpção, no qual as próprias meninas delatavam umas às outras, em troca de regalias, mimos e até mesmo ausência de advertência:

É assim que inquirem sempre as alumnas sobre o procedimento das collegas, impondo-lhes a obrigação de contar as faltas que tenham praticado havendo então um bom numero de crianças e meninas que se prestam ingenuamente para desempenhar o papel indigno de delatora. Mas para isso há um ritual, com formalidades próprias. A menina que tem qualquer novidade a delatar dirige-se a uma freira e de joelhos, como quem confessa, faz a narração, que é sempre recebida com agrado. Em regra estas narrações versam sobre pequenas faltas de comportamento, e também sobre o assumpto das revelações, expressamente prohibidas.

Si por exemplo uma menina, quando visitada pela família descuidadamente se queixa de alguma coisa do Collegio, de modo a

que possa ser ouvida por colegas suas, pagará logo o pecado, por que não faltam deladoras officiosas.

As que se prestam de boa vontade ao vergonhoso officio de deladoras, são recompensadas com tratamento melhor por parte das freiras, que lhes dão santinhos, verônicas, etc. não lhes passam pitos, etc.

A historia de ficar de joelhos não é formalidade applicavel á delação[sic!].

Todas as vezes que uma menina tem de dar lição, ou conversar com as mestras o faz de joelhos. É verdade que não o faz por obrigação, strict-juti, mas para ser agradável ás freiras, E aquellas que não se ajoelham, sentem logo as conseqüências dessa falta de amabilidade. Isto tudo passa dos limites do tolerável, e é por isso que nos julgamos obrigados a trazer á publico estes factos, afim de que os srs. paes e mães de família fiquem sabendo o modo pelo qual podem suas filhas ser tratadas no Collegio Assumpção, e a educação moral perversiva do caráter que lá recebem¹⁵³.

Deve-se destacar que, ao evidenciar as críticas expostas neste periódico, o que se pretende explicitar é que as escolas, colégios, bem como o asilo, não agiam de forma independente ou autônoma, somente em concordância com as ordens religiosas. Suas ações se justificavam, pois eram feitas sob uma vigilância, observação e fiscalização da sociedade.

Também se justifica a análise dos artigos dos periódicos e dos documentos referentes ao Asilo de Nossa Mãe e o procedimento de relacioná-los com os artigos publicados nos jornais sobre as ocorrências no Colégio Assunção e com a documentação da Escola para Meninas do Bairro Alto. Tal operação se deve ao fato de que estas escolas, apesar de distintas em seus modelos de assistência e educação de meninas, são contemporâneas. Isto torna o conhecimento de parte de seu cotidiano pertinente para a discussão aqui proposta, ou seja, pensar como se organizavam as instituições para meninas e suas relações com a sociedade do período.

¹⁵³ GAZETA DE PIRACICABA, 31/05/1896, nº. 2257, p. 1.

Por meio destes artigos do jornal e da documentação, é possível conhecer aspectos do funcionamento destas instituições, tanto internamente, no que se refere à aplicação dos regimentos e estatutos, quanto perante a sociedade, na contribuição desta assistência e educação para com o município. Tal análise permite observar que havia inúmeros conflitos. Tensões que eram motivadas por ambas as partes - mestras e meninas - que redundavam em castigos “disciplinares” aos quais as meninas eram submetidas; disciplina não só física, mas também moral e social, numa economia explícita de apoio a projetos propostos e executáveis pela sociedade (JULIA, 2001, p. 12).

A leitura de diversos artigos publicados na imprensa local evidencia que havia conflitos entre as mestras e as alunas, que estas, ao serem supostamente castigadas, punidas ou advertidas, o eram por desobedecer às normas vigentes no interior das instituições.

No caso específico das instituições católicas que eram dirigidas por congregações, tentamos encontrar os documentos que mostrassem se havia resistência por parte das alunas ou se elas aceitavam simplesmente serem castigadas. Entretanto, como sugere Leonardi (2008), ao pesquisarmos acerca de uma instituição católica, buscamos “adentrar em um mundo com sérias censuras” (p.26). Ao tentar verificar, como propõe essa autora, o modo como as freiras, que eram as mestras nessas instituições, “se compreendiam, e de que forma elas pensavam a instituição em que atuavam”, ao analisarmos quais eram as suas ações, no interior do asilo, esbarramos, contudo “constantemente em silêncios” (2008, p.26).

Essas ações das mestras ou freiras sobre as meninas, para Foucault, se pautam em “relações de poder e a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (1979, p.241).

Assim, a resistência se constitui em uma correlação de forças que estão presentes nos espaços sociais, públicos ou privados, gerando tensão

que se expressa em toda relação (AMARAL DE HECKET, 2007). As resistências “são o outro termo nas relações de poder, inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível” (FOUCAULT, 1988, p. 91). Elas se fazem presentes configurando-se como “o grito do descontentamento”, compreendendo-se como um “campo aberto de respostas, reações, efeitos e possíveis intervenções, nas formas de relação do sujeito com o seu corpo” (AMARAL DE HECKET, 2007, p. 92),

Como se observou, estas resistências das meninas em relação às ordens que lhes eram impostas pelas mestras, tutoras ou pelos pais também aconteciam, não só no ambiente escolar ou assistencial, mas ainda, dentro do ambiente familiar, de modo distinto, em forma de rejeição dos genitores, tutores ou responsáveis, em relação ao cuidado com essas crianças. Tal aspecto pode ser notado em uma ocorrência na Escola de Meninas do Bairro Alto, no qual se destaca que a menina Maria Rita de Oliveira, de cinco anos de idade, morando até então com seu pai, foi rejeitada por ele¹⁵⁴.

Esta recusa da família em dar assistência às crianças era combatida na imprensa de Piracicaba, por meio de artigos que defendiam o amor, reafirmando certa concepção de família, como observamos na publicação do jornal *Gazeta de Piracicaba*, em artigo de 14/04/1893.

O amor paterno é ao mesmo tempo o sentimento mais digno de um coração generoso e o mais sensível, suave goso do homem sensível, elle nos consola da desgraça de envelhecer; nos faz entrever a immortalidade em que tudo nos escapa. Um pai julga reviver em seus filhos; vê menos nelles os seus herdeiros que os continuadores de sua existência¹⁵⁵.

Defendendo o amor de um pai pelo seu filho, num momento em que a mortalidade infantil na cidade era crescente, tal observação reforçava a

¹⁵⁴ ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livro de matricula da Escola de Piracicaba para o ano de 1884*. Ordem 3238, nº. 342, 1881-1885, fl. 18.

¹⁵⁵ GAZETA DE PIRACICABA, 16/04/1893, nº. 1845 p. 1.

tese de que não havia nada mais doloroso para um homem do que a extinção de sua geração. Assim, por uma questão de honra, o pai deveria cuidar de forma zelosa de seu filho para que sua geração continuasse a existir.

Por outro lado, e de acordo com a idéia exposta em artigo da *Gazeta de Piracicaba* de 20/04/1893, sobre o amor no seio familiar, o amor maternal era representado como “o mais bello sentimento da natureza animada; é o movimento mais doce, mais generoso que emana do instinto da reprodução”¹⁵⁶. Afirmções que marcam bem o papel que deveria ser desempenhado pela mulher na sociedade, ou seja, ser mãe e única responsável pelo desenvolvimento do filho.

O artigo destacava, também, que o que levava uma mãe a abandonar seu filho era a entrega “à dissipação e a todas as alegrias mundanas”, ou seja, aos vícios, como prostituição, jogos e bebedeira. A mulher era vista pelo periódico como reprodutora e também responsável pela educação dos filhos. Quando a mulher abandonava o filho passava a ser considerada, segundo o artigo, como uma dissimulada e promíscua¹⁵⁷.

Posição semelhante à defendida pela Igreja em relação à mulher, como esclarece Ramos (2008):

No século XIX, a figura da mulher constituía-se em um símbolo de castidade, pureza, boa mãe, “santa” como Maria em sua nobre função de gerar filhos (...). Tornar-se santa, esposa, mãe, seria símbolo de respeito e devoção e, ao mesmo tempo, de um papel atribuído somente à mulher (...). Não bastava ser esposa ou viúva era, preciso ser mãe (p. 144).

Outro artigo do mesmo periódico, publicado em 23/04/1893, defendia o casamento como “uma convenção social”, espaço em que o fim principal era a reprodução. Cabia, pois, à mulher, segundo o mesmo artigo, “se manter pura até seu derradeiro momento”. O artigo enfatizava a

¹⁵⁶ GAZETA DE PIRACICABA, 20/04/1893, nº. 1846, p. 1.

¹⁵⁷ GAZETA DE PIRACICABA, 20/04/1893, nº. 1846, p. 1.

decência do casal que dependeria principalmente do propósito da mulher de se manter “intacta”, ou seja, virgem, e afastada dos vícios¹⁵⁸.

Um dos sacramentos fundamentais da Igreja Católica era o matrimônio, considerado indissolúvel; o discurso sobre o amor conjugal tornou-se uma das bandeiras defendidas pelas instituições que cuidavam de meninas, as quais contribuiriam decisivamente para se estabelecer normas para as populações femininas (PRIORE, 1993).

Para finalizar, o periódico informa em um artigo de 27/04/1893 que o resultado de um casamento¹⁵⁹ saudável seria que os filhos seguissem o preceito de todas as religiões, honrando o pai e a mãe e se colocando à distância daquilo que era considerado no período como decadente, os vícios e, desta maneira, afastando a maldição da família¹⁶⁰.

Pode-se perceber por meio dos artigos do jornal *Gazeta de Piracicaba* e pelo discurso da Igreja, que a mulher era considerada como o pilar da família, devendo ser educada para tornar-se mãe responsável pela instrução, como também pelo direcionamento dos filhos para que pudessem viver em sociedade.

Simplesmente mulher

É possível perceber que, a sociedade piracicabana, em especial, as elites, buscava legitimar, no período estudado, um discurso sobre o lugar ocupado pela mulher, postulando o seu papel como agente atuante no seio da família.

¹⁵⁸ GAZETA DE PIRACICABA, 23/04/1893, nº. 1847, p. 1.

¹⁵⁹ Ramos (2008) esclarece que a partir do século XII a união de casais foi elevada a categoria divina, simbolizando o elo entre Cristo e a Igreja, passando a ser realizada nos altares das igrejas e não mais nos quartos e nas casas dos noivos. A partir do momento em que se tornou sagrada, a “união conjugal tornou-se um veículo de controle do comportamento da sociedade” (MACEDO, 1990 *apud* RAMOS, 2008).

¹⁶⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 27/04/1893, nº. 1848, p. 1.

Sob o título *A criação da mulher*, o artigo publicado na *Gazeta de Piracicaba* em 21/08/1892 cita uma suposta e imaginária discussão entre “Jehovah” e o “anjo rebelde” que, por discordar dos modos como o mundo fora criado, foi mandado para o inferno por “Jehovah” o soberano. Não satisfeito, o anjo propõe a criação do ser humano em conjunto com “Jehovah” fazendo-lhe a seguinte proposta: “Faça Vossa Divindade os homens que lhe pertencem e eu farei as mulheres, que me pertencem”.

“Jehovah”, como divindade máxima, aceitou a proposta e começou a explicar como seria o homem: “Como foi a política que estabeleceu a luta entre nós dois com grave escândalo para a paz e beatitude do meu reino, a primeira desta classe [de homens] será a dos políticos” (...) e a “segunda a dos banqueiros”. Quanto ao “anjo rebelde” responsável pela criação da mulher ficou decidido que:

Art. 1 – Todas as mulheres serão más.
§ Único. Ficam exceptuadas:
I As que ainda não tiverem nascido.
II As que já tiverem morrido¹⁶¹.

O artigo afirmava, em sua conclusão, que havia duas classes de mulheres, as que morrem porque nasceram e as que nascem porque morreram. Parodiando o início do livro bíblico do Gênesis, no qual a mulher, Eva, foi tentada por satanás em forma de serpente e levou seu companheiro, Adão, a comer do fruto proibido (SHEED, 1997), a mulher era representada, nesse artigo, como um indivíduo naturalmente decadente, que poderia levar o seu companheiro, o homem, ao pecado. Por esse motivo, necessitava ser educada e então, finalmente, estaria apta para a inserção na sociedade como esposa e mãe de família.

Mesmo antes da fundação do asilo e início do recolhimento de meninas órfãs e desvalidas na cidade, o jornal *Gazeta de Piracicaba*

¹⁶¹ GAZETA DE PIRACICABA, 21/08/1892, nº. 1805 p. 1-2.

mostrava-se preocupado em relação ao papel da mulher, como se observou em um artigo de 31/03/1892 no qual a mulher é representada como “a existência toda do homem, o santuario do amor, a brandura, a sensibilidade consubstanciada”. O papel da mulher na sociedade seria, assim, o de educar as crianças, promover o estabelecimento de “fundamentos sólidos da moralidade” no lar proporcionando, desta maneira, uma ligação familiar estreita com elos que prenderiam os filhos, transformando-os em verdadeiros cidadãos, ou seja, a mulher era definida como a verdadeira protagonista na formação da humanidade (HILSDORF, 1986)¹⁶².

Enquanto definia a mulher como a educadora da criança, o jornal *Gazeta de Piracicaba* se auto-proclamava não só um veículo de informação, mas “um motor gigantesco da civilização” (p.2). O veículo responsável pela instrução e ilustração da juventude, que romperia com a ignorância que provocava o indiferentismo, que iluminaria “a estrada da honra e do dever, proclama as virtudes, profliga os vícios e condena os crimes da sociedade”¹⁶³.

Ambas, mulher e imprensa tinham uma missão, produzir a “revolta contra o gérmen do mal; ambas tem deveres sagrados a cumprir; ambas marcham para o marco sublime a que as gerações sucessivas anseiam chegar; - a perfectibilidade”¹⁶⁴. Enfim as duas, segundo o periódico, devem ser irmãs nas idéias e nas ações perante a sociedade.

O mesmo periódico estampava em suas páginas um modelo de mulher que as elites republicanas desejavam para a sociedade do período, que primeiramente deveria ser bela. Para isso, continua o jornal, ela deveria ser casta, não obstante, também deveria ser boa irmã e filha. Ao possuir

¹⁶² A mesma idéia encontramos no jornal *Gazeta de Piracicaba* de 31/03/1892, nº. 1766 p. 2.

¹⁶³ GAZETA DE PIRACICABA, 31/03/1892, nº. 1766 p. 2.

¹⁶⁴ GAZETA DE PIRACICABA, 31/03/1892, nº. 1766, p. 2.

essas três características: virgindade, inteligência e beleza, a mulher teria os requisitos para ser, além de mulher, uma boa esposa¹⁶⁵.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* apontava o verdadeiro culpado quando uma moça não apresentava estas qualidades. Em artigo de 01/03/1895 esclarece que

os paes são geralmente responsáveis pelos desvarios de suas filhas pois com sua pouco ou nada activa vigilância não sabem por a salvo das artimanhas daquelles que não sabem fazer outra coisa sinão embrutecer a intelligencia do sexo débil para poder domina-lo e explorá-lo¹⁶⁶.

Este padrão de mulher reivindicado pelo jornal, no período investigado, se justificava por uma clara preocupação quanto aos comportamentos das moças perante a sociedade, como citado em um artigo de 28/05/1892, que destacava a existência

nesta cidade [de] certas moças que à noite vão à Matriz, não para rezar, mas sim para dar de olhos aos seus numerosos predilectos Para isso, acomodam-se debaixo do côro ou na entrada das coxias. Enquanto o povo se entrega às orações do Mez Mariano, aquellas creaturinhas irrequietas, desassocegadas, riem-se, cochicham, conversam, dão beliscões umas nas outras numa pandega enormemente escandalosa! Terão elas algum bicho carpinteiro? Que desaforo, não¹⁶⁷?

As reuniões sociais e religiosas, citadas no periódico, eram marcadas pelas investidas das moças à procura de um pretendente, que se dispusesse a unir-se em matrimônio com as supostas oferecidas. Para isso, a crendice popular era estampada nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba* em 21/10/1896, com o intuito de dar uma pequena contribuição ao objetivo traçado, por meio de uma receita para casamento, explicando que

¹⁶⁵ GAZETA DE PIRACICABA, 08/05/1892, nº. 1775, p. 1.

¹⁶⁶ Ibid, 01/03/1895, nº. 2069, p. 1.

¹⁶⁷ GAZETA DE PIRACICABA, 28/05/1892, nº. 1781, p. 2.

toda mulher que quizer casar, deve sahir de casa e seguir sempre o lado direito das ruas, entrará em uma loja e pedirá uma vara de fita verde e voltará pela mesma calçada para a casa.

A's 9 horas da noite fitará os olhos em trez estrellas e dirá

- Trez estrellas no céu vejo e a Jesus quatro, e esta fita na minha perna ato, para que fulano não possa comer nem beber, nem descansar, sem commigo casar.

Isto repete-se três vezes e vae-se dando de cada vez que se diga um nó na fita verde.

Experimente[sic!] as solteiras¹⁶⁸.

O casamento era tratado, como podemos perceber pelo artigo, com seriedade, mas também com muito bom humor, podendo a mulher valer-se, para alcançá-lo, de simpatias e até mesmo de orações, como exemplificado em uma pequena anedota publicada pelo jornal *Gazeta de Piracicaba*, supondo caracterizar o imaginário das moças que buscavam a realização matrimonial.

Padre Nosso das Moças

Namorados nossos que estaes na pindahyba, procurai ganhar a vida tanto em negócios sérios como em espertezas, afim de que nos possamos casar e depois termos o pão nosso de cada dia.

Perdoas a nossa volubilidade e assim como nós perdoamos a vossa.

Não nos deixeis cahir em poder dos velhos e livrai-nos do rol das tias. Amém Jesus¹⁶⁹.

Tais anedotas nos possibilitam identificar a presença marcante do pensamento cristão, referente ao casamento, no cotidiano da sociedade piracicabana, além disso, marca a importância do trabalho do pretendente, como um dos requisitos para se constituir em um bom partido para as moças.

No estatuto do Asilo Nossa Mãe, um dos pré-requisitos para que uma menina deixasse o asilo era o “justo pedido de casamento”¹⁷⁰. Era corrente,

¹⁶⁸ GAZETA DE PIRACICABA, 21/10/1896, nº. 2317, p. 2.

¹⁶⁹ GAZETA DE PIRACICABA, 29/04/1896, nº. 2244, p. 1.

no período, que as meninas desejosas ou as que estavam aptas para o casamento fossem procuradas por rapazes que estavam em busca de uma esposa. E, uma vez havendo, segundo Leite (1984), um desejo “recíproco, o jovem é levado, a fazer uma doação razoável à instituição, ou então a dar uma garantia de que iria fazê-lo no futuro próximo, espécie de dote” (p. 38), àquela que tão bem preparava as futuras mães de famílias. Todavia, é importante destacar que, no contexto do asilo, tal costume, segundo as fontes pesquisadas, não foram identificados.

¹⁷⁰ PROVA DOCUMENTAL. *Trajetória das irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, v. 4, p. 132.

Considerações finais

Figura 18: Primeiro grupo de Irmãs Franciscanas do Coração de Maria a fazerem votos perpétuos em 1921



Madre Cecília (a quarta freira, da esquerda para a direita), na realização dos votos perpétuos das primeiras 21 noviças formadas no Asilo de Nossa Mãe. O quadro acima, à direita da fotografia, mostra o símbolo do Coração de Maria; no centro a pintura de um anjo e, à direita, a imagem de um dos apóstolos da Igreja. A formação dessas freiras sempre foi o objetivo de Madre Cecília do Coração de Maria.

Fonte: GAVAZZONI, 2009.

A carta que o Sr. José de Barros escreve para sua filha Helena, citada no início deste trabalho, traça um parâmetro, uma mostra, daquilo que supostamente se passava no imaginário de um pai ao colocar a filha sob os cuidados de uma instituição católica assistencial. Instituição que também provia a educação da infância pobre feminina, em fins do século XIX e início do século XX. Essa carta nos revela, ainda, as convicções e as incertezas que norteavam esta decisão.

A convicção de que a atitude de entregar a filha para ser assistida e educada no Asilo de Nossa Mãe foi correta, pois na instituição ela encontraria aquilo que a família não era capaz de proporcionar: educação,

cuidado e polidez. Consciência de que a menina teria, além dos cuidados necessários para sobreviver, amizades que não a levariam para caminhos viciosos, tão combatidos no período.

A incerteza de que realmente a menina, apesar de aconselhada, aceitaria pacificamente ser colocada em um ambiente até então estranho, quando comparado ao convívio familiar. A dúvida de que ela reconheceria a mãe, não somente como sua tutora, mas também como sua mãe. A desconfiança de que a menina trataria o asilo como seu novo lar, que lhe proporcionaria um futuro no mínimo digno, conforme descrito em seu estatuto e seu regimento interno.

Estatutos, regras, normas e disciplinas eram os esteios que moviam o Asilo de Nossa Mãe e a respectiva Ordem das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. Estas regras e normas se mesclavam em seus objetivos específicos de recolher e educar meninas órfãs e desvalidas, seja para o casamento, trabalho ou noviciado.

Neste contexto também se destaca que a cidade Piracicaba, assim como o Brasil, vivia “um período de reestruturação e crise. Reestruturação política em um novo regime que pretendia resolver a crise econômica. A Igreja católica também passava por transformações com o fim do padroado após a proclamação da República” (LEORNARDI, 2002, p. 17).

O asilo se mostrava como uma das instituições que funcionariam como agente da Igreja prestando um “serviço” essencial para a sociedade ao recolher e dar assistência a meninas desvalidas.

Quando pensamos a cidade de Piracicaba e a atuação dos sujeitos envolvidos com o município e suas relações políticas, sociais, culturais e econômicas, com os problemas apresentados no cotidiano citadino, procuramos identificar quais as expectativas criadas com a constituição do Asilo de Nossa Mãe e quais foram suas relações com a cidade de Piracicaba, no que tange aos aspectos sociais, culturais e religiosos. Procurou-se,

também identificar as articulações desta instituição com as outras instituições que comungavam de semelhante “missão”: assistência e educação de crianças desvalidas.

Assim, relacionamos a atuação do asilo com as propostas de recolhimento, assistência e educação de meninas procurando compreendê-las no contexto dos problemas enfrentados por uma cidade em intenso processo de desenvolvimento econômico, social, político e urbano.

Ao interrogarmos sobre a constituição do asilo, buscamos pensar seus objetivos e quais eram as representações produzidas pela instituição em relação à assistência à infância e infância pobre.

Tal análise foi realizada por meio do estudo do primeiro regimento e do estatuto da instituição. Buscou-se, também, compreender o funcionamento do Asilo de Nossa Mãe e contextualizá-lo em relação aos projetos de desenvolvimento urbano, político e educacional que estavam sendo debatidos, na cidade de Piracicaba, em seus vínculos com as propostas em circulação no país.

Procurou-se, ao mesmo tempo, levantar evidências sobre as ações da madre católica e das mestras que atuavam na instituição como educadoras de meninas, no contexto de uma sociedade republicana emergente no período.

Essa abordagem permitiu pensar as formas como se constituiu o projeto católico, em correlação com os ideais republicanos e na relação de ambos com os projetos de assistência e educação de crianças pobres, defendidas no período.

Para finalizar, indagou-se acerca do recolhimento, assistência e educação das meninas órfãs e desvalidas, dos propósitos de higienização e moralização, meios que se articulavam com a criação de instituições dessa natureza.

Ao problematizar os dispositivos disciplinares, higiênicos e pedagógicos utilizados no recolhimento assistencial e na educação de meninas pobres, fez-se necessário pensar esses dispositivos em relação às propostas de assistência e educação dessa instituição e seu diálogo com as instituições que lhe são contemporâneas, tanto em função dos projetos católicos quanto às propostas de assistência e educação propagadas entre o fim do século XIX e início do século XX. Observando, nessa perspectiva, quais eram as reações dessas meninas, mediante esse controle institucional.

Identificou-se que havia resistência frente às exigências impostas pelas instituições de recolhimento e educação, por outro lado, foi possível perceber, por meio desses castigos, advertências e expulsões, que as reações assumiam as mais variadas formas.

Arquivos

- **Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba.**
- **Arquivo do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe. Piracicaba.**
- **Arquivo do Colégio Ave Maria de Campinas.**
- **Arquivo do Estado de São Paulo.**
- **Biblioteca Municipal da cidade de Piracicaba**
- **Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.**

Bibliografia

Fontes

CAMARGO, Ir. Armanda França Gomes. Um pouco de nossa história. 1979. In: MARCON, Christina Libera (Org.), *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v. 1.

_____. Comissão Histórica - Relatório. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v. 2.

_____. Cronologia Histórica I e II. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v.3 e 4.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE MARIA. Regras e Constituições – 1921. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992 (v. único).

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE MARIA. Estatutos disciplinares e diretório do noviciado. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992 (v. único).

JORNAL GAZETA DE PIRACICABA. 1889-1910.

JORNAL DE PIRACICABA. 1900-1910.

LIVRO DE MATRÍCULAS – *Asilo Coração de Maria*. Piracicaba, 1898. (manuscrito).

LIVRO CAIXA - *Asilo Coração de Maria*. Piracicaba, 1898. (manuscrito).

MARCON, Christina Libera (Org.) Prova Documental: Trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. In: MARCON, Christina Libera (org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v. 1, 2, 3 e 4. Tomo I, II, III e IV.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana, *Revista da Fundação SEADE*, São Paulo: 2: 9-11; 14-17, 1990.

AGUIAR, Maria Salete Alves de. *Imagens de um processo informativo: a educação da menina no diário “Minha vida de menina” de Helena Morley*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALEIXO, Antonio Carlos. Os gêneros escritos da história e da literatura. *Línguas & Letras*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Cascavel. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Cascavel : EDUNIOESTE, 2000.

AMARAL, Elizabeth; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Hip Hop – exercícios de resistência? *Anais da I Jornada de Análise Institucional*. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional, 2007. Disponível em <http://www.petpsicologiaufes.com/anaisdajornada/trabalhos/hip%20hop.pdf>. Acesso em 07/11/2008.

ÁRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: JC Editora, 1981.

AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1920). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 94-123.

BAÑUELOS, Aida Terrón. La higiene escolar: um campo de conocimiento disputado. *Áreas Revista de Ciencias Sociales*, n. 20, p. 73-94, 2000.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. *Autos cíveis de tutoria e contrato de soldada na comarca de Bragança-SP (1871-1900)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2005.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 2. São Paulo, Jul./Dez., 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000200011&script=sci_arttext. Acesso em 12/02/2009.

BOSCHILIA, Roseli. Juventude, ultramontanismo e educação católica. *História Questões & Debates*, América do Sul, v. 43, 2007. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/7864/5545>. Acesso em 07/11/2008.

BRESCIANI, Maria Stella. O cidadão da república: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870-1900. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, mar./mai, 1995.

BURKER, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMARGO, Manuel de. *Almanak de Piracicaba para 1900*. Piracicaba, SP: Typ. Hennies Irmãos, 1899.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República, uma instituição pública e privada. In: SILVA, et al. (Org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

CARLI, Sandra. *Niñez, pedagogia y política. Transformaciones de los discursos acerca de la infância em la historia de la educación argentina entre 1880 y 1955*. Argentina: Miño y Dávila Editores, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 1990.

COSTA, Ruy Oehlmeyer. *As Águas do Piracicaba, século XIX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba/SEMAE, 2004.

COSTA, Márcia Oehlmeyer. *O “pragmatismo” de Martha Watts. Conjecturas sobre a influência do pragmatismo na ação educativa do Colégio Piracicabano século XIX*. Monografia, Faculdade de Filosofia/Unimep, Piracicaba, 2005.

CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica Colégio N.S. do Patrocínio*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

DAWSEY, John C. et al. *Americans imigrantes do Velho Sul no Brasil*. Piracicaba: Unimep, 2005.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIGUEROA, Jaime Patrício Sepúlveda. *A sociedade piracicabana do final do século XIX: classes dominantes, cultura e mediação da educação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. (Resumo dos Cursos do Collège de France - 1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (org). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GAVAZZONI, Magali. *Fundação e primeiros anos de práticas educativas do Asilo do Coração de Maria Nossa Mãe de Piracicaba/SP. – 1896-1912*. Dissertação (Mestrado em Educação). Unisal, Campinas, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GONDRA, José G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

HILSDORF, Maria L. S. *Francisco Rangel Pestana. Jornalista, político, educador*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan/jun, 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisa*, n.78, p.17-26, ago. 1991.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1962-1922)*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória, Campinas, UNICAMP, 1992, pp. 535-549.

_____. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEÃO XIII (papa). *Rerum Novarum (sobre a condição dos operários)*, (1891). Petrópolis: Vozes, 1950 *apud* Manoel, 1996. Cf.http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em, 14/07/2008.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*. São Paulo: Hucitec, Editora Universidade de São Paulo, 1984.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA E MARCONDES, Lea Rocha et al. *Educação confessional no Brasil, uma perspectiva ética*. Disponível em: <http://nespec.files.wordpress.com/2008/07/educacao-confessional-09-educere.pdf>. Acesso em 19/11/2008.

LOPES, Elaine Marta Teixeira et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

_____. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MESQUITA, Zuleica Coimbra. Metodistas e liberais em Piracicaba: uma aliança histórica. *Revista do IHGP*, ano II, n. 1, 1992.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MURDOCH, Lydia. *Imagined orphans: poor families, child welfare, and contested citizenship in London*. New Brunswick, New Jersey and London: Rutgers University Press, 2006.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti. *A administração do ensino público paulista na Primeira Republica*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. Trajetória educacional do Asilo de órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo01.htm>. Acesso em 30/07/2008.

NETTO, Cecílio Elias. *Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba - Século XX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba, UNIMEP, 2000.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, R. S. R. *Educação, maternidade e progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

OLIVEIRA, Mirtes C. Marins. *Fotografia e história da educação*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/vdletras6/mirtes.htm>. Acesso em: 14/09/2009.

PALACOW, Patrícia Ozores; MENDEZ, Rosemary Bars. Fortunato Losso Neto, diretor do jornal de Piracicaba. *V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/hist-midia2005/resumos/R0087-1.pdf>. Acesso em 30/07/2008.

PEDROSO Ofmcap. Frei José Corrêa. *Um coração de Maria*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A síntese urbana*. Piracicaba, SP: Shekinah, 1989.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. Incultura e criminalidade: estereótipos sobre a educação da criança, do jovem e do camponês no século XIX. *História Franca*, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em, <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0101-90742005000100009&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 23/06/2008.

PIO IX. *Carta Encíclica Quanta Cura. Sobre os principias erros da época*, 1864. Disponível em,

<http://www.paroquias.org/documentos/index.php?vsec-ENC%vid=27>.

Acesso em 04/08/2008.

PIRES, Cibélia Renata da Silva. O desenvolvimento urbano de Piracicaba no século XIX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 30, 2008. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao30/materia04/>. Acesso em 02/02/2009.

PRIORE, Mary Del. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil Colônia. In: MARCÍLIO, Maria (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

RAFAETA. Edivilson Cardoso. *Luminoso farol: o Colégio Piracicabano e a educação feminina em fins do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RAMOS, C. C. Mulheres devotas do presente: trajetórias de amor e fé em Florianópolis. *Revista Ártemis*, v. DEZ, p. 149/09-155, 2008.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...! Um inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930*. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: CMU/UNICAMP.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação, escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895*

e 1920. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. *História, ciência e saúde – Manguinhos*, v. 10, n. 3, Rio de Janeiro Set./Dez. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702003000300017&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 28/10/2008.

SCHELBAUER. Anaete Regina. Manifestação da ação de particulares e de professores de primeiras letras em prol da escolarização em São Paulo no final do século XIX. *Revista HISTEDBR On Line*, Campinas, n. 24, p 3-10, dez. 2006.

SCHUELER, Alexandra Frota Martinez. A Associação Protetora da Infância Desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX. In: MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1985*. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. Revista Brasileira de História, v. 19, n. 37. São Paulo, Setembro de 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05/11/2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SHEDD, Russell P. *Bíblia Shedd*. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1997. Tradução João Ferreira de Almeida.

SILVA. Fernando Teixeira da et al. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos (Orgs). *São Francisco de Assis – Escritos e biografias de São Francisco de Assis; Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 2. São Paulo. Jul./Dez. 1999.

SOUZA, Sandro. Um cabo de guerra na Modernidade – As relações entre educação e o poder. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 20, 2005. Disponível em, http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art10_20.pdf. Acesso em 02/09/2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14 mai/jun/jul/ago 2000. In. LIMA E MARCONDES, Lea Rocha et al. *Educação confessional no Brasil, uma perspectiva ética*. Disponível em: <http://nespec.files.wordpress.com/2008/07/educacao-confessional-09-educere.pdf>. Acesso em 19/11/2008.

TERCI, Eliane Tadeu; PERES, Maria Thereza Miguel. *Os impactos da expansão canavieiro-açucareira no mercado de trabalho de Piracicaba*. 2003. Disponível em <http://fcr.org.br/estudousinas/docs/mercado-trabalho-cana.pdf>. Acesso em 04/02/2009.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2007 Disponível em

http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=613. Acesso em 28/10/2008.

TORRES, Maria C. T. M. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2003.

UHLE, Agueda Bernardete Bittencourt. Filantropia e educação. *Revista Educação e Sociedade*, n. 42, p. 274-289, 1993.

VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, n. 06, 1992.

VIANNA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero na docência*. Cadernos Pagu (17/18), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001/02, pp.81-103.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

ANEXO

Carta de um pai a uma menina encaminhada para o Asilo

Querida filha Helena:

Depois de muito tempo é que peguei na pena, para redigir-lhe esta missiva. Filha! A convicção que lucrarás nessa boa casa que esta, será para mim um grande prazer; que quando saíres daí seja uma das internas mais comportadas que ai esteve internada. Considere sempre as bondosas Irmãs que acolheu sob seu teto; que assumiu o compromisso de valer por ti e fazer ver-te o caminho do bem.

Considere a madre superiora como a tua mãe, como a única pessoa, com quem podes contar agora, depois do rompimento de sua mãe comigo. Nunca de desgostos para as Irmãs porque qualquer desgosto que der em qualquer ocasião, constituirá uma grande infelicidade, se tiveres o infortúnio de praticares um ato mal pensado, lembra-te sempre do conselho que vou lhe dar: que um desgosto apenas que fizeres para qualquer pessoa mais velha que ti, que nenhuma concessão será excessiva para reconquistar novamente a boa amizade.

Tenhas cuidado para não cometer erro e seja sempre querida por todas as suas superiores; o meu ideal é ver-te bem educada e instruída e que nenhum desgosto fará eu passar neste mundo. Porque eu sofri minha filha, e não quero sofrer mais, porque o meu coração já se acha desfeito em pedaços de tanto sofrimento que tive. Por tanto se amas tua mãe e eu, deveres esforçar-te para seres boa em todas as circunstâncias com as Irmãs e para todas diletas amiguinhas de estudo.

Adquiri e coloques os conhecimentos que eu e tua mãe não pudemos colocar ao teu alcance, e é o que te assegurará para um futuro cheio de felicidade. É que teu afeiçoado pai te deseja e sempre desejará enquanto ele viver.

Guarde esta como uma lembrança deste teu infelis pai que muito te quer bem.

José de Barros